

**A Trajectória de Desenvolvimento de Moçambique: Vias para um Crescimento Inclusivo e Resiliente**

Programa “African Futures and Innovation”

Instituto de Estudos de Segurança

Pretória, África do Sul

Blessing Chipanda e Kouassi Yeboua

## Sumário Executivo

Moçambique, situado na África Austral e fazendo fronteira com seis países (Tanzânia, Maláui, Zâmbia, Zimbabué, Essuatíni e África do Sul), possui reservas minerais significativas, vastas extensões de terras aráveis e uma extensa costa no Oceano Índico. Após conquistar a independência em 1975 e emergir de uma guerra civil de 15 anos em 1992, o país entrou num período de reconstrução e recuperação socioeconómica. Entre 1993 e 2015, Moçambique figurou entre as economias africanas de mais rápido crescimento, registando uma taxa média de crescimento anual de aproximadamente 8%. Este crescimento foi sustentado por uma relativa estabilidade política e macroeconómica, pela reconstrução pós-guerra e pelo aumento do investimento directo estrangeiro (IDE), particularmente nas indústrias extractivas. Durante este período, registaram-se melhorias na esperança de vida, na mortalidade infantil e materna e no acesso à educação, à água e à electricidade.

Apesar destes avanços, o crescimento económico não foi suficientemente inclusivo e não foi acompanhado por uma transformação estrutural significativa. A economia continuou fortemente dependente de megaprojetos intensivos em capital, com uma criação de emprego limitada e ligações fracas à economia interna em geral. Consequentemente, a pobreza, a desigualdade e as disparidades regionais persistiram. Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo, com um PIB per capita (à paridade do poder de compra (PPC) de 2021) estimado em US\$ 1 495 em 2024, o que corresponde a metade da média do grupo de países africanos de baixo rendimento (cerca de US\$ 2 900).

Após 2015, o crescimento abrandou para uma média de cerca de 2,9 % ao ano (2016–2024), refletindo uma combinação de choques internos e externos. Entre estes contam-se o escândalo da «dívida oculta» de 2016, que desencadeou uma crise orçamental e de confiança; uma violenta insurreição na província de Cabo Delgado; catástrofes climáticas repetidas, tais como ciclones e inundações; e os impactos económicos da pandemia da COVID-19. Embora se preveja que os megaprojectos de gás natural liquefeito (GNL) impulsionem o crescimento futuro, a experiência em todo o continente demonstra que a extracção de recursos naturais não se traduz automaticamente num desenvolvimento generalizado. Uma governação eficaz, uma gestão fiscal sólida e um investimento deliberado em capital humano e nos sectores produtivos serão fundamentais para garantir que a riqueza em recursos produzem resultados sustentáveis e inclusivos.

No plano político, Moçambique tem permanecido sob a liderança da FRELIMO desde a data de independência. As eleições gerais de 2024, cujos resultados irão moldar o panorama político em 2025, decorreram num contexto de acentuada contestação política, insatisfação pública, sendo que o custo de vida e preocupações quanto à governação e à transparência foram factores prementes. Estas dinâmicas sublinham a importância de reforçar as instituições democráticas, os mecanismos de responsabilização e a coesão social, a fim de apoiar o desenvolvimento a longo prazo.

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Moçambique de 2023–2043 visa resolver as fragilidades estruturais através da diversificação económica, do desenvolvimento de infra-estruturas e do investimento em capital humano. A descoberta de aproximadamente 150 biliões de pés cúbicos de gás natural em 2010 oferece um potencial de receitas significativo, mas os ganhos previstos continuam sujeitos à volatilidade do mercado global e às condições de segurança nas regiões produtoras de gás. Entretanto, o predomínio da economia informal, que se estima que represente 64,6% do emprego total em 2024, continua a limitar o crescimento da produtividade e a mobilização de receitas internas. Em 2023, cerca de 81% da população total, ou seja, cerca de 27,2 milhões de pessoas, viviam em situação de pobreza extrema (com 3 dólares por dia), o que evidencia a dimensão do desafio de desenvolvimento. Alcançar um crescimento inclusivo exigirá, portanto, não só a utilização eficaz dos recursos naturais, mas também a aceleração da transformação estrutural, da formalização e do reforço da resiliência num contexto de incerteza política e económica.

Uma análise realizada com base no modelo de previsão International Futures (IFs) indica que, nas trajectórias atuais, é improvável que Moçambique cumpra a maioria das suas metas de desenvolvimento para 2043. As persistentes deficiências em matéria de governação, os défices infra-estruturais, a baixa produtividade agrícola, a vulnerabilidade aos choques climáticos e a diversificação económica limitada continuam a condicionar o progresso e, se não forem resolvidos, irão abrandar significativamente as perspectivas de desenvolvimento a longo prazo do país.

A análise de cenários sectoriais modela intervenções políticas ambiciosas, mas realistas, em oito sectores: agricultura, educação, governação, infra-estruturas, saúde e demografia, fluxos financeiros, indústria transformadora e comércio. Os resultados mostram que o cenário «Grandes Infra-estruturas» terá o maior impacto no crescimento do PIB de Moçambique até 2043, seguido pelos cenários «Agricultura», «Governação» e «Área de Comércio Livre Continental Africana» (ACLCA). O cenário «Agricultura» tem o maior efeito na redução da pobreza extrema, seguido pelos cenários «Governação», «Indústria Transformadora» e «ACLCA».

A curto e médio prazos (até cerca de 2035), prevê-se que a agricultura tenha o maior impacto no crescimento do PIB e na redução da pobreza. O cenário da ACLCA surge também como o mais eficaz na redução da pobreza entre as intervenções sectoriais a curto e médio prazos.

As conclusões salientam que nenhum cenário isolado oferece uma solução completa para se alcançar um crescimento significativo e inclusivo até 2043. Embora todos os cenários sectoriais conduzam a um aumento do PIB e à redução da pobreza a longo prazo, o cenário «Grandes Infra-estruturas» tem o maior impacto no PIB, e o impacto do cenário «Agricultura» na pobreza, mantém-se a longo prazo.

O progresso sustentado do desenvolvimento em Moçambique exigirá melhorias em vários sectores. Um esforço coordenado para reforçar a agricultura, as infra-estruturas, a governação, o comércio, a indústria transformadora e o desenvolvimento humano será essencial para colocar o país numa trajectória de inclusão e sustentabilidade. O impulso de desenvolvimento integrado representado pelo cenário «Combinado» proporciona os ganhos mais substanciais. Neste cenário, e até 2043, a economia de Moçambique seria US\$ 40 mil milhões maior do que na Via (ou

Caminho) Actual. O PIB per capita (em termos de paridade do poder de compra) seria US\$ 1 154 superior ao da Via Actual, enquanto a taxa de pobreza diminuiria de 65,1% para 40% no mesmo ano. A concretização destes resultados, no entanto, exigirá um forte compromisso político e uma gestão e investimento prudentes das receitas do gás natural para apoiar um crescimento de base alargada.

O estudo recomenda um conjunto de medidas políticas ambiciosas, mas realistas, em sectores-chave da economia, ao mesmo tempo que sublinha a necessidade urgente de reforçar a resiliência face a catástrofes naturais e aos impactos crescentes das alterações climáticas. Dada a vulnerabilidade de Moçambique a ciclones, inundações e secas, a adaptação às alterações climáticas e a redução do risco de catástrofes devem ser integradas em todo o planeamento do desenvolvimento. Em termos gerais, o relatório salienta que a consecução de um crescimento sustentado e inclusivo exigirá uma liderança coerente e estratégica, instituições mais fortes e investimento direccionado em soluções sustentáveis. Abordar os desafios de governação e responsabilização, reforçar a gestão das finanças públicas, expandir e tornar as infra-estruturas resistentes às alterações climáticas, melhorar a produtividade agrícola e acelerar a diversificação económica são aspectos centrais desta agenda. O progresso coordenado em todas estas prioridades pode colocar Moçambique num caminho de desenvolvimento mais equilibrado, produtivo, estável e de base alargada.

## Índice

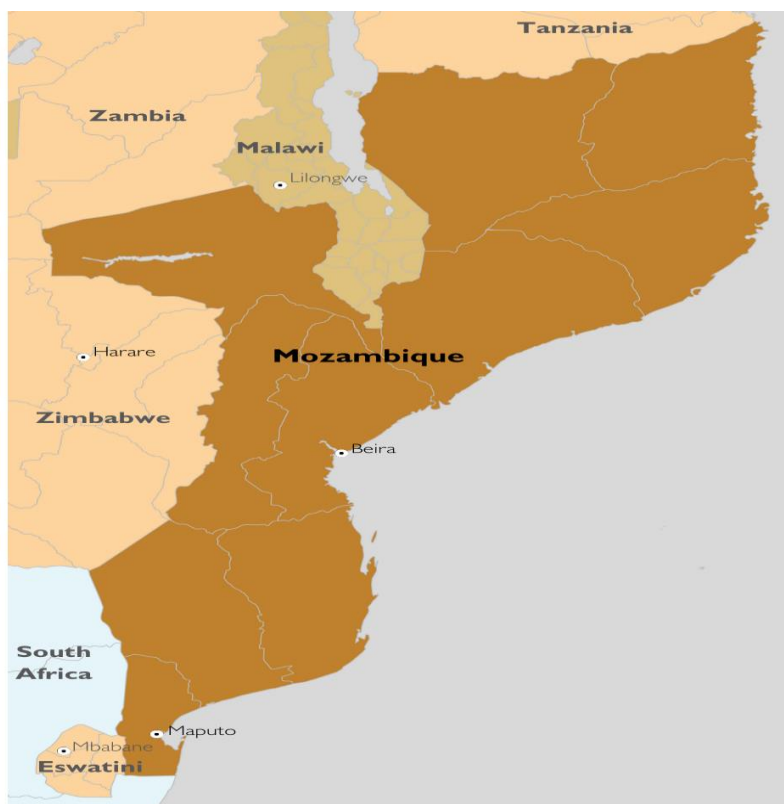
Resumo Executivo	2
Índice	5
Introdução	6
Ferramenta de previsão: a plataforma de modelação International Futures (IFs)	8
Extracção de gás: geração de receitas e sustentabilidade fiscal	10
Cenário Pessimista para Moçambique	11
Cabo Delgado: fragilidade prolongada e transformação estagnada	12
Tendências económicas na Via Actual	14
Tendências em termos de pobreza e desigualdade no Caminho Actual	18
Sectores de desenvolvimento: Via Actual e Cenários	22
Governança e estabilidade em Moçambique	22
Cenário da governança	25
Demografia e Saúde em Moçambique	26
Demografia	26
Saúde	31
Cenário da Demografia e da Saúde	36
Education in Mozambique	38
Cenário da Educação	44
Infra-estruturas em Moçambique	45
Água, saneamento e higiene	46
Energia e acesso à electricidade	47
Transportes	50
Tecnologias da Informação e Comunicação	52
Cenário das Grandes Infra-estruturas	53
Agricultura em Moçambique	55
Cenário da Agricultura	58
Sector Industrial em Moçambique	59
Cenário Industrial	60
Comércio internacional em Moçambique	61
Cenário da ZCLCA	66
Fluxos financeiros externos em Moçambique	67
Cenário dos Fluxos Financeiros	69
Análise Comparada dos Impactos dos Cenários	70
Cenário Combinado	73
Conclusão e Recomendações Políticas	76
Anexo	81
Gráfico A1: Aumento da dimensão do PIB em cada cenário Pessimista face ao Caminho Actual Pessimista, 2033 e 2043	81
Gráfico A2: Aumento no PIB per capita (PPC) em cada cenário Pessimista face ao Caminho Actual Pessimista, 2033 e 2043	81

Gráfico A3: Redução na taxa de pobreza (< US\$ 3 por dia) em cada cenário Pessimista face à Via Actual Pessimista, 2033 e 2043	82
Tabela A1: Intervenções dos Cenários	82
Tabela A2: Cenário Pessimista: Fragilidade prolongada e transformação estagnada	91

## Introdução

Situado na África Austral, Moçambique faz fronteira com a Tanzânia, o Maláui, a Zâmbia, o Zimbabué, a África do Sul e a Essuatíni, e prolonga-se ao longo de uma extensa costa no Oceano Índico (Gráfico 1). Classificado como um país de baixo rendimento, tinha uma população estimada em cerca de 34,7 milhões de habitantes em 2024, o que reflecte um crescimento demográfico constante, com uma média de cerca de 3%. Este valor situa-se ligeiramente acima do crescimento médio do PIB entre 2016 e 2024. O país é dotado de reservas minerais significativas, extensas áreas de terra arável e recursos marinhos abundantes. A sua costa é influenciada pela corrente quente de Moçambique, que sustenta uma rica biodiversidade marinha e constitui a base de importantes actividades de pesca e meios de subsistência costeiros.

Gráfico 1: Mapa Político de Moçambique



[Zâmbia  
Maláui  
Tanzânia  
Moçambique  
Harare  
África do Sul  
Maputo  
Essuatíni  
Mbabane]

Moçambique conquistou a independência em 1975, mas só após o fim de uma guerra civil de 15 anos, em 1992, é que o país começou a registar uma recuperação socioeconómica sustentada. Entre 1993 e 2015, Moçambique figurou entre as economias africanas com maior crescimento, registando um crescimento médio anual de cerca de 8 %. Este forte desempenho foi impulsionado por uma combinação de relativa estabilidade política e macroeconómica, pela retoma da actividade económica após a guerra, por esforços substanciais de reconstrução pós-guerra e pelo aumento do investimento directo estrangeiro, particularmente em projectos de grande escala da indústria extractiva.<sup>1</sup> Durante este período, Moçambique registou ganhos sociais notáveis. As taxas de mortalidade materna e infantil diminuíram significativamente e o acesso à educação básica expandiu-se, tanto para meninas como para meninos. O acesso a serviços essenciais também melhorou: a cobertura de electricidade aumentou de apenas 3,7% da população em 1998, para cerca de 36% em 2023, reflectindo assim o investimento sustentado em infra-estruturas energéticas. Os resultados em saúde pública também se reforçaram. Ao longo da última década, as novas infecções por VIH diminuíram aproximadamente 34% e as mortes relacionadas com a SIDA em 27%.<sup>2</sup> Em conjunto, estas melhorias traduziram-se numa maior esperança de vida para muitos moçambicanos. A esperança de vida aumentou de aproximadamente 53 anos no início da década de 1990, para cerca de 64 anos no início da década de 2020, reflectindo ganhos acumulados nos cuidados de saúde, nutrição e acesso a serviços básicos.

Apesar destes avanços, a economia de Moçambique não sofreu uma transformação estrutural significativa. O crescimento foi impulsionado, em grande parte, por indústrias extractivas de capital intensivo, que geraram ligações limitadas a montante e a jusante com o resto da economia. Consequentemente, a base produtiva continua a ser estreita, com poucos efeitos de arrastamento para a indústria transformadora e outros sectores de valor acrescentado. Ao mesmo tempo, a agricultura, que emprega a maioria da população, continua a caracterizar-se por uma baixa produtividade e uma modernização limitada, deixando os meios de subsistência altamente vulneráveis a choques meteorológicos e aos impactos crescentes das alterações climáticas.

Os esforços envidados no sentido de diversificar a economia e melhorar a qualidade e a inclusão do crescimento têm sido limitados por estrangulamentos estruturais persistentes. Estes incluem infra-estruturas inadequadas, nomeadamente nos sectores da energia, dos transportes e da logística; uma implementação de políticas fraca e inconsistente; desafios em termos de governação, tais como a corrupção; e um ambiente empresarial desfavorável que desincentiva o investimento privado e a inovação. Em conjunto, estes factores têm enfraquecido a resiliência económica e abrandado os progressos rumo a um desenvolvimento mais abrangente e sustentável.

Moçambique continua a ser um dos países mais pobres do mundo, com um PIB per capita em 2024 estimado em US\$ 1 495 [(em PPC - ou cerca de US\$ 529 às taxas de câmbio de mercado (TCM)], ficando apenas à frente do Sudão do Sul, da Somália, da República Centro-Africana, da Eritreia e do Burundi. Os níveis de pobreza continuam a ser excepcionalmente elevados. Em 2023, cerca de

---

<sup>1</sup> The World Bank, Poverty Reduction Setback in Times of Compounding Shocks: Mozambique Poverty Assessment, Junho de 2023.

<sup>2</sup> UK–Mozambique development partnership summary, Policy paper, Julho de 2023.

81% dos moçambicanos viviam abaixo do limiar internacional de pobreza extrema de US\$ 3 por dia, o terceiro valor mais elevado a seguir ao Sudão do Sul e à República Democrática do Congo.

A desigualdade é também acentuada, colocando Moçambique entre os países mais desiguais da África Subariana. De acordo com os dados sobre a Desigualdade Global (de 2024), publicados pelo World Inequality Lab, os 10% mais ricos da população moçambicana detêm aproximadamente 72% da riqueza do país. Em contrapartida, os 50% mais pobres da população detêm apenas cerca de 2% do rendimento nacional de Moçambique.<sup>3</sup> No ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2025, Moçambique é classificado como um país de baixo desenvolvimento humano, com uma pontuação no IDH de aproximadamente 0,49 e uma classificação global de 182.º entre 191 países,<sup>4</sup> muito abaixo de muitos dos seus pares regionais. Estes indicadores sublinham a dimensão dos desafios estruturais e institucionais que o país deve enfrentar para alcançar um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

O crescimento económico pós-2015 tem sido lento, situando-se em média nos 2,9 % entre 2016 e 2024. Este abrandamento surgiu na sequência do escândalo da «dívida oculta» e foi agravado por uma série de choques, incluindo a insurgência no norte de Moçambique, os ciclones tropicais recorrentes e a pandemia da COVID-19. Ao longo deste período, o desemprego, a pobreza e a desigualdade agravaram-se.

O governo enfrenta agora um desafio premente: como garantir um crescimento a longo prazo, estável e inclusivo, que conduza a reduções sustentadas da desigualdade de rendimentos e da pobreza extrema. Existem grandes expectativas de que os megaprojectos de gás nas províncias do norte transformem a trajectória económica do país e abram uma nova fase de desenvolvimento. No entanto, as experiências em toda a África demonstram que a extracção de recursos naturais raramente correspondeu a tais ambições e, em alguns casos, agravou as distorções económicas e os desafios de governação. Transformar o crescimento e as receitas impulsionados pelos recursos em resultados de desenvolvimento significativos e inclusivos exigirá uma acção deliberada e estratégica. Isto implica uma liderança visionária e uma governação orientada para o desenvolvimento, capaz de gerir as receitas dos recursos de forma transparente e prudente, ao mesmo tempo que as investe na diversificação económica, no capital humano e em infra-estruturas resilientes.

A *Estratégia Nacional de Desenvolvimento* (ENDE) 2023-2043, orienta o processo de desenvolvimento do país, com o objectivo de concretizar uma visão a longo prazo. Os seus objectivos incluem melhorar as infra-estruturas do país, aumentar a produtividade e a competitividade, promover a diversificação económica, promover o acesso a serviços básicos, promover a inclusão social, reforçar a governação e a transparência, bem como a sustentabilidade ambiental, a fim de aumentar a capacidade produtiva do país, melhorar as condições de vida da população e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Para alcançar estes objectivos, a ENDE está estruturada em torno de cinco pilares principais: (i) Transformação Estrutural da Economia; (ii) Transformação Social e Demográfica; (iii) Infra-estruturas; (iv) Governação; e (v) Ambiente e

---

<sup>3</sup> World Inequality Database, <https://wid.world/data/>

<sup>4</sup> UNDP, Human Development Reports 2025, <https://www.undp.org/angola/publications/human-development-report-2025>

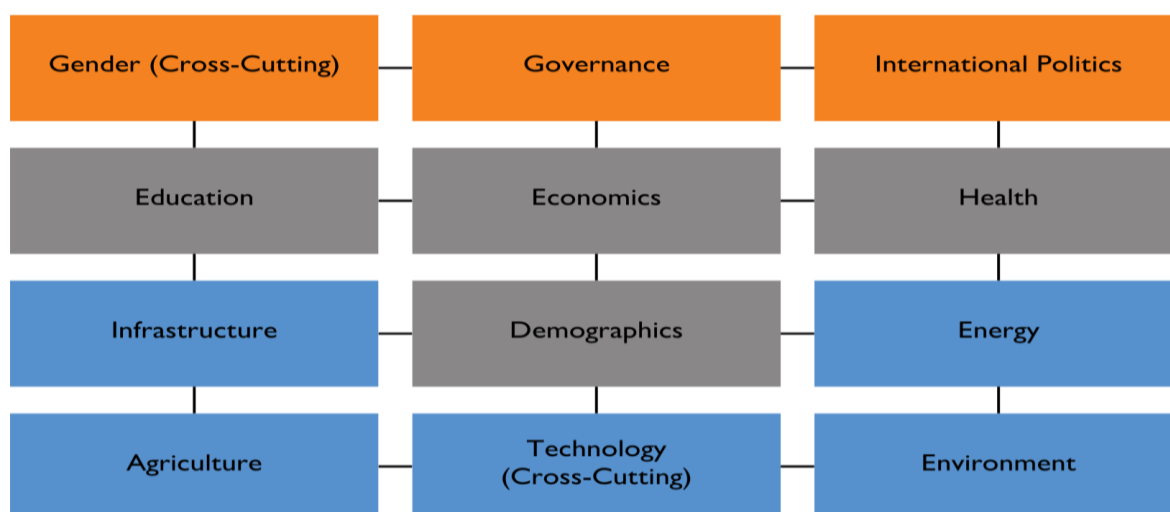
Economia Circular. Cada pilar possui objectivos estratégicos, indicadores de resultados e metas para o período 2023-2043.

O nosso relatório complementa o Estudo de Diagnóstico do Crescimento de Moçambique, realizado pelo Laboratório de Diagnóstico do Crescimento da London School of Economics (LSE), que analisa a situação socioeconómica passada e actual do país, bem como os principais obstáculos ao crescimento inclusivo. Adoptamos uma abordagem prospectiva para analisar o futuro provável de Moçambique utilizando a previsão da Via Actual (ou cenário de manutenção do *status quo*) e respondemos às seguintes perguntas: Que tendências moldaram o Moçambique moderno e como se comparam com as de outros países com níveis de desenvolvimento semelhantes? Tendo em conta as políticas actuais, as condições ambientais e as receitas futuras provenientes de megaprojectos no setor do gás, qual seria a situação em 2043, em consonância com as metas da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Moçambique 2023-2043? Esta avaliação explora uma série de cenários sectoriais para simular os seus efeitos comparativos e cumulativos sobre o crescimento e o desenvolvimento sustentáveis e inclusivos em Moçambique.

## Ferramenta de previsão: a plataforma de modelação International Futures (IFs)

A análise prospectiva apresentada neste relatório baseia-se na ferramenta de modelação International Futures (IFs), desenvolvida pelo Frederick S. Pardee Center for International Futures da Universidade de Denver, nos Estados Unidos. A IFs é uma ferramenta que permite reflectir sobre os desenvolvimentos a longo prazo, tanto a nível nacional como regional e global. O modelo combina previsões de vários submodelos, incluindo demografia, economia, saúde, educação, infra-estruturas, agricultura, energia, tecnologia, governação, política internacional, questões sociopolíticas e ambiente (Gráfico 2). Estes submodelos são dinâmicos e integrados, permitindo simulações que demonstram como as alterações num sistema podem repercutir-se em todos os outros. As capacidades de análise de cenários da IFs permitem aos utilizadores explorar o impacto potencial de intervenções políticas simuladas ou enquadrar a incerteza a longo prazo dentro e entre os sistemas de desenvolvimento.<sup>5</sup>

Gráfico 2: Representação visual da plataforma de modelação International Futures (IFs)



<sup>5</sup> BB Hughes, Exploring and Understanding International Futures: Building a Global Model System, London: Elsevier, 2019.

[Género (transversal) – Governação - Política internacional  
Educação – Economia - Saúde  
Infra-estrutura – Demografia - Energia  
Agricultura - Tecnologia (transversal) - Meio ambiente]

A ferramenta IFs modela o desenvolvimento de 189 países e as suas interações, incluindo 55 países africanos, que podem ser combinados para analisar e prever o futuro de qualquer grupo de países. Combina diferentes técnicas de modelação para construir uma série de relações baseadas na literatura académica e gerar previsões. A IFs utiliza dados históricos que remontam a 1960 (quando disponíveis) para identificar tendências e produzir um cenário de «previsão do caminho actual» a partir de 2022 (o ano de referência actual). A via actual é um cenário dinâmico que dá continuidade às escolhas políticas e aos avanços tecnológicos actuais e pressupõe a ausência de choques ou catástrofes significativas. Vai além da extrapolação linear das tendências passadas e actuais, tirando partido do nosso conhecimento sobre a forma como os sistemas interagem para produzir uma previsão dinâmica. Actualmente, a IFs é uma das poucas plataformas globais de modelação capazes de projectar a concretização dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) em muitos dos ODS a nível de país,<sup>6</sup> e tem sido amplamente utilizado na análise do desenvolvimento africano.<sup>7</sup>

As séries de dados incluídas na IFs provêm de uma variedade de fontes reconhecidas, tais como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a Organização Mundial da Saúde (OMS) e vários organismos das Nações Unidas (ONU), como a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e o Fundo das Nações Unidas para a População (UNFPA). Estas organizações recolhem e normalizam os dados, o que é essencial para a realização de comparações entre países.

O projecto utiliza um ficheiro de dados adicional com séries de dados essenciais actualizadas, fornecidas pelas diversas autoridades moçambicanas. As séries de dados que foram ajustadas para este estudo são apresentadas num anexo ao presente relatório.

O presente relatório utiliza os países africanos de baixo rendimento como referência para avaliar o progresso histórico e futuro de Moçambique. Sempre que apropriado, Moçambique é comparado com países semelhantes da região.

---

<sup>6</sup> W Verhagen, CC Pereira, DK Bohl, ME Meziere, MT Irfan, JD Moyer, Guinea-Bissau: Exploring Alternative Futures of Development, Report 1: Economic and human development trends to 2040, UNDP Guinea Bissau & Frederick S. Pardee Center for International Futures, 2022, Bissau, Guinea Bissau and Denver, US.

<sup>7</sup> JD Moyer, DK Bohl, T Hanna, I Mayaki, and M Bwalya, Africa's Path to 2063: Choice in the Face of Great Transformation, Denver and Johannesburg: Frederick S. Pardee Center for International Futures and NEPAD Planning and Coordinating Agency, 2018, [https://korbel.du.edu/sites/default/files/2022-02/NEPAD\\_PARDEE\\_Africa%E2%80%99s%20path%20to%202063%20Choice%20in%20the%20face%20of%20great%20transformation-ilovepdf-compressed.pdf](https://korbel.du.edu/sites/default/files/2022-02/NEPAD_PARDEE_Africa%E2%80%99s%20path%20to%202063%20Choice%20in%20the%20face%20of%20great%20transformation-ilovepdf-compressed.pdf); DK Bohl et al, Development Trends Report for Southern Africa, Denver: USAID, 2017, [http://pardee.du.edu/sites/default/files/USAIDSouthernAfricaDevelopmentTrends\\_0.pdf](http://pardee.du.edu/sites/default/files/USAIDSouthernAfricaDevelopmentTrends_0.pdf); DK Bohl et al, Development Trends Report for South Africa, Denver: USAID, 2017, <http://pardee.du.edu/sites/default/files/USAIDDevelopmentTrendsSouthAfricaApril2017>.

## Extracção de gás: geração de receitas e sustentabilidade fiscal

Em 2010, Moçambique fez descobertas significativas de gás natural, num total de aproximadamente 150 biliões de pés cúbicos (Tcf), nos blocos adjacentes da Área 1 e da Área 4, na Bacia de Rovuma, situada ao largo da costa norte da província de Cabo Delgado (Gráfico 3). Isto posicionou Moçambique como o terceiro maior detentor de reservas de gás natural de África, a seguir à Nigéria e à Argélia.<sup>8</sup>

O reinício do maior projecto de extracção de gás natural liquefeito (GNL) de Moçambique em Janeiro de 2026, após uma suspensão de quase cinco anos devido a desafios de segurança, representa uma oportunidade significativa para o país transformar os seus recursos naturais em receitas fiscais que possam apoiar a transformação económica e combater o subdesenvolvimento crónico que afecta as comunidades locais.

O projecto de GNL foi suspenso em Março de 2021, na sequência de uma forte escalada dos ataques perpetrados por insurgentes islâmicos em Cabo Delgado, que, segundo relatos generalizados, teriam ligações ao Estado Islâmico. Um ataque coordenado à cidade costeira de Palma, nesse mesmo mês, resultou em inúmeras vítimas, na deslocação de milhares de residentes e na evacuação do pessoal do projecto, obrigando a TotalEnergies a suspender as operações no local de Afungi.

A suspensão representou um grande revés para as ambições económicas de Moçambique. Atrasou o desenvolvimento de instalações de processamento em terra e de infra-estruturas de extracção offshore essenciais, destinadas a posicionar o país como um importante exportador de GNL. Com isso, adiou os fluxos de entradas previstos de IDE, receitas de exportação e receitas fiscais que se esperava sustentassem as finanças públicas e os objectivos de desenvolvimento mais amplos.

Confrontado com uma situação de segurança em rápida deterioração, o governo moçambicano procurou apoio militar externo para estabilizar Cabo Delgado. Em Julho de 2021, o Ruanda destacou tropas para ajudar a garantir a segurança de áreas-chave, incluindo Palma e o local do projecto Afungi, enquanto a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) lançou a Missão da SADC para apoiar as operações de contra-insurgência. A União Europeia complementou estes esforços através da Missão de Formação da União Europeia, destinada a reforçar a capacidade das forças armadas moçambicanas. Quase cinco anos após a suspensão, as operações foram retomadas ao abrigo de medidas de segurança significativamente reforçadas.

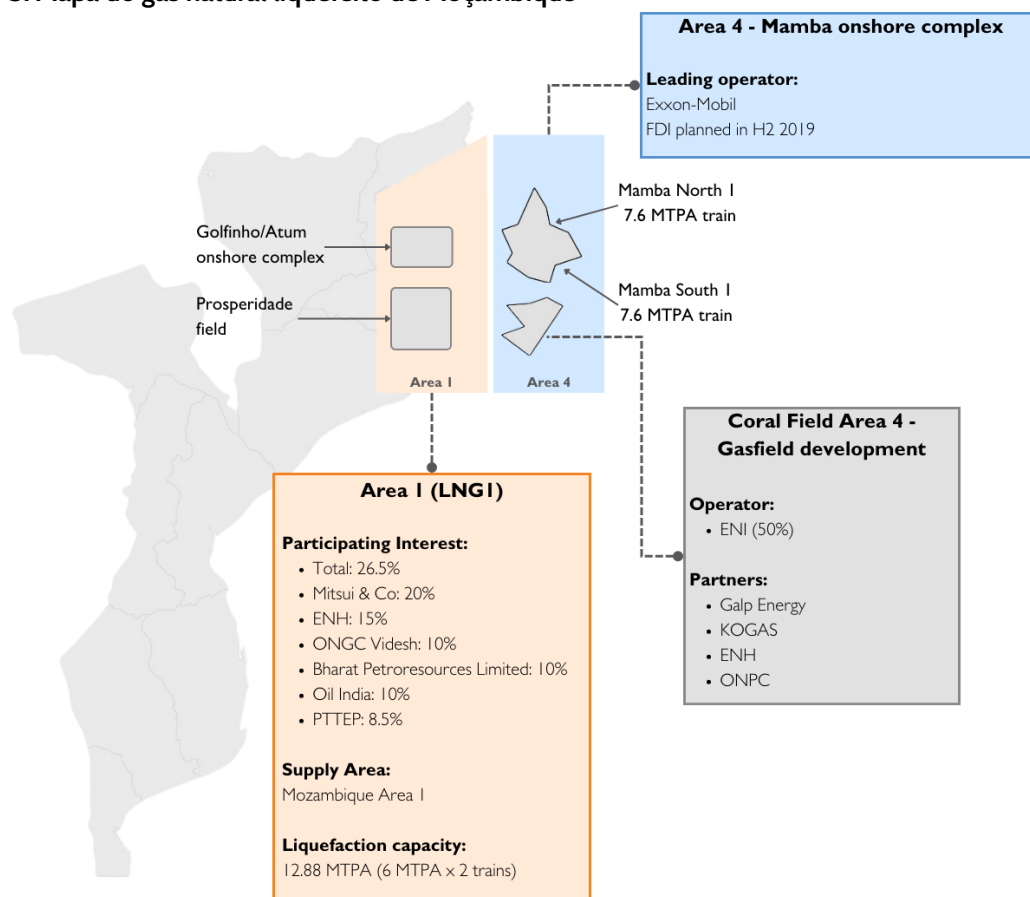
A TotalEnergies e os seus parceiros do consórcio estão a preparar-se para explorar o campo de GNL na Área 1, conhecido como o campo de gás Offshore Área 1 Golfinho/Atum, localizado na Bacia de Rovuma, em águas profundas de Moçambique. O investimento para este projecto está estimado em US\$ 20 mil milhões. A Área 4 compreende dois projectos: o campo onshore da Área 4 Mamba e o campo offshore da Área 4 Coral South, controlados por um consórcio liderado principalmente pela ExxonMobil e pela ENI, com um investimento estimado de US\$ 30 mil milhões (combinando componentes em terra e offshore).<sup>9</sup>

---

<sup>8</sup> IMF Country Report No. 19/167

<sup>9</sup> IMF Country Report No. 19/167

Gráfico 3: Mapa do gás natural liquefeito de Moçambique



Fonte: [IMF Staff Country Report 2019, 167](#)

[Área 4 – Complexo onshore Mamba; Operadora Principal: Exxon-Mobil; IDE planeado para S2 2019; Mamba North I Linha de produção de 7,6 MTPA; Mamba Sul I Linha de produção de 7,6 MTPA; Complexo onshore Golfinho/Atum; Campo Prosperidade; Área I; Participação:xxxxxx; Área de fornecimento: Área Moçambique I; Capacidade de liquefação: 12,88 MPTA (6 MTPA de 2 linhas de produção); Área 4 do Campo Coral; Operadora: ENI (50%); Parceiros: XXXX)

Na cerimónia de relançamento realizada em Janeiro de 2026 em Afungi, o Presidente Daniel Chapo destacou a contribuição esperada do projecto de GNL para o desenvolvimento económico, tanto a nível nacional como provincial, salientando a criação de emprego, o reforço do conteúdo local e o desenvolvimento de cadeias de valor nacionais como benefícios fundamentais. No entanto, estes resultados esperados continuam a ser frágeis. A ameaça terrorista persistente na província, aliada à transparência limitada na gestão dos bens públicos, corre o risco de comprometer estas perspectivas e poderá, em última análise, transformar esta oportunidade num passivo a longo prazo.<sup>10</sup>

## Cenário descendente para Moçambique

A inclusão de um cenário descendente, a par da Via Actual e dos cenários de reforma, permitiria captar melhor todo o leque de futuros plausíveis que Moçambique enfrenta. Tal medida também realçaria a importância dos investimentos preventivos, nomeadamente nas áreas da governação,

<sup>10</sup> B Nhamirre, Mozambique's LNG renewal: opportunity amid security and secrecy risks, Março de 2026, <https://issafrica.org/iss-today/mozambique-s-lng-renewal-opportunity-amid-security-and-secrecy-risks>

da resiliência climática e da gestão de conflitos, não só para acelerar o progresso em cenários mais otimistas, mas também para ajudar a evitar uma mudança para uma trajectória de desenvolvimento mais adversa.

## A fragilidade prolongada e a transformação paralisada em Cabo Delgado

Cabo Delgado, a província mais setentrional de Moçambique, na fronteira com a Tanzânia, tem uma população de mais de 2,8 milhões de pessoas, das quais cerca de 76 % vivem em zonas rurais.

<sup>11</sup> Apesar de possuir alguns dos recursos naturais mais valiosos do país, incluindo GNL, bem como importantes jazidas de rubi e grafite, a província continua a ser uma das mais pobres e menos desenvolvidas de Moçambique. Caracteriza-se pela insegurança, fraca presença do Estado, infra-estruturas limitadas, baixo desenvolvimento humano e exclusão socioeconómica generalizada, factores que têm contribuído para queixas locais de longa data.<sup>12</sup>

Desde o início da insurgência em 2017, o conflito causou cerca de 6 500 mortes<sup>13</sup> e mais de um milhão de pessoas foram deslocadas,<sup>14</sup> o que sublinha a sua persistência e volatilidade. Embora as condições de segurança tenham melhorado em algumas áreas, particularmente em torno do local de construção em Afungi, a situação geral continua frágil.<sup>15</sup> A potencial retirada das tropas ruandesas representa um ponto de inflexão crítico.<sup>16</sup> Mesmo os primeiros sinais de uma redução das tropas encorajaram os grupos insurgentes, como se verificou em Maio de 2024, quando combatentes jihadistas reivindicaram a vitória sobre as forças da SADC na sequência dos anúncios de retirada. Uma saída total das forças estrangeiras poderia criar um vácuo de segurança, permitindo que os insurgentes se reagrupassem, expandissem o controlo territorial e intensificassem os ataques. Este risco é agravado pela incerteza quanto à continuidade do apoio externo, incluindo a indicação da União Europeia de que poderá cessar o financiamento da mobilização ruandesa até Maio de 2026.

<sup>17</sup>

As implicações estendem-se muito para além da província. As perspectivas económicas de Moçambique estão intimamente ligadas às suas reservas de GNL, que se contam entre as maiores descobertas em África nas últimas décadas e que se prevê que transformem o país num importante exportador mundial de gás. O desenvolvimento do GNL é fundamental para as projecções de crescimento das exportações, receitas públicas, investimento directo estrangeiro e efeitos económicos mais amplos, tais como a criação de emprego, a expansão das infra-estruturas e o crescimento dos sectores de apoio. No entanto, estes benefícios dependem fortemente da

---

<sup>11</sup> UNDP, Leaving no one behind at local level - Cabo Delgado Province Report, 2025,

<https://www.undp.org/mozambique/publications/leaving-no-one-behind-local-level-cabo-delgado-province-report>

<sup>12</sup> Okafor D, Revisiting the Cabo Delgado Crisis: Unseen impacts on Mozambique Future, 2026, <https://www.the-world-now.com/news/revisiting-the-cabo-delgado-crisis-unseen-impacts-on-mozambiques-future-mm4go08b>

<sup>13</sup> Human rights watch, Mozambique: Navy Linked to killing of fishermen,

<https://www.hrw.org/news/2026/03/30/mozambique-navy-linked-to-killing-of-fishermen>

<sup>14</sup> AP News, Mozambique headed for crucial elections amid jihandist insurgency and drought-induced hunger,

<https://apnews.com/article/mozambique-elections-insurgency-drought-cabo-delgado-96a9301e0c1f0333e2d959fae2f7af12>

<sup>15</sup> Mishra A, Inside Africa: Gas rich, Power poor: Why Cabo Delgado's LNG boom hasn't lit up Mozambique, 2026,

<https://www.moderntreatise.com/africa/2026/4/5/inside-africa-gas-rich-power-poor-why-cabo-delgados-lng-boom-hasnt-lit-up-mozambique>

<sup>16</sup> The Conversation, Mozambique relies on Rwanda's troop's yo fight terrorism: what happens if the leave?, 2026,

<https://theconversation.com/mozambique-relies-on-rwandas-troops-to-fight-terrorism-what-happens-if-they-leave-280045>

<sup>17</sup> euobserver, Mozambique urges EU rethink on ending Rwanda peace mission cash, 2026,

<https://euobserver.com/207089/mozambique-urges-eu-rethink-on-ending-rwanda-peace-mission-cash/>

estabilidade sustentada em Cabo Delgado e da capacidade do governo para proporcionar um ambiente operacional seguro.

As actuais projecções macroeconómicas já pressupõem uma recuperação impulsionada pelo GNL. Apesar das pressões fiscais, da escassez de divisas e dos choques relacionados com o clima, o Banco Mundial prevê que, após uma contracção de 0,5% em 2025, o crescimento recupere para 0,9% em 2026, subindo para 1,6% em 2027 e 2,5% em 2028,<sup>18</sup> impulsionado em grande parte pelo reinício do projecto do GNL de Moçambique. No entanto, esta trajectória continua a depender fortemente da continuação das melhorias em matéria de segurança.

Uma deterioração da segurança não se limitaria a atrasar o progresso, podendo comprometer fundamentalmente o calendário do GNL de Moçambique. Embora a primeira produção na Área 1 esteja actualmente prevista para 2029,<sup>19</sup> uma recrudescência da violência poderia adiar este horizonte para o final da década de 2030, alterando toda a trajectória de investimento do país e comprometendo as expectativas em termos de crescimento nacional.

De modo a identificar estes riscos, é importante considerar um cenário descendente a par do Caminho Actual. Nessa trajectória, Moçambique fica preso num equilíbrio de baixo crescimento e elevada pobreza, à medida que os choques em matéria de segurança, clima e governação se reforçam mutuamente. A partir de 2027, a insegurança em Cabo Delgado intensifica-se, com a actividade insurgente a alargar-se para além dos principais focos de conflito e a visar infra-estruturas e corredores de transporte ligados às operações de GNL e mineração. O aumento dos custos de segurança e as repetidas perturbações levam os operadores internacionais a adiarem ou suspenderem investimentos, adiando ainda mais os projectos de GNL.

Estes atrasos desencadeiam pressões macro-fiscais em cascata. As receitas do gás chegam mais tarde e em níveis inferiores ao previsto, mesmo quando o governo já tenha aumentado o endividamento na expectativa de receitas extraordinárias futuras. Com espaço fiscal limitado, obrigações crescentes de serviço da dívida e confiança dos investidores em declínio, o país corre o risco de recair numa situação de sobreendividamento. As descidas nas notações de risco aumentam os custos de financiamento, enquanto o apoio externo permanece cauteloso devido a preocupações com a governação.

Nestas circunstâncias, a despesa pública é redireccionada para a segurança e para reparações de curto prazo, em detrimento das prioridades de desenvolvimento a longo prazo, tais como as infra-estruturas rurais, a educação e a saúde preventiva. Os sistemas de protecção social têm dificuldade em expandir-se, apesar das necessidades crescentes, especialmente nas zonas rurais e nas cidades secundárias. As famílias recorrem cada vez mais a estratégias de sobrevivência de baixa produtividade e prejudiciais ao ambiente, incluindo a desflorestação e a produção insustentável de carvão vegetal.

---

<sup>18</sup> World Bank, Macro Poverty Outlook/Abril de 2026,

<https://thedocs.worldbank.org/en/doc/bae48ff2f2efc5a869546775b3f010735-0500062021/related/mpo-moz.pdf>

<sup>19</sup> Total Energies, Mozambique LNG announces full restart of all its activities onshore and offshore in Mozambique, 2026,

<https://totalenergies.com/news/press-releases/mozambique-lng-announces-full-restart-all-its-activities-onshore-and-offshore#:~:text=offshore%20in%20Mozambique->

[.Mozambique%20LNG%20announces%20the%20full%20restart%20of%20all%20its%20activities,2021%20and%20resume%20project%20activities](https://totalenergies.com/news/press-releases/mozambique-lng-announces-full-restart-all-its-activities-onshore-and-offshore#:~:text=offshore%20in%20Mozambique-)

Ao mesmo tempo, a estagnação económica e a criação limitada de emprego, especialmente num contexto de rápido crescimento populacional, alimentam a frustração socioeconómica. O aumento da desigualdade, o desemprego juvenil e a percepção de que o Estado está nas mãos de grupos de interesse contribuem para o aumento da frequência de protestos e conflitos laborais. Em algumas regiões, os jovens desmotivados tornam-se mais vulneráveis ao recrutamento por parte de grupos armados ou redes criminosas, o que agrava ainda mais a insegurança. Os indicadores de governação deterioraram-se, à medida que ressurgem as preocupações com a corrupção, os progressos regulamentares estagnam e a confiança nos processos políticos enfraquece.

Em termos gerais, este cenário descendente realça como uma nova onda de instabilidade em Cabo Delgado poderia perturbar o desenvolvimento do GNL, enfraquecer a confiança dos investidores e atrasar a transformação económica prevista para Moçambique. Salienta igualmente a importância de investimentos preventivos nas áreas da governação, gestão de conflitos e resiliência, a fim de evitar uma trajectória de desenvolvimento prolongada e mais desfavorável.

## **Tendências económicas na Via Actual**

A agricultura, a mineração e a energia continuam a ser fundamentais para a economia de Moçambique, mas a sua trajectória de crescimento tem sido irregular nos últimos anos. Na sequência de um crescimento elevado e sustentado desde o início da década de 1990 até meados da década de 2010, Moçambique figurou frequentemente entre as economias de crescimento mais rápido do mundo. No entanto, a crise da «dívida oculta» de 2016, desencadeada pela revelação de empréstimos governamentais anteriormente não divulgados, interrompeu abruptamente este impulso, levando a uma classificação de situação de dificuldade da dívida soberana e a descidas de notação de crédito que minaram a confiança económica e o acesso ao financiamento internacional. O abrandamento económico que se seguiu levou a uma queda acentuada do crescimento, de cerca de 7,4% em 2015 para -1,2% em 2020, à medida que as pressões fiscais, as deficiências de governação e os choques externos se intensificavam. Catástrofes naturais graves agravaram a situação, o impacto da pandemia da COVID-19 e uma insurreição no norte de Moçambique que perturbou as economias locais e atrasou grandes investimentos.

As eleições gerais de 2024 acarretaram novas tensões políticas e económicas. O Presidente Daniel Chapo e o partido no poder, a FRELIMO, foram declarados vencedores. No entanto, as contestações da oposição e a agitação daí resultante contribuíram para uma contracção da atividade económica no quarto trimestre de 2024, com os dados a revelarem uma queda significativa do crescimento, de 5,4 % em 2023, para cerca de 1,9 % em 2024. Os ciclones perturbaram a produção agrícola, enquanto o desempenho mais fraco do sector extrativo pesou ainda mais sobre a actividade económica global. O banco central respondeu com uma flexibilização da política monetária, embora as taxas de juro reais continuem a subir e o crescimento do crédito ao sector privado permaneça fraco. As condições fiscais deterioraram-se significativamente, tendo registado défices de receitas substanciais, excedentes nas despesas relacionadas com as eleições e um aumento do endividamento, levando a dívida em 2024, para 94,2% do PIB (2023:93,9%).<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> World Bank, Macro poverty outlook, Abril de 2025, <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/77351105a334213c64122e44c2efe523-0500072021/related/mpo-sm25.pdf>

As perspectivas de crescimento de Moçambique são cautelosamente optimistas, sustentadas em grande parte pela expansão prevista da produção de GNL e pelas receitas fiscais associadas que revertem para o Governo de Moçambique (GoM). Espera-se que o reinício gradual e a ampliação dos principais projectos de GNL proporcionem um impulso significativo ao crescimento do PIB, reforcem as receitas de exportação e melhorem o saldo da balança de pagamentos.

No entanto, estas perspectivas continuam sujeitas a riscos substanciais de revisão em baixa. Os choques relacionados com o clima continuam a ameaçar a produção agrícola e as infra-estruturas, enquanto a situação de segurança no Norte - embora tenha melhorado em relação aos anos anteriores - permanece frágil e poderá perturbar o investimento e a produção. Além disso, as vulnerabilidades macroeconómicas persistentes, incluindo a elevada dívida pública (que se prevê que atinja 102% do PIB até 2027<sup>21</sup>) e as pressões fiscais, podem limitar a capacidade do governo de tirar pleno partido do crescimento impulsionado pelos recursos, com vista a alcançar uma maior estabilidade económica e um desenvolvimento inclusivo.

O modelo económico da IFs baseia-se tanto na tradição clássica, centrada no crescimento económico e com grande ênfase nos trabalhos mais recentes sobre a teoria do crescimento endógeno, como na perspectiva neoclássica da abordagem de equilíbrio geral.<sup>22</sup> O lado da oferta do modelo económico assenta na função de produção de Cobb-Douglas e utiliza a mão de obra, o capital e a produtividade multifactorial/total como principais motores do crescimento económico. A produtividade multifactorial ou total no modelo é determinada pelo capital humano (educação e saúde), capital social (eficácia da governação, corrupção e liberdade económica), capital físico (infra-estruturas) e capital de conhecimento (despesas em I&D e difusão de conhecimento resultante da integração comercial). Cada uma destas quatro categorias contribui positiva ou negativamente para o crescimento económico.

Ao analisar os principais determinantes da produtividade multifactorial/total, o modelo revela que o capital físico (infra-estruturas) constitui actualmente o principal obstáculo ao crescimento da produtividade em Moçambique. Tal deve-se às precárias infra-estruturas do país, e esta constatação está em consonância com a conclusão do recente Estudo de Diagnóstico do Crescimento de Moçambique, realizado pelo Laboratório de Diagnóstico do Crescimento da London School of Economics (LSE).<sup>23</sup> Na trajectória de desenvolvimento actual, prevê-se que o défice de infra-estruturas continue a ser o maior entrave ao crescimento da produtividade no país, pelo menos até 2043.

Dados os atrasos na extracção de GNL, é provável que os dividendos de crescimento decorrentes dos megaprojectos se concretizem para além do horizonte de previsão (2043). No Caminho Actual, o crescimento médio anual do PIB está projectado em cerca de 5,1 % entre 2026 e 2034, acelerando para cerca de 7,1 % no período de 2035 a 2043, à medida que a extracção de GNL ganha escala. Ao longo de todo o período de 2026 a 2043, espera-se que o crescimento atinja uma

---

<sup>21</sup> World Bank, Macro poverty outlook, Abril de 2025, <https://thedocs.worldbank.org/en/doc/77351105a334213c64122e44c2efe523-0500072021/related/mpo-sm25.pdf>

<sup>22</sup> Barry B. Hughes, IFs economic model documentation, Working paper 2015.07.20, Julho de 2015 <https://korbel.du.edu/sites/default/files/2021-12/IFs%20Economic%20Model%20Documentation.pdf>

<sup>23</sup> Mozambique Growth Diagnostic Study, Final report

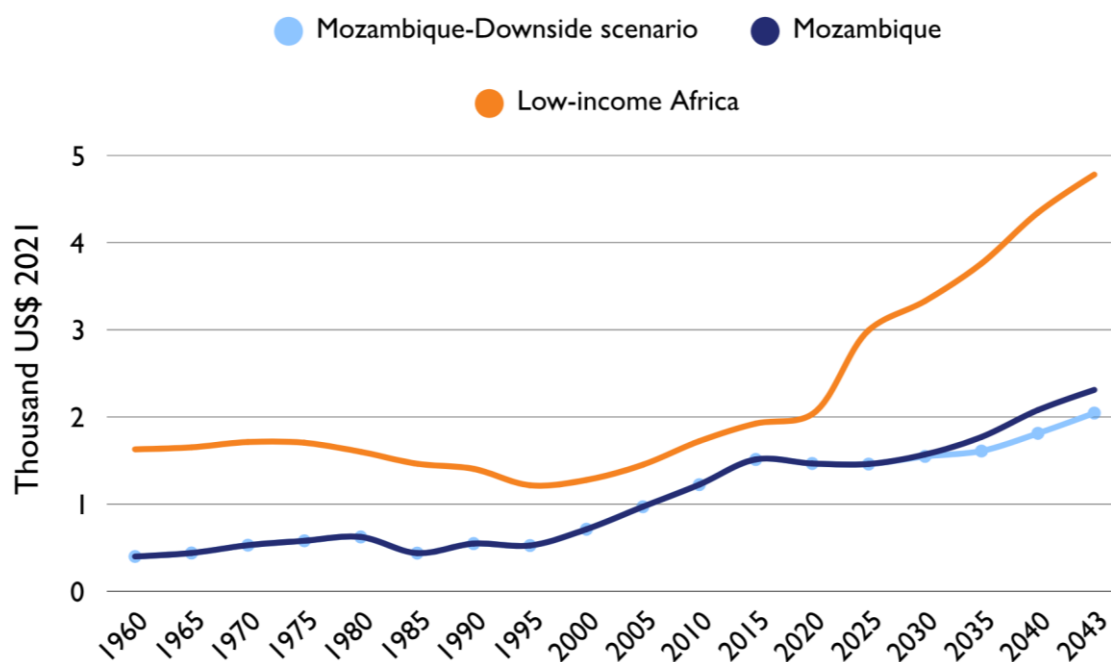
média de 6,1%, o que representa 3,1 pontos percentuais abaixo da projecção mais otimista do Governo de Moçambique, de 9,2%, delineada na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2023–2043).

Reflectindo esta dinâmica das taxas de crescimento projectadas, o PIB de Moçambique (em dólares americanos a preços constantes de 2021) registará uma expansão significativa a longo prazo, passando de um valor estimado de US\$ 19,2 mil milhões em 2026, para aproximadamente US\$ 53,5 mil milhões em 2043. Isto representa mais do que uma duplicação da produção real ao longo do horizonte de previsão, impulsionada principalmente pelo aumento gradual da produção de GNL, a par da recuperação da produção agrícola e de uma retoma dos serviços, o sector mais afetado pelas perturbações pós-eleitorais.

De acordo com a classificação de rendimento do Banco Mundial, Moçambique tem-se mantido consistentemente na categoria de rendimento baixo e ainda não fez a transição para o estatuto de rendimento médio-baixo. Em 2024, Moçambique situava-se entre os seis países africanos com o PIB per capita mais baixo (PPC de 2021), o que sublinha os desafios persistentes em matéria de rendimento e desenvolvimento que a economia enfrenta, apesar de períodos de crescimento agregado relativamente forte. Conforme ilustrado no Gráfico 4, o país registou progressos substanciais na redução do fosso entre o seu PIB per capita e a média dos seus pares africanos com rendimentos semelhantes entre 1995 e 2015, reflectindo o forte desempenho em matéria de crescimento durante esse período. No entanto, esta convergência inverteu-se desde então. O crescimento económico mais fraco após 2015, aliado a um crescimento demográfico persistentemente elevado, conduziu a um novo alargamento do fosso entre os rendimentos.

Na Via Actual, é improvável que Moçambique convirja para o nível médio de rendimento do seu grupo de referência. O PIB per capita aumentará aproximadamente 56,9 %, passando de um valor estimado de US\$ 1 472 em 2026, para US\$ 2 311 em 2043. Apesar desta melhoria, permaneceria bem abaixo da média projectada de US\$ 4 780 para os países africanos de baixo rendimento durante o mesmo período. O crescimento demográfico mais elevado continuará a diluir os ganhos económicos agregados, o que significa que mesmo um crescimento do PIB relativamente robusto se traduz em aumentos mais modestos do rendimento per capita. No cenário descendente, prevê-se que o crescimento do PIB per capita seja cerca de 18,1 pontos percentuais inferior ao da Via Actual, resultando num PIB per capita de US\$ 2 045 até 2043, ou seja, cerca de US\$ 266 abaixo da projecção do Caminho Actual.

Gráfico 4: Evolução do PIB per capita (PPC): Moçambique e outros grupos, 1960-2043



Fonte: Previsão com base na IFs, versão 8.59; dados históricos do FMI

[Moçambique – Cenário Pessimista; Moçambique; África de baixo rendimento; Milhares de US\$ 2021]

Moçambique tem vindo a registar uma transformação estrutural modesta ao longo das últimas décadas. O modelo de crescimento predominante, impulsionado em grande parte por megaprojectos extractivos de elevada intensidade de capital e financiados pela dívida, proporcionou períodos de forte crescimento agregado, mas não se traduziu num desenvolvimento abrangente e intensivo em termos de emprego. Consequentemente, a criação de emprego tem-se mantido insuficiente para absorver uma força de trabalho em rápida expansão, limitando o carácter inclusivo e o impacto do crescimento económico na redução da pobreza.

A maioria dos moçambicanos economicamente activos continua concentrada na agricultura. Em termos globais, apenas 58% da população em idade activa (15-64 anos) integra a força de trabalho. Entre os empregados, 66,8% estão envolvidos em actividades do sector primário, incluindo a agricultura, a silvicultura, a pesca e a mineração. Em contrapartida, apenas 4,5% trabalham na indústria transformadora, energia e construção, enquanto o sector dos serviços, que inclui transportes, comunicações, comércio, finanças e serviços administrativos, representa apenas 12,8% do emprego.<sup>24</sup>

Tal como em muitos outros países de baixo rendimento, a economia informal é muito significativa em Moçambique (Gráfico 5). Em 2021, Moçambique registava uma taxa de informalidade de cerca de 96 % entre a sua força de trabalho.<sup>25</sup> Os países com elevados níveis de informalidade enfrentam uma série de desafios de desenvolvimento, tais como a baixa mobilização de receitas. O crescimento económico tende a ficar aquém do seu potencial nos países com elevados níveis de

<sup>24</sup> The Mozambique National Development Strategy ( *Estratégia Nacional De Desenvolvimento* ) , 2023-2043

<sup>25</sup> Aga et al.(2019), Informal firms in Mozambique: status and potential, The World Bank, <https://documents.worldbank.org/curated/en/275211562775522380/pdf/Informal-Firms-in-Mozambique-Status-and-Potential.pdf>

informalidade.<sup>26</sup> Um estudo realizado em Moçambique mostra que, em comparação com as microempresas formais, as empresas informais vendem cerca de 14 vezes menos, obtêm lucros 17 vezes inferiores e são 2 a 3 vezes menos produtivas.<sup>27</sup>

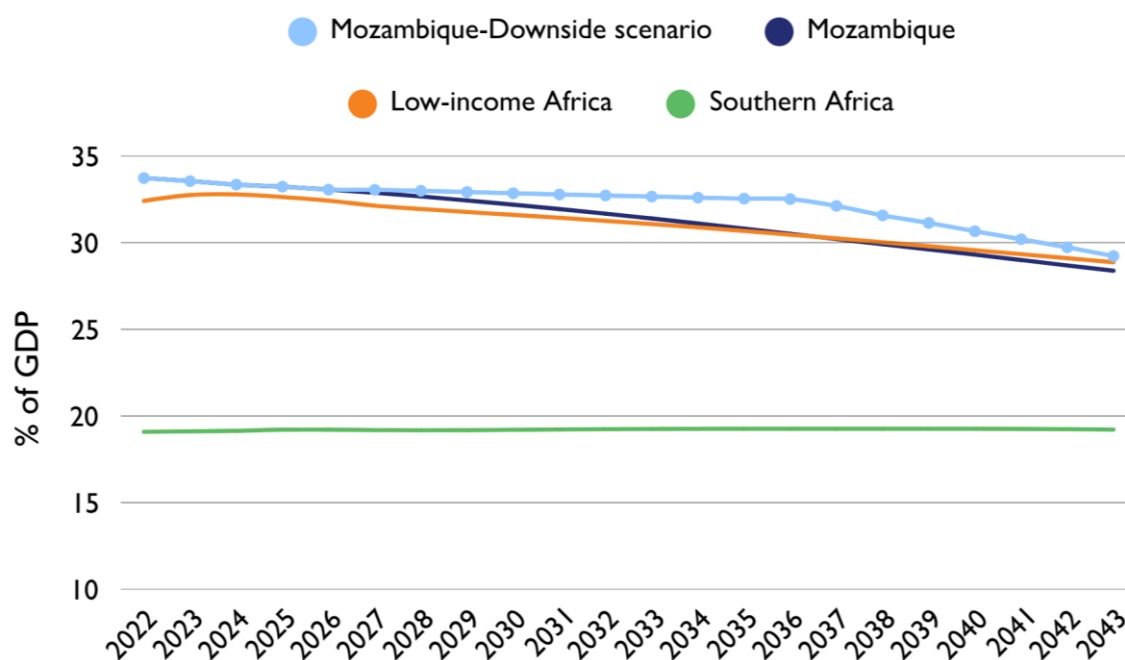
Em 2024, o sector informal de Moçambique foi estimado em 33,4 % do PIB, o que realça a natureza estrutural da informalidade na economia e a sua estreita ligação à criação limitada de emprego formal. Na Via Actual, a informalidade diminuirá gradualmente para 28,4 % do PIB até 2043. Embora isto represente um progresso modesto, indica um ritmo lento de transformação estrutural. Em 2043, Moçambique situar-se-ia ligeiramente abaixo da média dos países africanos de baixo rendimento (28,9%), mas permaneceria bem acima da média da África Austral (18,5%), sugerindo que serão necessárias reformas mais profundas em matéria de produtividade, desenvolvimento do sector privado e absorção de mão de obra para acelerar a formalização e alargar a base tributária. No cenário Pessimista, prevê-se que a participação do sector informal no PIB aumente ligeiramente em comparação com a Via Actual, atingindo 29,2% até 2043, o que é um pouco acima da média projectada para os países africanos de baixo rendimento no mesmo ano.

---

<sup>26</sup> C Deléchat and L Medina, What is the informal economy? Finance & Development, IMF, Dezembro de 2020, [www.imf.org/Publications/fandd/issues/2020/12/what-is-the-informal-economy-basics](http://www.imf.org/Publications/fandd/issues/2020/12/what-is-the-informal-economy-basics)

<sup>27</sup> Aga et al.(2019), Informal firms in Mozambique: status and potential, The World Bank, <https://documents.worldbank.org/curated/en/275211562775522380/pdf/Informal-Firms-in-Mozambique-Status-and-Potential.pdf>

Gráfico 5: Dimensão da economia informal na Via Actual, 2022–2043



Fonte: Previsão na versão 8.59 da IFs, dados históricos de Elgin e Oztunali (2008) e de Schneider e Enste (2012)

[Moçambique – Cenário Pessimista; Moçambique; África de baixo rendimento; África Austral; % do PIB]

Os resultados do nosso trabalho de campo apontam para a existência de barreiras estruturais persistentes à formalização. Processos de registo morosos, taxas elevadas, requisitos administrativos onerosos e acesso limitado à informação e à formação em matéria de conformidade continuam a constituir os principais obstáculos para as empresas informais. As entrevistas revelaram ainda inconsistências na aplicação da regulamentação, com alguns funcionários a exigirem documentação desnecessária devido a uma familiaridade limitada com os procedimentos existentes — práticas que aumentam os custos de transacção e desincentivam a transição para a economia formal.

Tendo em conta que o sector informal constitui actualmente uma fonte de subsistência fundamental para a população jovem de Moçambique, em rápido crescimento, os esforços de formalização terão de ser graduais e sequenciais. Medidas coercivas abruptas poderiam comprometer os rendimentos na ausência de oportunidades de emprego formal suficientes. Uma via mais sustentável combinaria a simplificação regulamentar com incentivos claros à formalização. Isto inclui melhorar o acesso ao financiamento, aos serviços de desenvolvimento empresarial, à formação profissional e às ligações de mercado com empresas formais de maior dimensão. O reforço da capacidade dos funcionários públicos responsáveis pelo registo de empresas - a par de melhorias na transparência e na normalização dos procedimentos - será também essencial para reduzir a incerteza e criar confiança no sistema formal.

Sem tais reformas, é provável que o ritmo da formalização continue a ser lento, limitando a mobilização de receitas internas e condicionando a transformação económica inclusiva ao longo do horizonte de previsão.

## Tendências da pobreza e da desigualdade na Via Actual

A pobreza em Moçambique afecta de forma desproporcional os jovens, as mulheres, as pessoas com níveis de escolaridade mais baixos, os residentes de agregados familiares rurais de maior dimensão e aqueles que trabalham no sector agrícola. Geograficamente, as províncias das regiões Norte e Centro do país são as mais afectadas pela pobreza. Em contrapartida, a província de Maputo e a cidade de Maputo, no Sul, apresentam as taxas de pobreza mais baixas, situando-se em 22,4 % e 11,4 %, respectivamente.<sup>28</sup>

A plataforma de previsão da IFs utiliza indicadores de pobreza extrema comparáveis a nível internacional. Para garantir a coerência com a análise global da pobreza, o presente relatório aplica o limiar de pobreza de US\$ 3 dólares por dia (PPC de 2021), salvo indicação em contrário. As estimativas aqui apresentadas diferem, portanto, das baseadas no limiar de pobreza nacional de Moçambique, que foi fixado em 40 MZN por dia em 2020.<sup>29</sup> Embora os limiares de pobreza nacionais estejam mais estreitamente alinhados com os padrões de consumo interno e os quadros políticos, a utilização do parâmetro de referência internacional permite a comparação entre países e a análise de cenários a longo prazo no âmbito do quadro da IFs.

Utilizando o limiar de pobreza de US\$ 3 por dia (PPC de 2021), Moçambique registou a terceira taxa de pobreza mais elevada de África em 2024, estimada em 80,5 %. O Gráfico 6 apresenta as tendências passadas da pobreza e as projecções para a Via Actual. Este gráfico indica que a pobreza não é um fenómeno novo, mas sim uma questão de longa data em Moçambique. Embora o país tenha registado progressos notáveis entre 2002 e 2015, período em que a pobreza diminuiu de forma constante, esta tendência inverteu-se desde então. A taxa de pobreza aumentou de 74,5% em 2015, anulando efectivamente grande parte dos ganhos alcançados durante a década anterior.

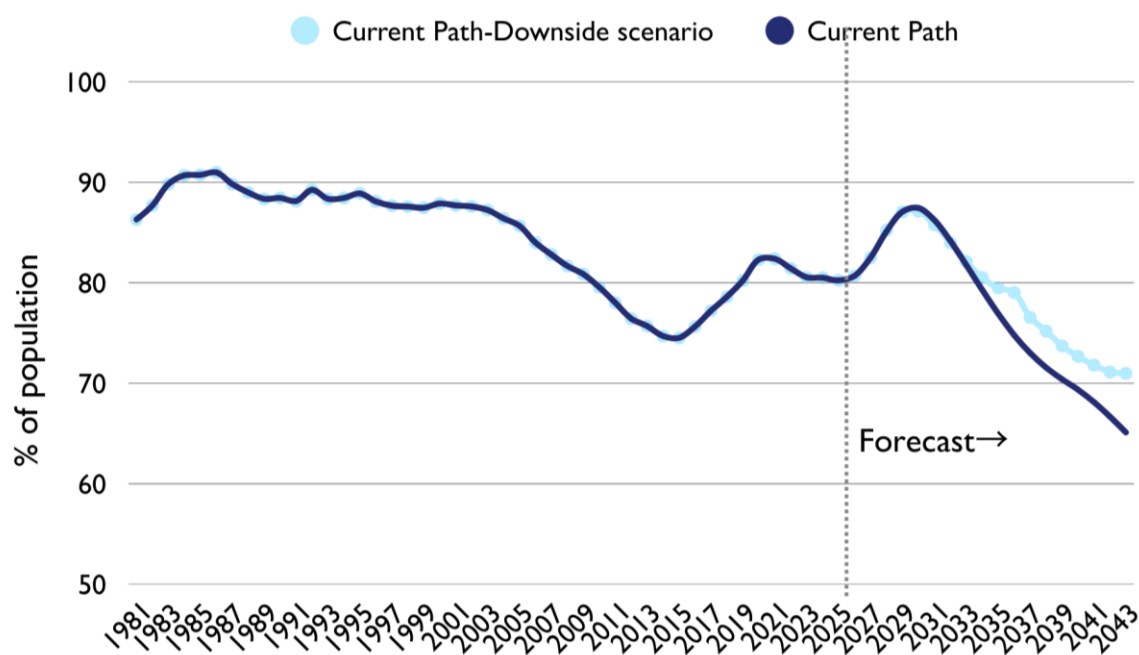
Em termos absolutos, a situação é ainda mais preocupante. O número de pessoas que vivem em pobreza extrema aumentou de aproximadamente 19,8 milhões em 2015, para quase 28 milhões em 2024, reflectindo os efeitos combinados de uma transformação estrutural lenta, de um rápido crescimento populacional e da vulnerabilidade a choques económicos e relacionados com o clima.

---

<sup>28</sup> The World Bank, Poverty and Equity brief , Mozambique, Outubro de 2023, <https://pip.worldbank.org/country-profiles/MOZ>

<sup>29</sup> The World Bank, Mozambique Poverty Assessment, Junho de 2023, <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/099091123142528718/P17686006100df030b5b807d052b0ff880>

**Gráfico 6: Pobreza monetária em Moçambique (< US\$ 3 por dia e por pessoa), 1981–2043**



Fonte: Previsões em IFs, versão 8.59.

[Via Actual – Cenário Pessimista; Via Actual; % da População; Previsão]

Após 2015, a instabilidade económica anulou os progressos anteriormente alcançados na redução da pobreza. A crise da dívida oculta provocou instabilidade macroeconómica, depreciação da moeda e diminuição da confiança dos investidores, abrandando o crescimento económico. Esta situação agravou-se devido a choques externos, incluindo os ciclones Idai e Kenneth em 2019, a pandemia da COVID-19 e as perturbações nas cadeias de abastecimento globais, que provocaram um aumento dos preços dos alimentos e dos combustíveis. No final de 2021, antes dos impactos adicionais da guerra na Ucrânia e da crise global do custo de vida, cerca de 81,8% da população (25,9 milhões de pessoas) vivia em situação de pobreza extrema. A incerteza política durante os períodos eleitorais também enfraqueceu a confiança dos investidores, atrasou as reformas e limitou ainda mais a capacidade do governo de implementar políticas eficazes de redução da pobreza.

A pobreza monetária, no entanto, reflecte apenas uma parte da realidade. O Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) global oferece uma avaliação mais abrangente, medindo privações que se sobrepõem em dez indicadores, distribuídos por três dimensões com igual peso: saúde, educação e nível de vida. O IPM complementa o limiar internacional de pobreza extrema de US\$ 3 por dia, identificando quem se encontra em situação de pobreza multidimensional e destacando as diferentes formas de privação que essas pessoas enfrentam. De acordo com as estimativas do PNUD, 60,7% da população de Moçambique vivia em situação de pobreza multidimensional em 2022/2023, sendo que mais de 16,9% eram considerados vulneráveis e classificados como abrangidos pela pobreza multidimensional.<sup>30</sup>

<sup>30</sup> UNDP, 2025 Global Multidimensional Poverty Index (MPI): Overlapping Hardships: Poverty and Climate Hazards, <https://hdr.undp.org/content/2025-global-multidimensional-poverty-index-mpi#/indicies/MPI>

Prevê-se que a pobreza em Moçambique diminua gradualmente a longo prazo, mas continuará a ser significativamente superior à média dos países comparáveis. Até 2043, espera-se que a taxa de pobreza (com base em US\$ 3 por pessoa por dia) desça para 65,1%, o que representa cerca de 31,4 pontos percentuais acima da média prevista de 33,7% para os países africanos de baixo rendimento nesse mesmo ano. Apesar deste declínio gradual da taxa de pobreza, o rápido crescimento populacional significa que o número absoluto de pessoas a viverem na pobreza continuará a aumentar. O número de pessoas pobres atingirá 36,1 milhões até 2030 e aumentará ainda mais para 37,5 milhões até 2043. No cenário descendente, prevê-se que o número de pessoas que vivem em pobreza extrema aumente para 40,9 milhões até 2043, ou seja, cerca de 3,5 milhões a mais do que no Caminho Actual.

Por forma a que o crescimento económico se traduza numa redução significativa da pobreza, este deve ser inclusivo e gerar benefícios generalizados para a população. Embora se preveja que o reinício da extracção de GNL crie oportunidades de emprego, é provável que muitos desses postos de trabalho sejam temporários e de escala limitada. Na Via Actual, Moçambique ficará muito aquém da meta dos ODS de eliminar a pobreza extrema até 2030.

No âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento de Moçambique (ENDE), o objectivo é o de reduzir a proporção da população que vive abaixo do limiar nacional de pobreza, dos actuais 68,2%, para 35,8%, até 2043. No Caminho Actual, Moçambique terá dificuldades em reduzir a pobreza devido aos seus níveis extraordinariamente elevados de desigualdade e desemprego. De acordo com a Global Inequality Update 2024, publicado pelo World Inequality Lab, os 10% mais ricos da população moçambicana detêm cerca de 72% da riqueza do país. Em contrapartida, os 50% mais pobres da população detêm cerca de 2% do rendimento nacional de Moçambique.<sup>31</sup> O coeficiente de Gini do país foi estimado em 0,5 em 2024, indicando disparidades substanciais de rendimento e consumo.

Embora o crescimento económico seja necessário para a redução da pobreza, não é, por si só, suficiente, uma vez que os níveis de desigualdade são importantes. Foi demonstrado que níveis mais elevados de desigualdade subvertem o efeito de redução da pobreza geralmente provocado pelo crescimento económico.<sup>32</sup> Isto deve-se ao facto de uma má distribuição inicial dos recursos físicos, humanos e financeiros tornar muito mais difícil para as pessoas pobres participarem e, conseqüentemente, beneficiarem dos frutos do crescimento económico. A despesa pública e o investimento têm sido distribuídos de forma desigual pelas regiões, com a riqueza concentrada na região sul, especialmente em Maputo.

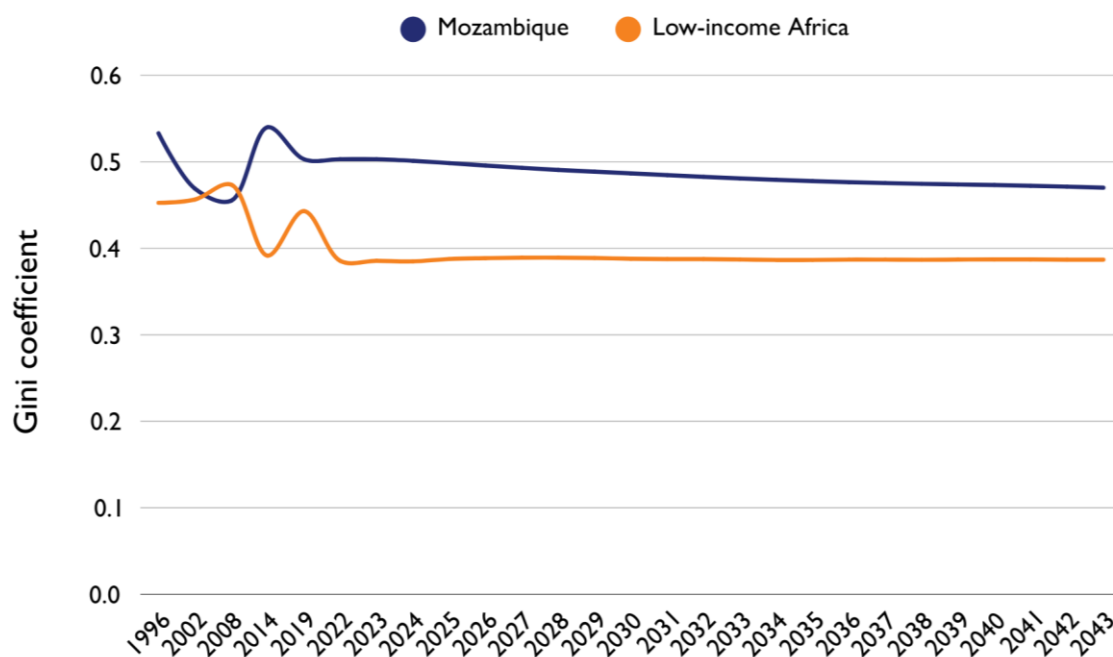
Sem combater a desigualdade, o crescimento económico terá pouco impacto na redução da pobreza em Moçambique. A ENDE (2023-2043) identificou a desigualdade como um desafio, e a meta é atingir um coeficiente de Gini de 0,3 até 2043. O Gráfico 7 mostra como a desigualdade de rendimentos poderá evoluir na Via Actual.

---

<sup>31</sup> World Inequality Database, 2024, <https://wid.world/data/>

<sup>32</sup> AK Fosu, Growth, Inequality and Poverty in Sub-Saharan Africa: Recent Progress in a Global Context, *Oxford Development Studies*, 43:1, 2015, 44–59; M Ravallion and S Chen, What Can New Survey Data Tell Us about Recent Changes in Poverty and Distribution? *World Bank Economic Review*, 11:2, 1997, 357–82.

Gráfico 7: Desigualdade de rendimentos em Moçambique, 1996-2043



Fonte: Previsão com base na IFs, versão 8.59; dados históricos do Banco Mundial

[Moçambique; África de baixo rendimento; Coeficiente Gini]

Se a tendência actual se mantiver, o coeficiente de Gini de Moçambique atingirá 0,47 até 2043, permanecendo bem acima da meta nacional de 0,3 e superior à média projectada para a África de baixo rendimento, que é de 0,39. Para alcançar o objectivo da criação de riqueza inclusiva, o Governo de Moçambique deve comprometer-se com políticas que redistribuam os benefícios do crescimento económico por toda a população. Para tal, Moçambique terá de combater a corrupção, criar mais empregos, resolver as desigualdades de género no acesso a bens e serviços, reforçar as redes de segurança social e enfrentar os desafios de direccionamento, entre outras medidas.

O Governo de Moçambique implementou várias iniciativas e programas de protecção social para apoiar indivíduos em situação de pobreza e vulnerabilidade. Estes incluem prestações em dinheiro para idosos e indivíduos portadores de deficiência e doenças crónicas, e ajuda a grupos vulneráveis, tais como crianças malnutridas, órfãos e pessoas com VIH, a par de iniciativas de obras públicas e serviços sociais. O maior programa de assistência social, o Programa de Subsídio Social Básico (PSSB), inscreve principalmente idosos (91,5%), seguidos das pessoas portadoras de deficiência (5,9%). As mulheres representavam 64,7% dos beneficiários da assistência social em 2022.<sup>33</sup> Com mais de 90% das receitas fiscais em 2021-22 absorvidas pela massa salarial e pelos custos do serviço da dívida, o país terá dificuldade em alocar mais recursos à despesa social.

## Sectores do Desenvolvimento: Via Actual e Cenários

<sup>33</sup> Mozambique social protection situation, ILO, <https://www.social-protection.org/gimi/ShowCountryProfile.action?iso=MZ>

Esta secção apresenta uma visão geral de oito sectores de desenvolvimento na Via Actual de desenvolvimento de Moçambique, juntamente com o impacto de um único cenário optimista associado a cada um deles. Os oito sectores e cenários são: Governação, Demografia e Saúde, Educação, Infra-estruturas, Agricultura, Indústria Transformadora, Comércio Internacional (a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana) e Fluxos Financeiros Externos.

Salvo indicação em contrário, parte-se do princípio de que as intervenções políticas em cada cenário terão início em 2029. A partir desse momento, os cenários modelam um impulso de reformas ao longo de 10 anos até 2038, após o qual os ganhos decorrentes dessas intervenções se mantêm até 2043.

As diversas intervenções previstas nos cenários assentam numa calibração cuidadosa do que é realisticamente possível. Tal baseia-se em comparações com os resultados alcançados por países com níveis de desenvolvimento semelhantes aos de Moçambique, através de um processo de avaliação comparativa (ver anexo). As intervenções representam uma visão optimista do futuro de Moçambique. O objectivo é destacar as intervenções políticas necessárias para acelerar o desenvolvimento humano e económico em Moçambique.

## **Governação e estabilidade em Moçambique**

A boa governação é fundamental para o progresso económico. Uma maior segurança e estabilidade a nível nacional criam um ambiente propício ao investimento interno e estrangeiro. Criam condições para que os governos possam implementar estratégias de desenvolvimento eficazes e sustentáveis. A boa governação e a segurança abrangem todos os sectores; criam incentivos e confiança para o investimento e a inovação. A boa governação é crucial para a utilização eficiente dos fundos públicos em prol do desenvolvimento e da melhoria do bem-estar da população.

Moçambique tem uma longa história de instabilidade militar e política. Nos últimos anos, o país tem enfrentado conflitos armados e insurreições, particularmente na província setentrional de Cabo Delgado, onde grupos militantes islâmicos têm estado activos. Apesar destes desafios, Moçambique tem realizado consistentemente eleições presidenciais, parlamentares e provinciais multipartidárias desde o fim da guerra civil em 1992.

As eleições de Outubro de 2024 decorreram num ambiente político altamente polarizado. Seguiram-se controvérsias sobre a credibilidade dos resultados e alegações de irregularidades eleitorais,<sup>34</sup> o que agravou ainda mais as tensões políticas. Estes acontecimentos reflectem desafios de longa data no processo democrático do país. Persistem as tensões entre os seus três principais grupos políticos: a Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), a Resistência Nacional Moçambicana (Renamo) e o Movimento Democrático de Moçambique (MDM). A qualidade das eleições tem-se deteriorado ao longo dos anos.<sup>35</sup>

As discussões com especialistas durante a nossa visita de campo destacaram que a qualidade da democracia no país tem vindo a deteriorar-se a par do declínio do Estado de direito nos últimos anos. O ambiente político é altamente polarizado; as instituições são fracas e instrumentalizadas

---

<sup>34</sup> Human Rights Watch, 2024, Mozambique's Ruling Party Wins Elections Amid Nationwide Protests, <https://www.hrw.org/news/2024/10/24/mozambiques-ruling-party-wins-elections-amid-nationwide-protests>

<sup>35</sup> BTI 2022 Country Report. Mozambique, <https://bti-project.org/en/reports/country-report/MOZ>

pelos partidos políticos, enquanto a descentralização, que deveria melhorar a prestação de serviços públicos, serve antes para acomodar interesses políticos.

A má governação continua a estar na origem das frustrações e queixas de muitos cidadãos de vários grupos do país; a capacidade da função pública é reduzida e a percepção de corrupção financeira por parte da elite política de Moçambique é elevada, como evidenciado pelo empréstimo clandestino de 2016. Apesar do forte crescimento económico, muitos moçambicanos sentem-se deixados para trás no desenvolvimento do país, e o descontentamento crescente entre a população jovem constitui uma preocupação para a estabilidade democrática a longo prazo do país. De acordo com o relatório do Índice Ibrahim de Governação Africana (IIAG) de 2023, a governação global em Moçambique deteriorou-se ao longo da última década.<sup>36</sup> O país ficou em 28.º lugar entre 54 países africanos no Índice, com uma pontuação de 49 em 100, inferior à média regional da África Austral (54,6). Uma pontuação de 100 representa a prestação bem-sucedida de bens e serviços públicos políticos, sociais e económicos que os cidadãos esperam do seu governo e pelos quais o Estado é responsável. De acordo com o relatório, a segurança e o Estado de direito deterioraram-se significativamente desde 2018.

Os indicadores de corrupção têm vindo a deteriorar-se progressivamente em Moçambique. Durante a nossa entrevista com a sociedade civil em Maputo, um participante referiu que a corrupção é «o maior obstáculo ao futuro do país». De acordo com o Índice de Percepção da Corrupção (CPI) global de 2025 da Transparency International, Moçambique, com uma pontuação de 21 em 100, ocupa o 161.º lugar entre os 180 países analisados, tendo descido 4 pontos face a 2023.<sup>37</sup> Pontuações mais baixas indicam uma percepção de corrupção mais elevada, enquanto uma pontuação de 100 reflecte um sector público muito íntegro.

Os elevados níveis de corrupção em Moçambique continuam a minar a eficácia do governo e a enfraquecer a capacidade do Estado para prestar serviços públicos. Este desafio está intimamente ligado a uma cultura política baseada no clientelismo, em que o apoio político é frequentemente trocado por benefícios e bens públicos, e as instituições fracas estão entre os factores subjacentes à persistência da corrupção e à deterioração gradual da governação em Moçambique.<sup>38</sup>

No modelo IFs, o Índice de Eficácia Governamental do Banco Mundial é classificado numa escala de 0 a 5, sendo que valores mais elevados indicam um desempenho mais sólido. Em 2024, Moçambique registou uma pontuação de aproximadamente 1,76 em 5, ocupando o 27.º lugar entre 55 países africanos em termos de eficácia governamental.

Um conjunto crescente de estudos demonstra que a fraca governação e a corrupção prejudicam gravemente o desempenho económico e o desenvolvimento.<sup>39</sup> A boa governação será, por conseguinte, crucial para alcançar os objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2023-2043). Nos termos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento, a concretização do pilar da

---

<sup>36</sup> Mo Ibrahim Foundation, 2023 Ibrahim Index of African Governance (IIAG), <https://iiag.online/data.html>

<sup>37</sup> The 2025 Corruption Perceptions Index (CPI), <https://www.transparency.org/en/cpi/2025>

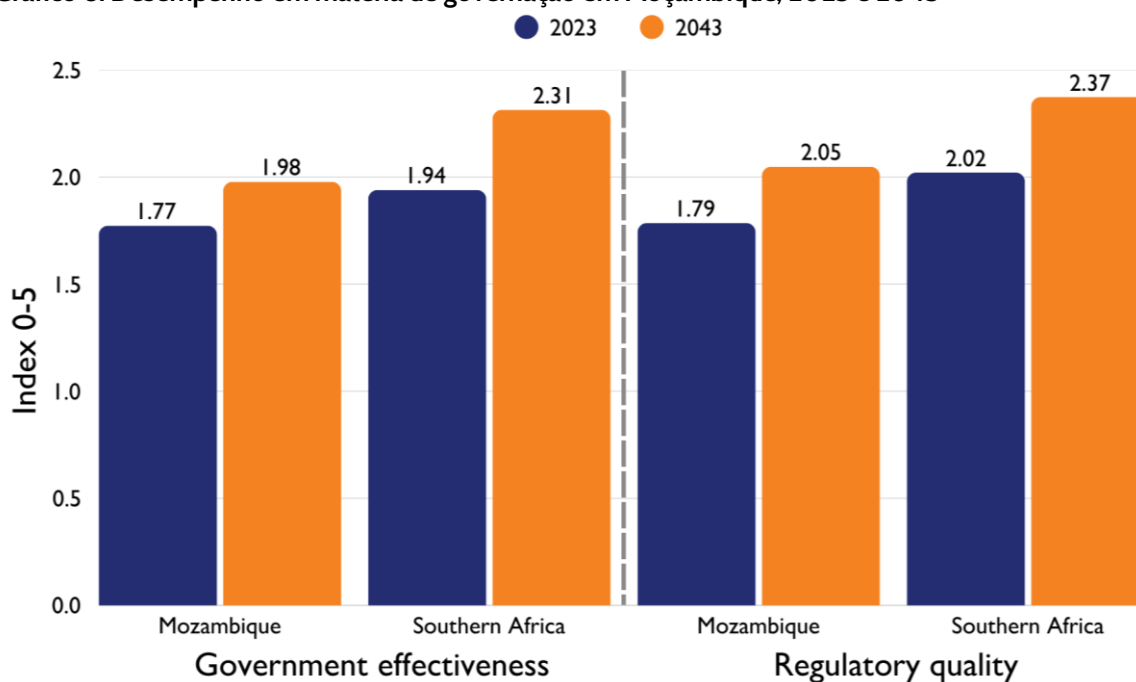
<sup>38</sup> Soto et al. The governance challenge in Mozambique, IMF.

<sup>39</sup> Le Hong Ngo & Van Cuong Dang, The role of governance in the relationship between corruption and sustainable development in developing countries, 2026, <https://link.springer.com/article/10.1007/s43621-026-02586-2>

governança centrar-se-á na transparência, na participação democrática, na eficiência da administração pública, na modernização, na responsabilidade e na luta contra a corrupção, criando um ambiente propício ao investimento e ao desenvolvimento sustentável.<sup>40</sup>

Na Via Actual, os indicadores de governança em Moçambique irão melhorar ligeiramente até 2043, em comparação com os níveis de 2023, mas permanecerão abaixo da média regional da África Austral (Gráfico 8).

**Gráfico 8: Desempenho em matéria de governança em Moçambique, 2023 e 2043**



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59; dados históricos do Banco Mundial

[Eficácia do Governo; Qualidade regulatória; Moçambique; África Austral; Índice 0-5]

No âmbito da IFs, a governança pode ser analisada em três dimensões — segurança, capacidade e inclusão —, reflectindo a sequência tradicional do processo de formação do Estado. A pontuação para cada dimensão varia entre zero (má) e um (excelente). A dimensão da segurança mede a probabilidade de conflito intra-estatal e o nível geral de risco. A segunda dimensão, a capacidade, está relacionada com as receitas públicas, a corrupção, a qualidade da regulamentação, a liberdade económica e a eficácia do governo. A terceira dimensão, a inclusão, mede o nível de democracia e o empoderamento de género.<sup>41</sup>

<sup>40</sup> The Mozambique National Development Strategy ( *Estratégia Nacional De Desenvolvimento*), 2023-2043

<sup>41</sup> Para efeitos de modelização e avaliação da governança nas instituições financeiras (IFs), Hughes et al. recorrem à teoria da modernização e à noção de que a governança se desenvolve historicamente através de três transições sequenciais: uma transição em matéria de segurança, seguida de uma transição em termos de capacidade e, por fim, uma transição no sentido de uma maior inclusão. Embora África não tenha seguido este padrão de formação do Estado, as três transições constituem uma perspectiva analítica útil através da qual se pode analisar a governança. Para o efeito, a IFs inclui um índice (0 a 1) para cada dimensão, sendo que pontuações mais elevadas indicam melhores resultados. Um índice composto de governança é uma média simples dos três. BB Hughes, DK Joshi, JD Moyer, TD Sisk e JR Solórzano, *Patterns of Potential Human Progress: Strengthening Governance Globally*, Boulder: Oxford University Press, 2014, 6

Moçambique apresenta um desempenho fraco em termos de capacidade, em comparação com outras dimensões da governação. Isto reflecte uma fraca mobilização de receitas públicas e eficácia do governo, elevados níveis de corrupção e fraca qualidade da regulamentação. No Caminho Actual, Moçambique registará progressos graduais nas três dimensões da governação (segurança, capacidade e inclusão). Consequentemente, a pontuação do país no índice composto de governação, calculada como a média simples destas três dimensões, será cerca de 15% superior em 2043 em relação ao seu nível em 2024.

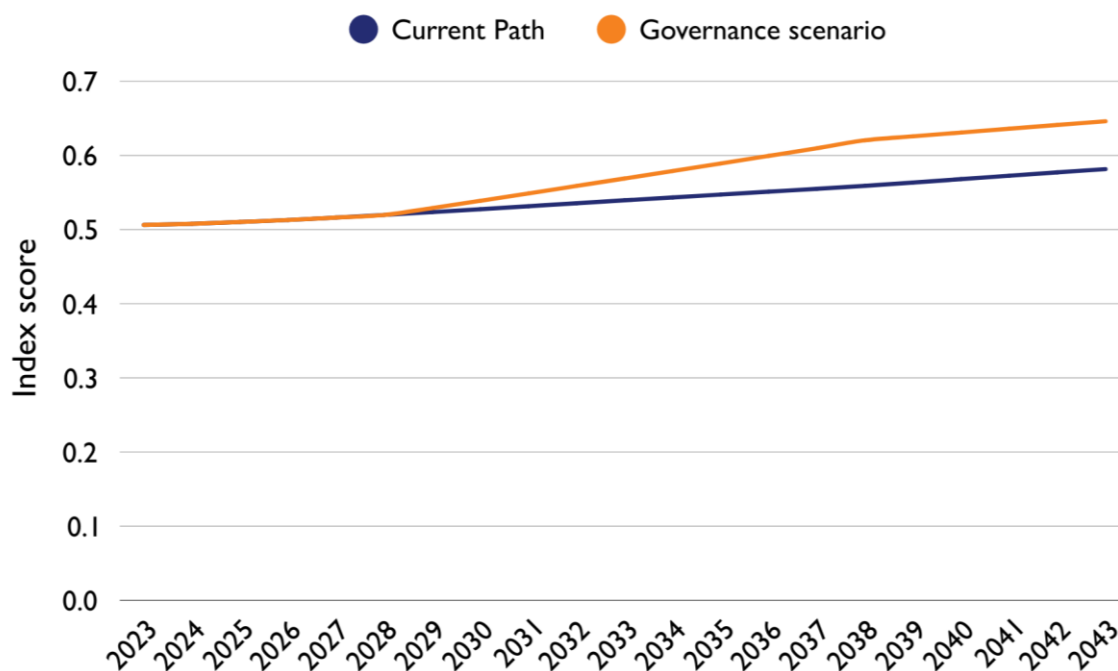
A consecução de uma estabilidade e segurança sustentáveis em Moçambique, a par do reforço da governação e da democracia, exigirá provavelmente esforços contínuos para dar resposta às queixas socioeconómicas subjacentes, promover uma maior inclusão e fortalecer as instituições do Estado.

### **Cenário da governação**

O cenário de Governação representa uma melhoria razoável, mas ambiciosa, da governação em Moçambique. Este cenário reduz a probabilidade de conflitos internos e de violência social (segurança), diminui a corrupção, aumenta a liberdade económica e melhora a eficácia da governação e a qualidade da regulamentação (capacidade). Por fim, melhora o nível de democracia e o empoderamento de género (maior inclusão).

No cenário de Governação, a pontuação de Moçambique no índice composto de governação aumentará cerca de 29% entre 2026 e 2043, em comparação com uma melhoria de 13% na Via Actual durante o mesmo período (Gráfico 9). Em 2043, a pontuação global de governação do país atingirá 0,65, em comparação com 0,58 no Caminho Actual.

Gráfico 9: Índice composto de governação na Via Actual e no cenário da Governação, 2023-2043



Fonte: Previsões IFs na versão 8.59

#### [Caminho Actual; Cenário da Governação; Pontuação do Índice]

Se o cenário de Governação for implementado, Moçambique poderá registar ganhos notáveis em termos de crescimento económico e redução da pobreza, em comparação com o Caminho Actual. Em 2043, a economia seria cerca de US\$ 4,5 mil milhões (8 %) maior do que no Caminho Actual. O PIB per capita (PPC) aumentará para US\$ 2 442, em comparação com os US\$ 2 311 dólares da Via Actual.

As melhorias na governação também ajudariam a reduzir os níveis de pobreza. Em 2043, haveria cerca de 2,5 milhões de moçambicanos a menos a viverem com menos de US\$ 3 por dia, em comparação com a Via Actual, na qual cerca de 37,5 milhões de pessoas permanecerão em situação de pobreza extrema. Isto corresponde a uma taxa de pobreza de 60,8% no cenário de Governação, em comparação com 65,1% na Via Actual.

### Demografia e saúde em Moçambique

A dinâmica populacional e os resultados em matéria de saúde estão intimamente interligados. O estado geral de saúde de um país influencia os níveis de fertilidade, mortalidade e morbilidade, determinando tanto o crescimento populacional como a estrutura etária da população. As melhorias nos serviços de saúde, na prevenção de doenças e na nutrição podem reduzir as taxas de mortalidade e contribuir para uma maior esperança de vida, ao mesmo tempo que afectam os padrões de fertilidade.

Ao mesmo tempo, o rápido crescimento populacional aumenta a procura de serviços essenciais e bens de primeira necessidade, incluindo cuidados de saúde, nutrição, água e saneamento. Quando o crescimento populacional ultrapassa a capacidade dos governos de prestarem esses serviços,

pode exercer uma pressão significativa sobre os sistemas de saúde e comprometer os progressos na melhoria dos resultados em matéria de saúde.

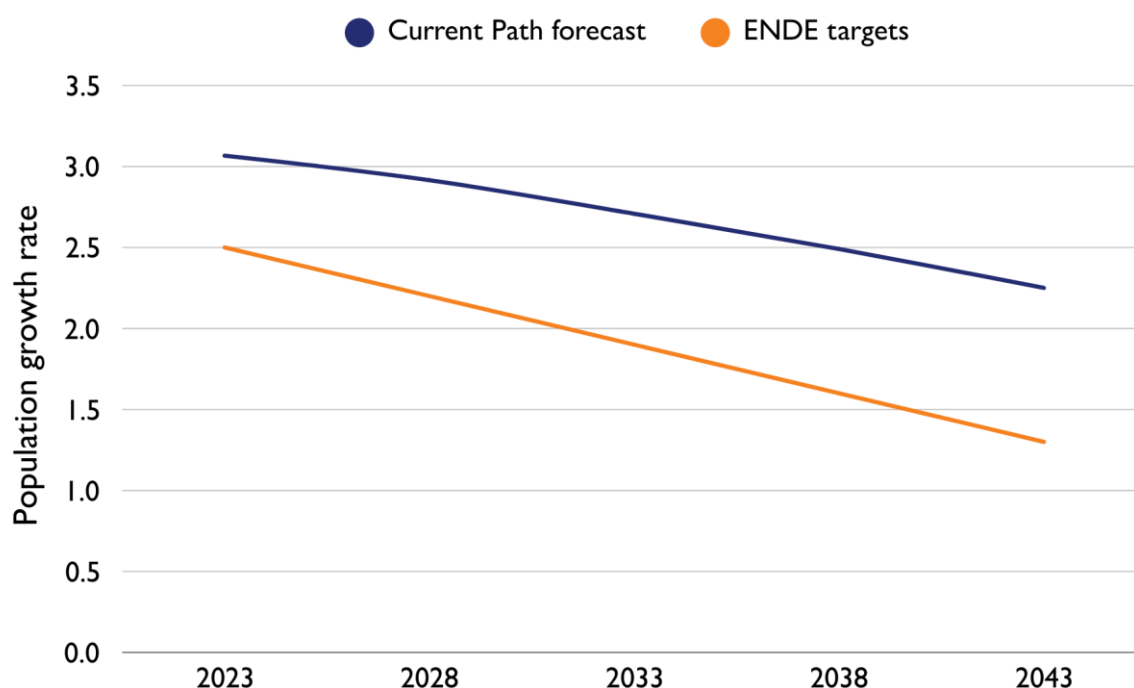
### Demografia

A estrutura da população de um país determina a sua trajectória social, económica e política a longo prazo. Assim, a compreensão do perfil demográfico de um país é importante para avaliar as perspectivas de desenvolvimento.

Desde o fim da guerra civil em 1992, a população de Moçambique tem crescido rapidamente, passando de cerca de 13,6 milhões em 1992 para aproximadamente 34,7 milhões em 2024 — uma taxa média de crescimento anual de cerca de 3% entre 1993 e 2024. Consequentemente, Moçambique ocupa o 13.º lugar entre os países mais populosos de África e é o terceiro maior da África Austral, a seguir à África do Sul e a Angola.

Seguindo o Caminho Actual, a população de Moçambique atingirá cerca de 55,4 milhões até 2043, impulsionada pela diminuição da mortalidade e por uma fertilidade persistentemente elevada. Entre 2023 e 2043, a população crescerá a uma taxa média anual de 2,7%, significativamente acima da meta de 1,8% estabelecida na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (ENDE) para o mesmo período. Em 2043, o crescimento populacional anual permanecerá elevado, em 2,3%, bem acima da meta da ENDE de 1,3% para esse ano (Gráfico 10).

Gráfico 10: Taxas de crescimento populacional em Moçambique, 2023-2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59; dados históricos das Perspectivas Demográficas Mundiais do PNUD

[Previsão da Via Actual; Metas da ENDE; Taxa de crescimento populacional]

A taxa de fertilidade total de Moçambique atingiu o seu pico em 1972, situando-se em cerca de 6,7 nascimentos por mulher. A fertilidade manteve-se persistentemente elevada nas décadas seguintes, com uma média de cerca de 6,4 nascimentos por mulher entre 1972 e 1999. Tal deveu-se ao acesso limitado aos serviços de planeamento familiar, aos elevados níveis de mortalidade

infantil e a uma população predominantemente rural, onde as famílias numerosas eram frequentemente vistas como benéficas do ponto de vista económico e social.

Desde o início da década de 2000, a fertilidade tem vindo a diminuir gradualmente, à medida que a mortalidade infantil e juvenil diminuiu e o acesso à educação, particularmente para as raparigas, melhorou, a par de um acesso alargado aos serviços de saúde reprodutiva e de planeamento familiar.<sup>42</sup> Em 2024, a taxa de fertilidade de Moçambique tinha descido para cerca de 4,7 nascimentos por mulher. Apesar deste progresso, a fertilidade mantém-se bem acima do nível de substituição de 2,1 nascimentos por mulher. Prevê-se que a taxa de fertilidade do país se mantenha acima da taxa de substituição até 2043, altura em que se prevê que atinja 3,3 nascimentos por mulher (Gráfico 11).

De acordo com o Inquérito Demográfico e de Saúde (DHS) de 2022/2023, 26 % das mulheres actualmente casadas com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos e 47 % das mulheres solteiras sexualmente activas utilizam algum método de planeamento familiar. Além disso, a taxa de fertilidade não é homogénea em todo o país. Em média, as mulheres nas zonas rurais têm 5,8 filhos, em comparação com 3,6 filhos nas zonas urbanas. A percentagem de métodos modernos de contraceção utilizados entre as mulheres actualmente casadas com idades compreendidas entre os 15 e os 49 anos é mais elevada nas zonas urbanas (40%) do que nas zonas rurais (18%). No que diz respeito às províncias, a Zambézia (11%), Nampula (13%) e Cabo Delgado (14%) apresentam a percentagem mais baixa de mulheres actualmente casadas que utilizam algum método moderno.<sup>43</sup>

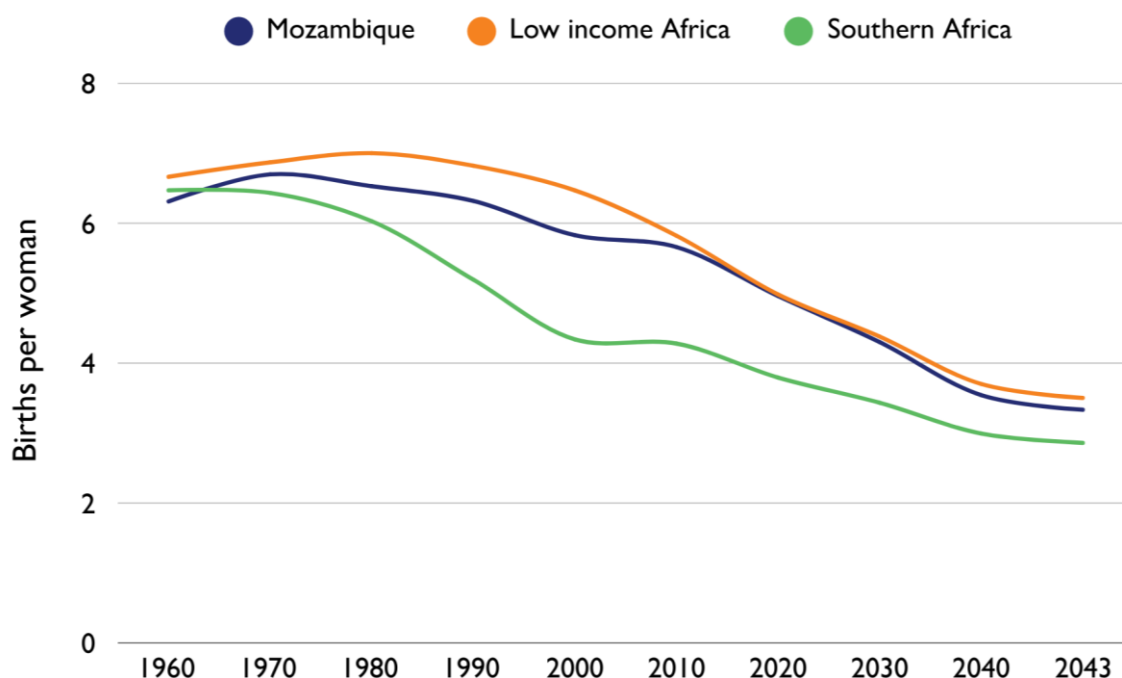
O Governo de Moçambique reiterou que a gestão do crescimento populacional constitui uma prioridade fundamental para alcançar os objectivos de desenvolvimento social e económico do país. Actualmente, esta questão é considerada uma área prioritária na ENDE.

---

<sup>42</sup> National Institute of Statistics (INE), ICF International. *Moçambique: Inquérito Demográfico e de Saúde, 2022–23: Relatório Definitivo [Mozambique: Demographic and Health Survey 2022–23: Final Report (FR389)]*. INE and ICF International, 2024

<sup>43</sup> Moçambique Inquérito Demográfico e de Saúde 2022–23, Instituto Nacional de Estatística Maputo, Moçambique.

Gráfico 11: Trajectória da fertilidade em Moçambique, 1960-2043

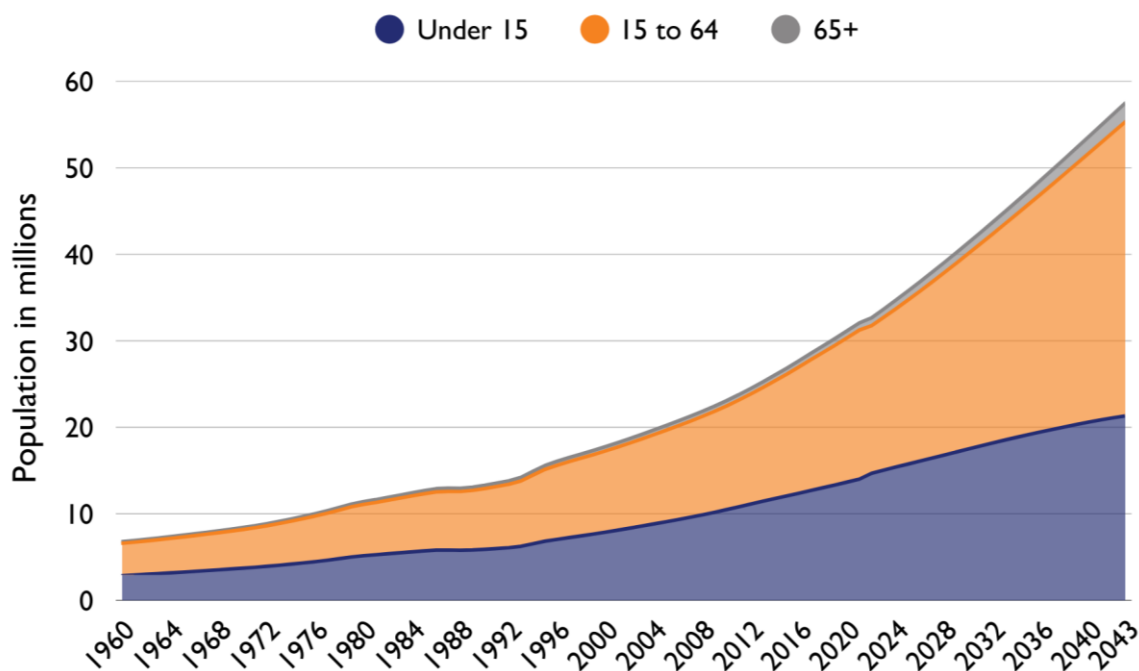


Fonte: Previsões IFs, versão 8.59; dados históricos das Perspectivas da População Mundial do PNUD

[Moçambique; África de baixo rendimento; África Austral; Nascimentos por mulher]

As taxas de fertilidade persistentemente elevadas, combinadas com uma esperança de vida relativamente baixa, contribuíram para que Moçambique tenha uma das estruturas etárias mais jovens de África. A idade mediana em Moçambique foi estimada em 17,5 anos em 2024, a 19.<sup>a</sup> mais baixa de África. Isto representa um aumento modesto em relação aos 16 anos registados em 1992, no final da guerra civil, indicando uma mudança gradual na estrutura etária do país. Seguindo a Via Actual, a idade mediana atingirá os 21,1 anos em 2043, o que significa que metade da população continuará a ter menos de 21 anos. Este envelhecimento gradual reflecte-se numa diminuição da percentagem da população com menos de 15 anos e num aumento correspondente da população em idade activa (Gráfico 12).

Gráfico 12: Estrutura demográfica em Moçambique, 1960-2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59; dados históricos das «Perspectivas Demográficas Mundiais» do PNUD  
[Menos de 15 anos; 15 a 64 anos; mais de 65 anos; População em milhões]

Em 2024, cerca de 44,4% da população moçambicana tinha menos de 15 anos. Esta numerosa coorte de crianças com menos de 15 anos de idade requer um investimento avultado em infra-estruturas de educação e saúde. Com uma queda prevista nas taxas de fertilidade até 2043, 37,1% da população terá menos de 15 anos de idade. O aumento da esperança de vida é evidente no crescente grupo populacional dependente de idosos, que passará de 2,9% em 2024 para 3,8% até 2043.

A coorte da população em idade activa (15-64 anos) aumentará de 52,7% em 2024 para 59,1% até 2043. Com formação e qualificações adequadas, esta força de trabalho em crescimento pode contribuir para a inovação, o empreendedorismo e a diversificação económica, permitindo que Moçambique entre numa potencial janela de oportunidade demográfica até 2054. O dividendo demográfico, ou presente demográfico, é o crescimento económico gerado por alterações na estrutura demográfica de um país. Geralmente concretiza-se quando um país atinge um rácio de, pelo menos, 1,7 pessoas em idade activa (15-64 anos) por cada dependente (crianças (0-14 anos) e idosos (65+ anos)).<sup>44</sup> A proporção era de 1,1 em 2024 e será de 1,4 em 2043 e de 1,7 em 2054.

Quando há menos dependentes para cuidar, isso liberta recursos para poupança e investimento e, a longo prazo, permite que as mulheres, em particular, se dediquem a carreiras, à aquisição de competências e à formação. Aumenta a participação feminina na força de trabalho de formas que, de outra maneira, não seriam possíveis se elas tivessem de cuidar de famílias numerosas.

<sup>44</sup> Berlin Institute for Population and Development, Demographic dividend, [www.berlin-institut.org/en/focus-areas/demographicdividend](http://www.berlin-institut.org/en/focus-areas/demographicdividend).

Estudos têm demonstrado que cerca de um terço do crescimento económico durante o «milagre económico» da Ásia Oriental pode ser atribuído ao grande aumento da população activa e ao número relativamente reduzido de dependentes.<sup>45</sup> No entanto, o crescimento da população em idade activa em relação aos dependentes não se traduz automaticamente num rápido crescimento económico, a menos que a força de trabalho adquira as competências necessárias e seja absorvida pelo mercado de trabalho. Em 2024, cerca de 79% da população com 15 anos ou mais era economicamente activa, reflectindo a grande percentagem de trabalhadores envolvidos na agricultura de subsistência e em actividades informais.<sup>46</sup>

Moçambique apresenta um elevado peso da população jovem, de 50,4 % em 2024, que, no Caminho Actual, deverá diminuir para 45,6 % até 2043. Um pico demográfico juvenil, definido como a percentagem da população com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos em relação à população com 15 anos ou mais, apresenta uma forte relação com surtos de violência e instabilidade sociopolítica nos países pobres, particularmente quando as oportunidades são escassas, a qualidade da educação é baixa e a expressão democrática é inibida.

A par do crescimento populacional e das mudanças demográficas estruturais, prevê-se que Moçambique assista a uma mudança dramática no sentido das áreas urbanas. Moçambique é um dos países menos urbanizados do mundo, com 60,7% da sua população a residir em áreas rurais em 2024. Na Via Actual, a transição urbana ganhará impulso, com 49% da população em áreas urbanas e 51% em áreas rurais em 2043 (Gráfico 13). A urbanização é fundamental para o crescimento económico e o desenvolvimento, uma vez que promove o empreendedorismo e aumenta a produtividade. As cidades em África geram entre 55% e 60% do PIB do continente.<sup>47</sup> Apesar de constituir apenas cerca de 5% da população do país, Maputo é responsável por cerca de 20% do PIB de Moçambique.<sup>48</sup> A urbanização pode reduzir a pobreza e proporcionar vários benefícios sociais e económicos quando gerida de forma sustentável.

---

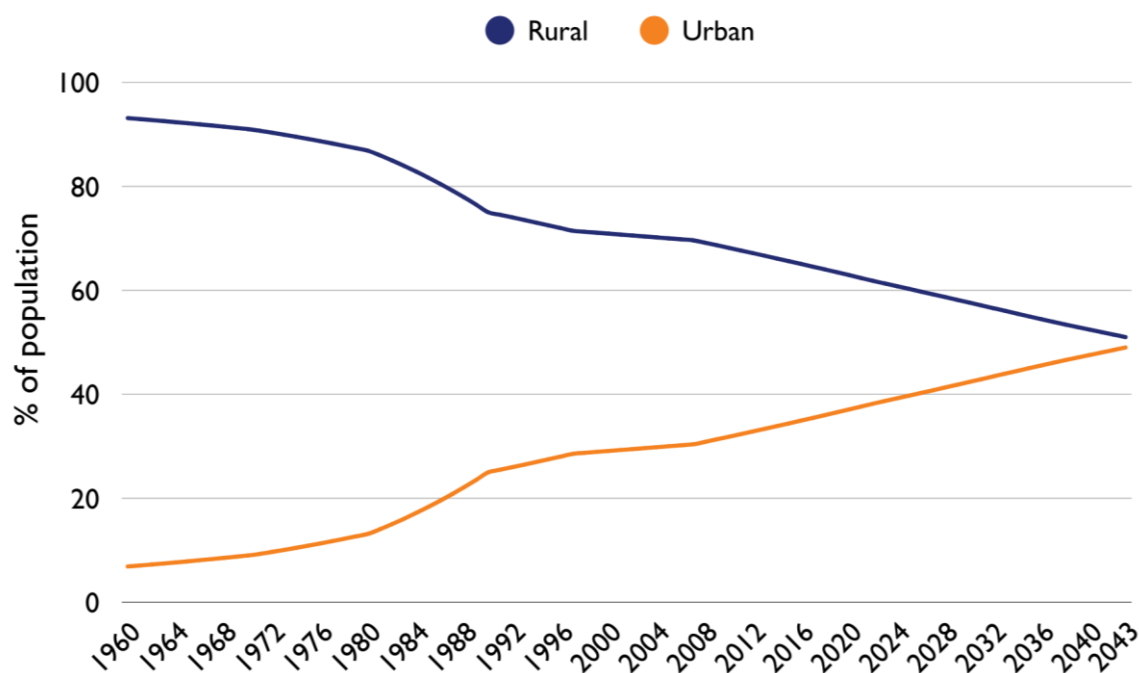
<sup>45</sup> D Canning, S Raja and AS Yazbeck (eds.), *Africa's demographic transition: Dividend or disaster?* Africa Development Forum Series, Washington, DC: World Bank, 2015.

<sup>46</sup> The World Economy, Mozambique: Labour force participation, [https://www.theglobaleconomy.com/mozambique/Labor\\_force\\_participation/](https://www.theglobaleconomy.com/mozambique/Labor_force_participation/)

<sup>47</sup> M El Hedi Aroui et al, *Effects of Urbanization on Economic Growth and Human Capital Formation in Africa*, PGDA Working Paper, Harvard University, 2014.

<sup>48</sup> UN Habitat, Urban resilience hub, Maputo, <https://urbanresiliencehub.org/city-profile/maputo/>

Gráfico 13: Percentagem da população que vive em zonas urbanas e rurais em Moçambique, 1960-2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59; dados históricos das «Perspectivas de Urbanização Mundial» do PNUD

[Rurais; Urbanas; % da população]

## Saúde

Apesar dos esforços para melhorar o sector da saúde pública em Moçambique, este continua a ser um dos menos dotados de recursos do mundo, o que tem afectado negativamente a capacidade do Governo de Moçambique de melhorar os cuidados de saúde da sua população. Consequentemente, Moçambique apresenta algumas das piores estatísticas de saúde do mundo. Em 2019, o país ocupou a 184.<sup>a</sup> posição em termos de eficiência global na saúde entre os 191 Estados-Membros da Organização Mundial de Saúde (OMS), com uma pontuação baixa de 0,26 em 1,0.<sup>49</sup>

O país tem uma proporção de apenas três médicos por cada 100 000 habitantes, uma proporção que se encontra entre as mais baixas do mundo.<sup>50</sup> Os sistemas de acompanhamento, motivação e retenção de pessoal são fracos, e os profissionais de saúde na linha da frente são frequentemente mal-formados e possuem competências de gestão limitadas. Para as pessoas nas zonas rurais e as extremamente pobres, as mulheres, as adolescentes e as crianças, os cuidados de saúde de qualidade são muito insatisfatórios e difíceis de aceder, expondo as desigualdades do sistema de saúde entre géneros e regiões geográficas.<sup>51</sup>

Conforme ilustrado no Gráfico 14, Moçambique gasta relativamente menos com cuidados de saúde em comparação com os países semelhantes, embora as despesas com a saúde tenham registado uma tendência ascendente desde 2014. De acordo com dados da OMS, Moçambique destinou

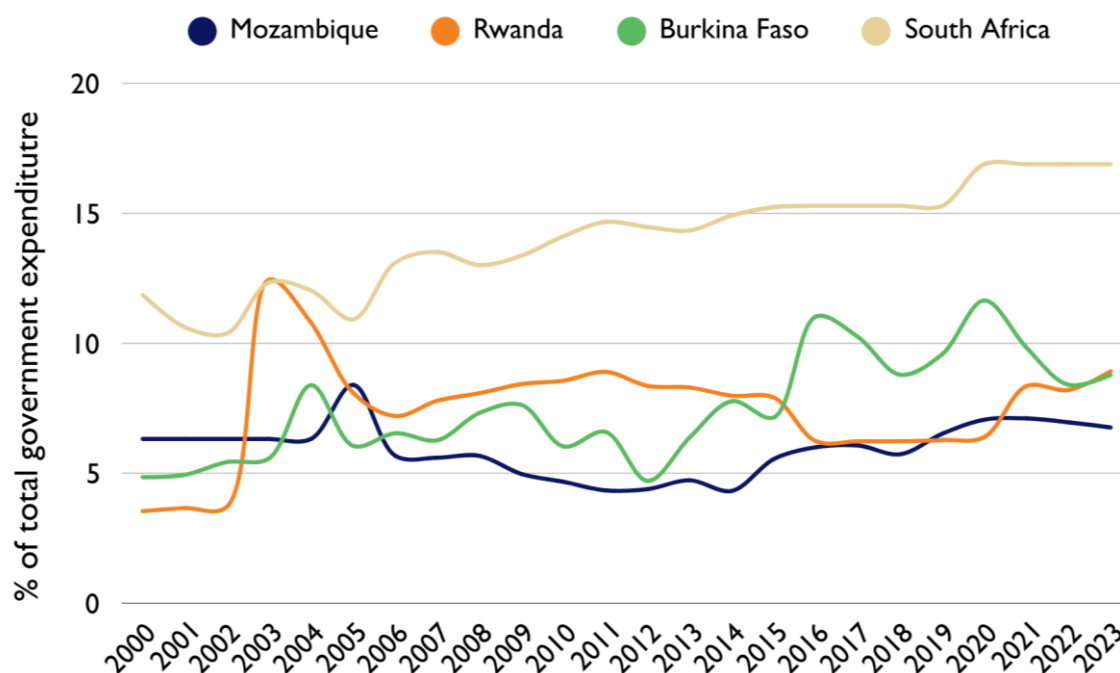
<sup>49</sup> A Tandon, CJL Murray, JA Lauer and DB Evans, Measuring overall health systems performance for 191 countries, World Health Organisation, GPE Discussion Paper Series No. 30, 2019.

<sup>50</sup> USAID, Global Health Mozambique, <https://www.usaid.gov/mozambique/global-health>

<sup>51</sup> World Bank, Mozambique's health system expands coverage with more frontline community workers, Outubro de 2023

cerca de 6,8 % da sua despesa pública total aos cuidados de saúde em 2023, o que representa uma ligeira diminuição em relação aos 7 % registados em 2022.<sup>52</sup>

Gráfico 14: Despesas públicas com a saúde em % do total das despesas públicas, 2000-2023



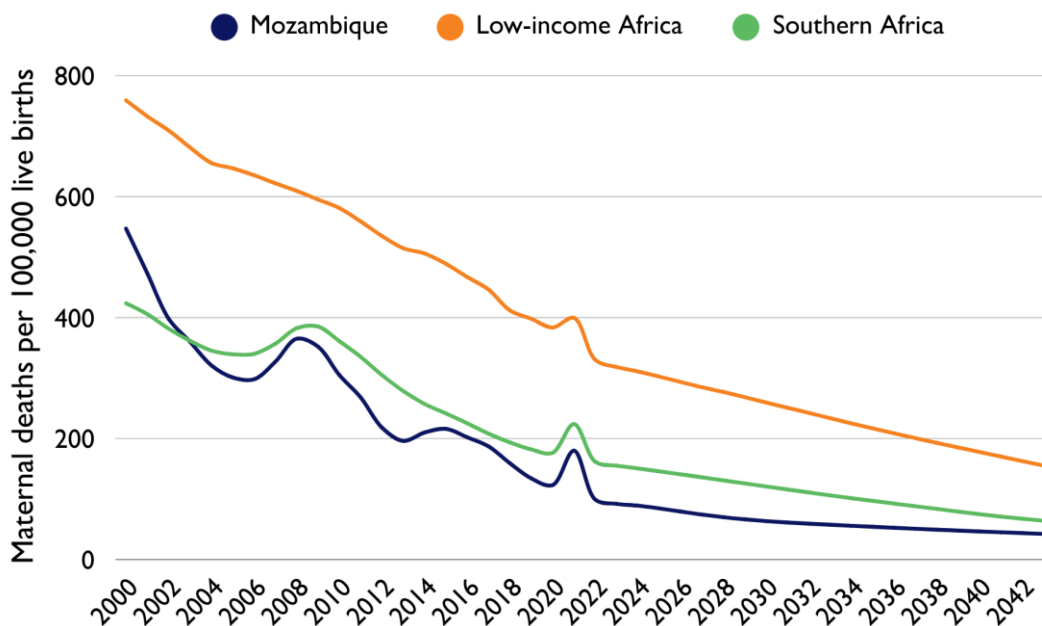
Fonte: Organização Mundial da Saúde, Repositório de Dados do Observatório Global de Saúde, 2026

[Moçambique; Ruanda; Burkina Faso; África do Sul; % da despesa pública total]

A eficiência do sistema de saúde de um país pode ser avaliada através de indicadores como a mortalidade materna, a mortalidade infantil e a esperança de vida. Moçambique tem registado progressos notáveis na redução das taxas de mortalidade e na ampliação do acesso aos serviços de saúde primários. Em 2023, o país registou 99 mortes maternas por cada 100 000 nados-vivos, um valor inferior à média dos países africanos de baixo rendimento (331) e dos países da região da África Austral (162). A meta dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) para a mortalidade materna (ODS 3.1) consiste em reduzir a mortalidade materna para menos de 70 mortes por cada 100 000 nados-vivos até 2030. Na Via actual, é provável que Moçambique cumpra esta meta, prevendo-se que a mortalidade materna diminua para 64 mortes por cada 100 000 nados-vivos até 2030 e para 42 até 2043 (Gráfico 15).

<sup>52</sup> WHO, World Health Organisation, Global Health Observatory Data Repository, 2026, [https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/domestic-general-government-health-expenditure-\(gghe-d\)-as-percentage-of-general-government-expenditure-\(gge\)](https://www.who.int/data/gho/data/indicators/indicator-details/GHO/domestic-general-government-health-expenditure-(gghe-d)-as-percentage-of-general-government-expenditure-(gge))

Gráfico 15: Mortalidade materna, Moçambique e países comparáveis, evolução histórica e previsões, 2000-2043



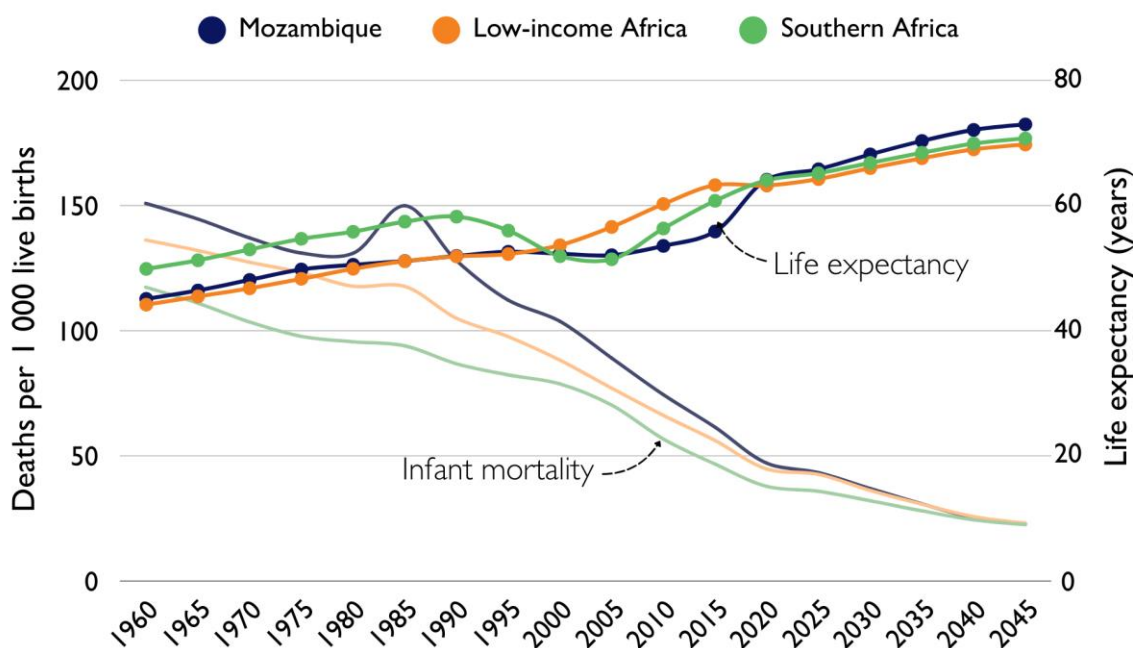
Fonte: IFs versão 8.59; dados históricos do GBD - Instituto de Métricas e Avaliação da Saúde (IHME)

[Moçambique; África de baixo rendimento; África Austral; Mortes maternas por cada 100,000 nados-vivos]

A esperança de vida em Moçambique tem melhorado significativamente desde os cerca de 50 anos registados no início da década de 1960, situando-se agora ligeiramente acima da média dos países comparáveis. Em 2024, a esperança de vida atingiu os 65,3 anos, cerca de 1,5 anos acima da média dos países africanos de baixo rendimento e 0,5 anos acima da média regional da África Austral. Estas melhorias reflectem um progresso gradual na prestação de cuidados de saúde primários, no controlo de doenças e nos serviços de saúde materno-infantil, que têm contribuído para a diminuição das taxas de mortalidade. Uma maior esperança de vida tem também implicações económicas importantes, uma vez que uma população mais saudável pode aumentar a produtividade laboral, prolongar a vida activa e apoiar o crescimento económico a longo prazo, desde que sejam criadas oportunidades de emprego suficientes.

A esperança de vida continuará a melhorar ao longo do horizonte de previsão e permanecerá acima das médias de ambos os grupos de referência (Gráfico 16). Em 2043, a esperança de vida atingirá os 73 anos, o que representa mais 3,5 anos do que a meta do Governo de Moçambique (GOM) de 69,5 anos, mais 3,2 anos do que a média dos países africanos de baixo rendimento e mais 2,2 anos do que a média regional dos países de referência. Os ganhos sustentados em termos de longevidade irão provavelmente aumentar a procura de serviços de saúde, protecção social e sistemas de apoio relacionados com a idade, destacando a importância do investimento contínuo no sector da saúde e no desenvolvimento humano em geral.

Gráfico 16: Esperança de vida e mortalidade infantil, 1960-2043



Fonte: IFs versão 8.59: Dados históricos do Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde (IHME)

[Moçambique; África de baixo rendimento; África Austral; Mortalidade infantil; Esperança de vida (anos); Mortes por cada 1,000 nados-vivos]

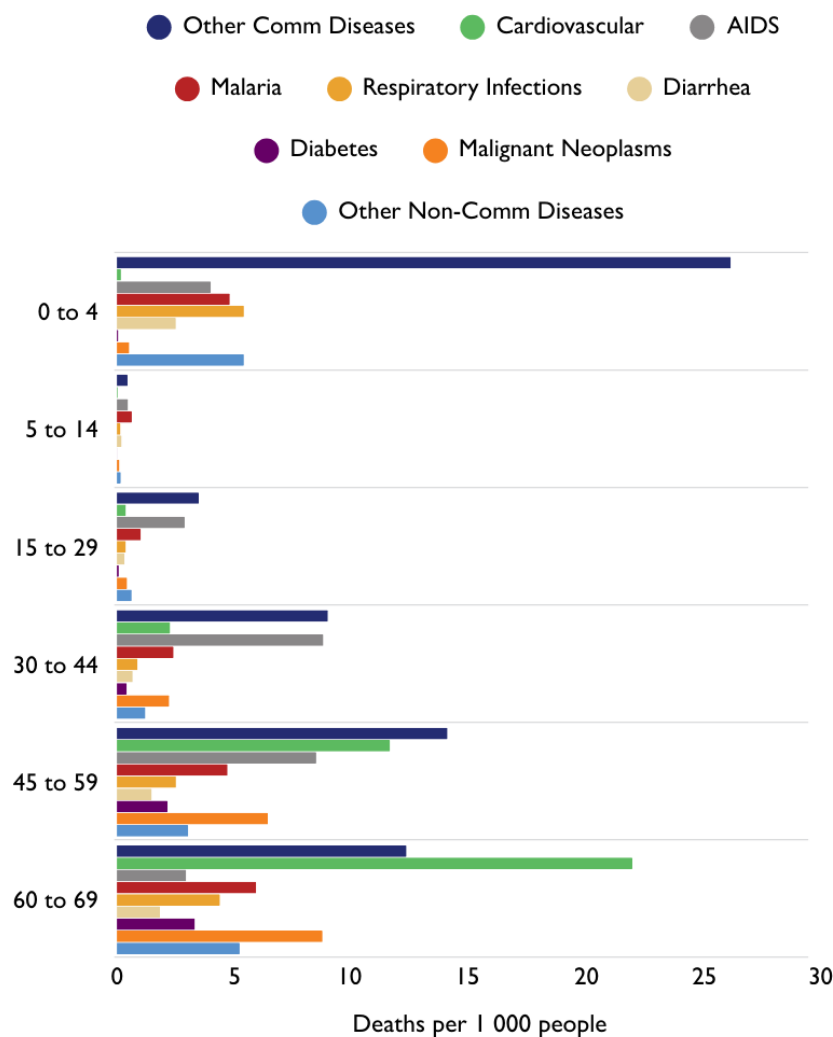
Em 2024, a taxa de mortalidade infantil de Moçambique continuava a figurar entre as mais elevadas dos países africanos de baixo rendimento, situando-se em 44,7 mortes por cada 1 000 nados-vivos. A meta dos ODS consiste em reduzir a mortalidade infantil para menos de 25 mortes por cada 1 000 nados-vivos até 2030. Na Via Actual, é improvável que Moçambique cumpra esta meta, prevendo-se que a taxa de mortalidade infantil diminua para 37 mortes por cada 1 000 nados-vivos até 2030, e para 22,7 mortes por cada 1 000 nados-vivos até 2043. Embora isto represente um progresso substancial a longo prazo, o nível de 2030 permanecerá acima da meta dos ODS, embora a previsão para 2043 fique abaixo da meta do Governo de Moçambique de 35 mortes por cada 1 000 nados-vivos nesse mesmo ano (ver Gráfico 16).

A baixa esperança de vida e a elevada mortalidade infantil em Moçambique estão intimamente ligadas à elevada prevalência de doenças transmissíveis, que acarretam custos humanos e económicos significativos. Em 2024, a taxa de mortalidade por doenças transmissíveis em Moçambique situava-se em cerca de 4 por mil, o que representava um valor 7,2% superior à média dos países africanos de baixo rendimento (3,8 por mil) e 4% superior à média dos seus pares regionais (3,9 por mil). Este fardo de doença comparativamente elevado destaca as limitações persistentes no acesso aos cuidados de saúde, na prevenção de doenças e na capacidade de tratamento.

A distribuição da taxa de mortalidade por coorte (Gráfico 17) mostra que a maioria das mortes prematuras em Moçambique ocorre nas fases iniciais da vida e está fortemente concentrada nas doenças transmissíveis. A mortalidade prematura em Moçambique concentra-se, em grande parte, nas fases iniciais da vida e é predominantemente causada por doenças transmissíveis. A

mortalidade mais elevada entre bebés e crianças não só reflecte más condições de saúde, como também compromete a acumulação de capital humano, podendo limitar o crescimento económico a longo prazo do país. Mesmo nos grupos em idade activa, as mortes por doenças transmissíveis predominam. Em particular, a SIDA representa o maior fardo para a saúde entre indivíduos com idades compreendidas entre os 30 e os 44 anos e entre os 45 e os 59 anos. A elevada mortalidade nestas coortes reduz a população em idade activa, diminui a produtividade, limita o desenvolvimento do capital humano e aumenta as pressões fiscais sobre o sistema de saúde.

Gráfico 17: Taxas de mortalidade por coorte, Moçambique, 2025



Fonte: IFs versão 8.59, dados históricos da OMS

[Outras Doenças Comuns; Cardiovasculares; SIDA; Malária; Infecções Respiratórias; Diarreia; Diabetes; Neoplasmos Malignos; Outras Doenças Não Comuns; Mortes por cada 1 000 pessoas]

Grande parte da incidência de doenças transmissíveis em bebés e crianças com idades compreendidas entre 1 e 4 anos resulta da falta de infra-estruturas de saúde. A utilização de fontes de combustível tradicionais (ou seja, carvão, estreme) é um dos principais factores que contribuem para a pneumonia infantil e outras infecções respiratórias. A falta de instalações de saúde para o

rastreio e tratamento da malária, bem como a baixa utilização de redes mosquiteiras, contribuem para o elevado peso da malária em Moçambique.<sup>53</sup> Entretanto, o acesso precário à água e ao saneamento constitui um factor determinante das mortes por doenças transmissíveis (tais como a diarreia) em crianças com menos de cinco anos de idade. Esta elevada prevalência de doenças transmissíveis em crianças com menos de cinco anos de idade pode também conduzir à subnutrição e ao atraso no crescimento.

A prevalência da desnutrição tem-se mantido elevada em Moçambique, sendo que tem sido responsável por 38% do atraso no crescimento e 6% da emaciação entre as crianças com menos de cinco anos de idade.<sup>54</sup> Cerca de 209 250 crianças com idades compreendidas entre os 6 e os 59 meses sofrem de desnutrição aguda, tendo se registado 72 199 casos de desnutrição aguda em mulheres grávidas (ou lactantes) entre Maio de 2023 e Março de 2024.<sup>55</sup> Se se mantiver o Caminho Actual, a taxa de atraso no crescimento das crianças com menos de cinco anos de idade diminuirá para 25,1% até 2043, ou seja, cerca de 14,9 pontos percentuais acima da meta do Governo de Moçambique para o mesmo ano, prevista na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2023-2043).

Embora Moçambique tenha registado uma incidência e um pico relativamente mais baixos de VIH/SIDA entre as décadas de 1990 e 2000, as taxas de prevalência e de mortalidade do país diminuíram muito mais lentamente do que na maioria dos países comparáveis. Entre 2009 e 2012, a taxa de mortalidade por SIDA em Moçambique estagnou em cerca de 0,4% da população e diminuiu significativamente posteriormente, atingindo 0,1% em 2024. A redução da taxa de mortalidade por SIDA atingirá 0,03% até 2043, ficando aquém da maioria dos seus pares regionais, e as taxas de mortalidade de Moçambique ficarão atrás apenas das do Lesoto, ESwatini, África do Sul e Botsuana.

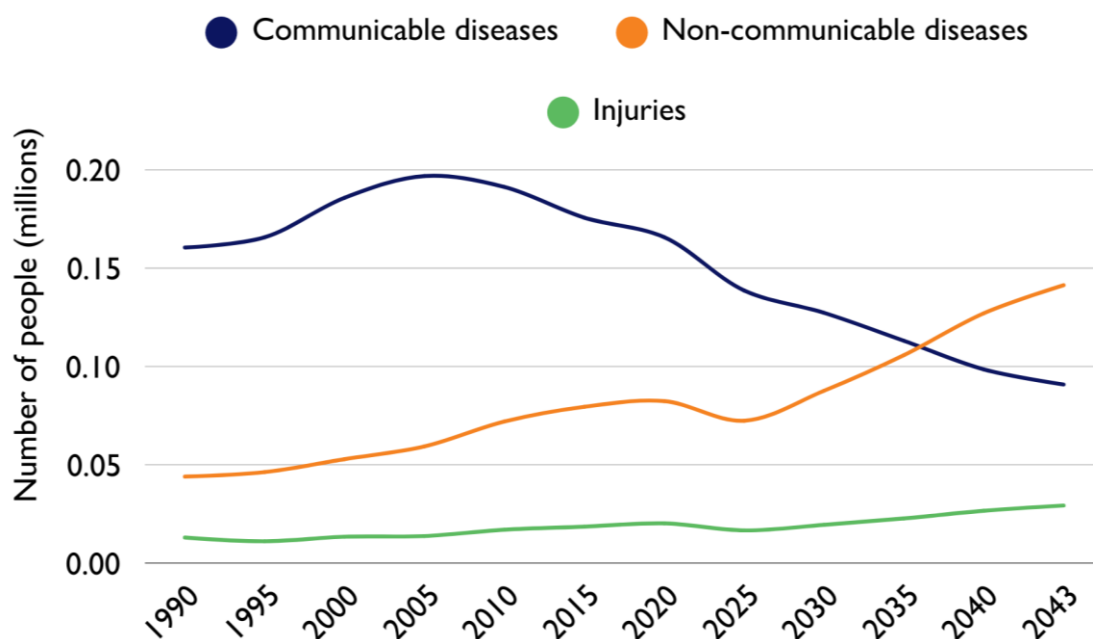
---

<sup>53</sup> WHO, Mozambique Health topics - Malaria, <https://www.afro.who.int/countries/44/health-topics>

<sup>54</sup> USAID Advancing Nutrition Mozambique Final Report 2019-2023, <https://www.advancingnutrition.org/resources/usaids-advancing-nutrition-mozambique-final-report>

<sup>55</sup> IPC Mozambique Acute Food insecurity Malnutrition , Maio de 2023 – Março de 2024, [https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user\\_upload/ipcinfo/docs/IPC\\_Mozambique\\_Acute\\_Food\\_Insecurity\\_Malnutrition\\_May\\_2023\\_March\\_2024\\_report.pdf](https://www.ipcinfo.org/fileadmin/user_upload/ipcinfo/docs/IPC_Mozambique_Acute_Food_Insecurity_Malnutrition_May_2023_March_2024_report.pdf)

Gráfico 18: Distribuição da mortalidade por principais categorias da Classificação Internacional de Doenças (CID), 1990-2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59; dados históricos do GBD-Instituto de Métricas e Avaliação em Saúde (IHME) [Doenças Transmissíveis; Doenças Não Transmissíveis; Ferimentos; Número de pessoas (milhões)]

Na faixa etária mais avançada (60-69 anos), a carga de morbilidade desloca-se para as doenças não transmissíveis, tais como as doenças cardiovasculares, a diabetes e os cancros (Gráfico 18). Esta mudança reflecte a transição epidemiológica gradual de Moçambique, um ponto em que as taxas de mortalidade por doenças não transmissíveis excedem as das doenças transmissíveis. Esta transição tem implicações importantes para o sistema de saúde de Moçambique. A gestão deste duplo fardo exigirá um aumento do investimento em infra-estruturas de saúde, uma melhoria da capacidade de gestão das doenças crónicas e sistemas de saúde preventiva mais robustos.

O reforço dos esforços de prevenção de doenças, a melhoria do acesso aos serviços de saúde e o fortalecimento dos sistemas de saúde pública serão, por conseguinte, essenciais para melhorar a saúde da população e apoiar o desenvolvimento económico a longo prazo de Moçambique.

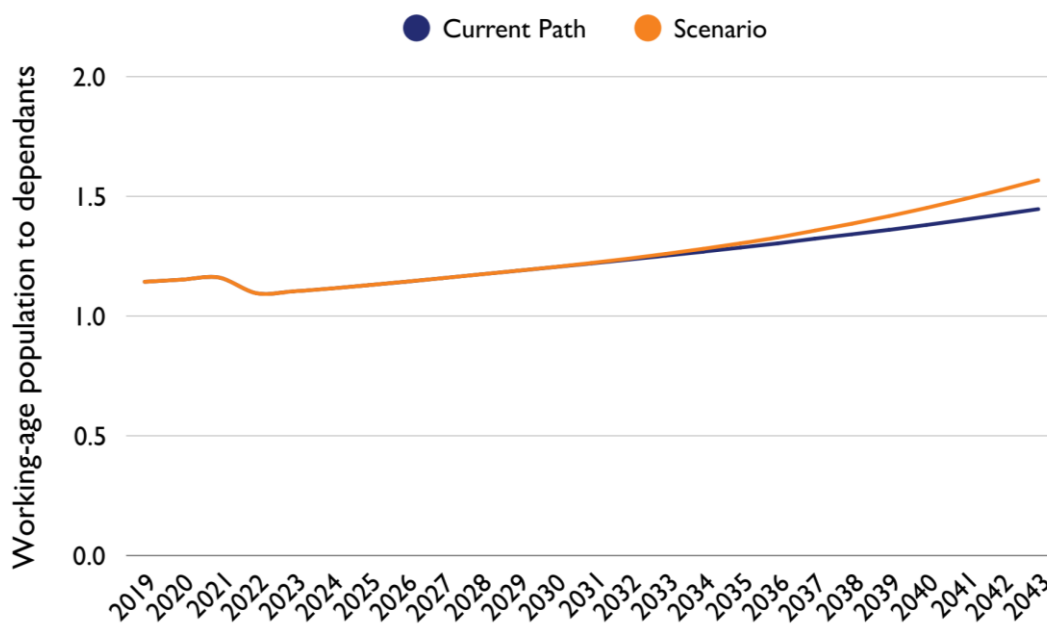
### Cenário Demográfica e Saúde

O cenário Demografia e Saúde visa melhorar a saúde e ampliar o dividendo demográfico. Consiste em reduções razoáveis, mas ambiciosas, da mortalidade infantil e materna, num maior acesso a métodos contraceptivos modernos e na redução das taxas de mortalidade associadas tanto a doenças transmissíveis (por exemplo, SIDA, diarreia, malária e infecções respiratórias) como a doenças não transmissíveis (por exemplo, diabetes), bem como em melhorias no acesso a água potável e a melhores condições de saneamento.

No âmbito do cenário Demografia e Saúde, cerca de 57,9% das mulheres férteis em Moçambique utilizarão contracepção moderna até 2043, um aumento de 15,1 pontos percentuais em relação à Via Actual. O crescimento populacional diminuirá para 1,9%, em comparação com os 2,3% da Via Actual, e ficará ligeiramente acima da meta de 1,3% do Governo de Moçambique, até 2043. Consequentemente, Moçambique encontra-se numa trajectória demográfica diferente,

convergindo para a média dos seus pares africanos com rendimentos semelhantes até 2043. A mortalidade infantil diminuirá para 15,5 mortes por cada 1 000 nados-vivos, enquanto a taxa de fertilidade diminuirá para 2,7 nascimentos por mulher até 2043. Se o cenário Demografia e Saúde vier a ser implementado, Moçambique poderá acelerar a sua transição demográfica para colher o dividendo demográfico até 2047 (Gráfico 19), sete anos mais cedo do que na Via Actual. Geralmente, o dividendo demográfico concretiza-se quando um país atinge um rácio de, pelo menos, 1,7 pessoas em idade activa por cada dependente.

Gráfico 19: Dividendo demográfico no Via Actual e no cenário Demografia e Saúde, 2019–2043



Fonte: Previsões IFs na versão 8.59; dados históricos da Divisão de População das Nações Unidas

[Caminho Actual; Cenário; População activa:dependentes]

Neste cenário, Moçambique beneficia do crescimento económico e da redução da pobreza. O PIB à taxa de câmbio de mercado (TCM) ultrapassará o Caminho Actual em US\$ 647 milhões em 2043, enquanto o PIB per capita (PPC) será cerca de US\$ 65 superior ao do Caminho Actual para o mesmo

ano. Neste cenário, haverá menos 1,7 milhões de moçambicanos a viverem em pobreza extrema (menos de US\$ 3 por dia) em 2043, o que equivale a uma taxa de pobreza de 63,9%, em vez dos 65,1% previstos na Via Actual para o mesmo ano. Este conjunto de intervenções demonstra que o controlo do crescimento populacional e o investimento na saúde podem potenciar o desenvolvimento económico e humano em Moçambique.

## Educação em Moçambique

A educação é um factor determinante para o desenvolvimento humano e a produtividade económica, podendo ser concebida como um percurso pelo qual os alunos avançam. As crianças ingressam no sistema no nível do ensino básico e avançam por etapas sucessivas — ensino secundário inferior, ensino secundário superior e, em alguns casos, ensino superior. Idealmente, este processo dota os indivíduos das competências necessárias para responder às necessidades económicas e do mercado de trabalho do país. Assegurar que uma grande parte dos alunos transite com sucesso pelos pontos-chave de transição, em particular a passagem do ensino básico para o ensino secundário, é, por conseguinte, essencial para melhorar os resultados escolares e reforçar o desenvolvimento do capital humano.

O sistema educativo sob o domínio português em Moçambique apresentava uma estrutura dual distinta. O seu objectivo era proporcionar competências básicas à maioria da população africana, ao mesmo tempo que oferecia ensino geral e técnico à comunidade de colonos e a uma pequena parte da população africana.<sup>56</sup> A grande maioria dos alunos - mais de quatro quintos - limitava-se ao ensino básico dentro deste quadro colonial. O ensino público, apoiado pelo Estado e pela Igreja Católica Romana, era predominante, embora também existissem opções privadas, principalmente ligadas a instituições religiosas. A literacia em português, a principal língua de ensino, era limitada entre a população africana na altura da independência.<sup>57</sup>

A introdução do Sistema Nacional de Educação no início da década de 1980 teve como objectivo melhorar a alfabetização e as competências técnicas em todas as faixas etárias e destinava-se tanto a alunos a tempo parcial como a tempo inteiro. A nacionalização das instituições de ensino privadas e religiosas facilitou a reestruturação e a consolidação do sistema educativo. Apesar da rápida expansão, o Estado teve dificuldades em satisfazer a crescente procura de educação. A matrícula no ensino básico aumentou de 643 000 em 1973 para aproximadamente 1,5 milhões em 1979, mas diminuiu na década de 1980 devido à destruição de escolas pelos insurgentes da Renamo.<sup>58</sup> A guerra civil destruiu infra-estruturas essenciais, incluindo escolas, e impediu uma educação significativa para a maioria da geração mais velha moçambicana.

Apenas cerca de 63,2% da população adulta era alfabetizada em 2024, o que representava cerca de 21 pontos percentuais abaixo da média da África Austral, enquanto apenas 47% da população adulta (15-24 anos) concluiu o ensino básico e cerca de 11,6% concluiu o ensino secundário em 2024 (Gráfico 20).

---

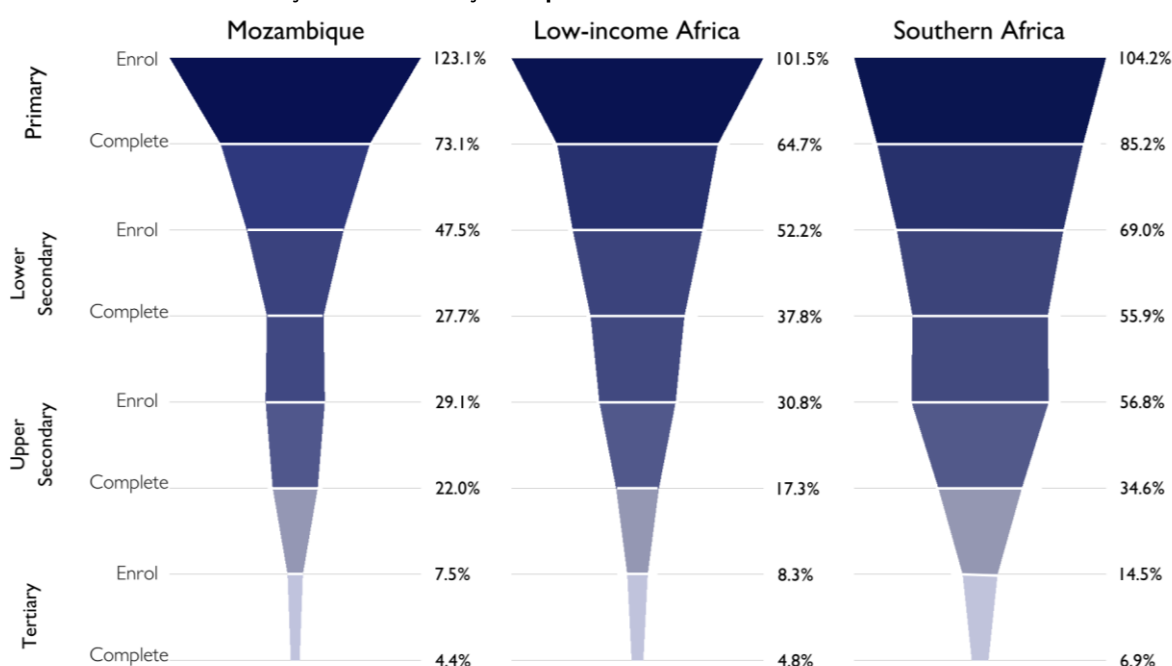
<sup>56</sup> Britannica, <https://www.britannica.com/place/Mozambique/Education>

<sup>57</sup> Britannica, <https://www.britannica.com/place/Mozambique/Education>

<sup>58</sup> Britannica, <https://www.britannica.com/place/Mozambique/Education>

O sistema educativo em Moçambique está estruturado de forma semelhante ao de muitos países da região, compreendendo três níveis principais: o ensino básico, o ensino secundário e o ensino superior. Em 2018, a Lei do Sistema Nacional de Educação foi revista, introduzindo uma nova estrutura sectorial e alargando o ensino obrigatório (e gratuito) de sete para nove anos. No âmbito desta reforma, a duração dos ciclos de ensino foi ajustada: o ensino básico foi reduzido de sete para seis anos, enquanto o ensino secundário foi alargado de cinco para seis anos. A lei também reconheceu formalmente, pela primeira vez, a pré-escola como um subsector da educação, embora a frequência não seja obrigatória para o ingresso na escola primária. Estas reformas, juntamente com um maior empenho do governo e um investimento sustentado no sector, contribuíram para progressos notáveis. No entanto, o sistema continua a enfrentar desafios de eficiência, e um estrangulamento significativo entre o ensino primário e o ensino secundário inferior ainda limita o nível de escolaridade global.

Gráfico 20: Taxas de transição escolar, Moçambique, 2024



Fonte: IFs versão 8.59; dados históricos do Instituto de Estatística da UNESCO

[Moçambique; África de baixo rendimento; África Austral; Primária; Ensino Básico; Ensino Secundário; Ensino Superior; Matrículas; Conclusão]

O Governo de Moçambique (GoM) registou progressos significativos na expansão da matrícula no ensino básico, tendo a taxa de matrícula aumentado mais de 80 % entre 1998 e 2024. Consequentemente, Moçambique regista agora uma taxa de matrícula no ensino básico superior à de muitos dos seus pares regionais (Gráfico 20). Este progresso deve-se, em grande parte, ao facto de o ensino básico em Moçambique ser gratuito e obrigatório. No entanto, vários obstáculos continuam a limitar a capacidade dos alunos de acederem à escola e de nela permanecerem, incluindo o custo do material escolar, a desnutrição durante a primeira infância, as normas de género e as infra-estruturas de transporte inadequadas. Em 2024, a taxa bruta de escolarização no ensino básico em Moçambique situava-se nos 123,1%. Taxas brutas de escolarização superiores a 100% indicam normalmente a presença de alunos que se encontram fora da faixa etária oficial para o nível de ensino que frequentam.

Apesar das elevadas taxas de matrícula no ensino básico, os resultados em termos de capital humano em Moçambique continuam a ser limitados pelas baixas taxas de conclusão da escolaridade. Apenas 36,5 % dos alunos matriculados no ensino básico chegam ao último ano do ciclo básico. Consequentemente, embora muitas crianças moçambicanas ingressem no ensino básico, apenas cerca de metade o conclui, o que limita a aquisição de competências fundamentais.

Existe também um estrangulamento significativo na transição do ensino secundário inferior para o ensino secundário superior. Apenas 27,7% dos alunos que ingressam no ensino secundário inferior o concluem, e apenas 29% dos que o fazem prosseguem para o ensino secundário superior. Consequentemente, o já reduzido grupo de alunos que conclui o ensino básico torna-se ainda mais reduzido à medida que avança no percurso educativo. Por conseguinte, apenas um número limitado de alunos chega ao ensino secundário superior. Estes resultados fracos no nível do ensino secundário inferior constituem um factor-chave subjacente à baixa taxa de conclusão do ensino superior, limitando, em última análise, os progressos na redução da pobreza e da desigualdade.

A média de anos de escolaridade entre a população adulta com 15 ou mais anos constitui um indicador valioso da forma como o acervo de conhecimentos da sociedade está a evoluir. Em Moçambique, a média para esta faixa etária situa-se abaixo das médias dos seus pares. Em 2024, situava-se em 4,3 anos, muito abaixo das médias de 5,3 e 7,7 anos registadas, respectivamente, nos países africanos de baixo rendimento e na África Austral.

De acordo com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD),<sup>59</sup> a baixa qualidade da mão de obra de Moçambique continua a ser um desafio significativo. Os empregadores têm frequentemente dificuldade em encontrar trabalhadores com qualificações adequadas, enquanto a base de competências limitada também condiciona o desenvolvimento do empreendedorismo. Devido aos baixos níveis de escolaridade, algumas empresas estrangeiras a operarem no país têm recorrido à importação de mão de obra. Em resposta, o Governo de Moçambique aumentou recentemente a quota máxima de contratação de trabalhadores estrangeiros em relação à força de trabalho – de 10% para 15% para empresas com até 10 funcionários, e de 8% para 10% para empresas com 11 a 30 funcionários. As quotas permanecem inalteradas em 8% para empresas com 31 a 100 funcionários e em 5% para aquelas com mais de 100 funcionários.<sup>60</sup> Ao mesmo tempo, o governo expandiu os programas de bolsas de estudo que permitem aos estudantes moçambicanos estudarem no estrangeiro e adquirirem competências especializadas, particularmente no sector extrativo.

A inadequação de competências é uma realidade generalizada em Moçambique. Em 2008, entre 43 % e 88 % dos trabalhadores empregados estavam subqualificados para os cargos que ocupavam,<sup>61</sup> apesar de o mercado de trabalho exigir mão de obra relativamente pouco qualificada. A grave escassez de mão de obra qualificada não se limita apenas aos cargos de gestão, mas

---

<sup>59</sup> AfDB, African Economic Outlook -Mozambique Country Note, 2012, <https://www.afdb.org/en/countries/southern-africa/mozambique>

<sup>60</sup> Global news Briefs, Mozambique: New Labour code comes into force, February 2024, [https://www.wtwco.com/en-gb/insights/2024/02/mozambique-new-labor-code-comes-into-force#:~:text=The%20maximum%20quota%20for%20employing,30%20employees%20\(previously%208%25\).](https://www.wtwco.com/en-gb/insights/2024/02/mozambique-new-labor-code-comes-into-force#:~:text=The%20maximum%20quota%20for%20employing,30%20employees%20(previously%208%25).)

<sup>61</sup> Sparreboom Theo and Staneva Anita, Structural change, employment and education in Mozambique, 2015, [https://www.researchgate.net/publication/297757389\\_Structural\\_change\\_employment\\_and\\_education\\_in\\_Mozambique](https://www.researchgate.net/publication/297757389_Structural_change_employment_and_education_in_Mozambique)

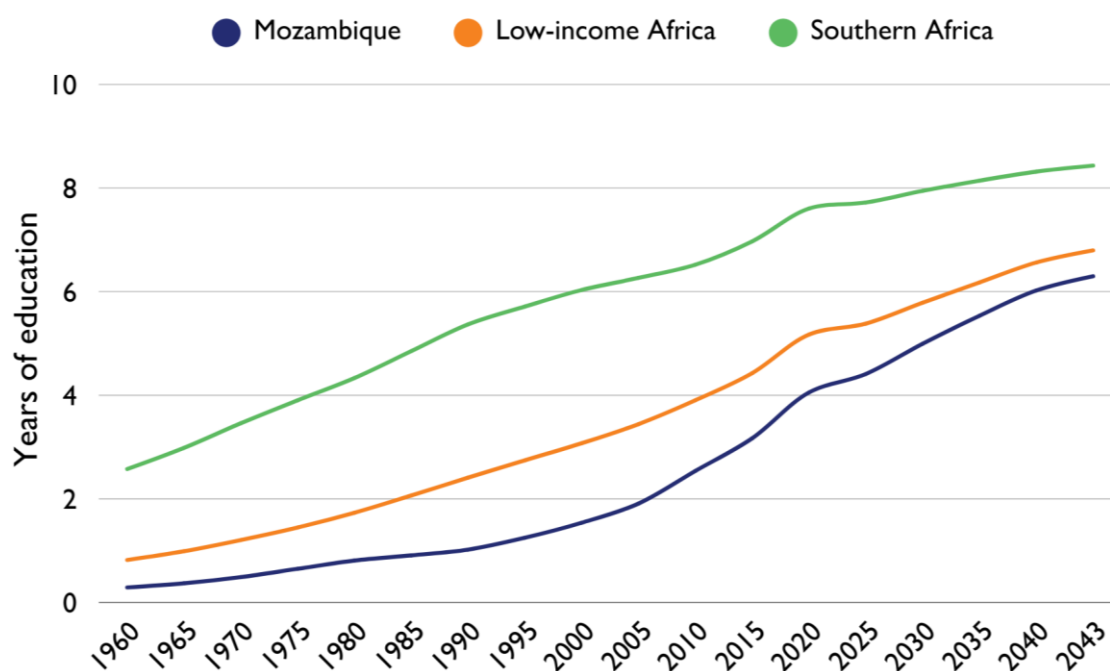
estende-se também a profissionais qualificados, tais como engenheiros, técnicos e contabilistas. Algumas empresas recorrem frequentemente à importação de mão de obra qualificada.<sup>62</sup> A falta de mão de obra suficientemente qualificada constitui, portanto, um grande desafio para a transição da força de trabalho de empregos informais e rurais, de baixa remuneração e baixa produtividade, para os sectores formais e mais produtivos.

O Caminho Actual prevê melhorias graduais nos resultados da educação ao longo do tempo. Até 2043, a taxa de conclusão do ensino básico aumentará para 60,6%, enquanto se espera que a taxa de matrícula no ensino secundário inferior atinja 63,9%. A taxa de conclusão do ensino secundário inferior aumentará para 41,4%, e espera-se que cerca de 32% dos adultos conclua o ensino secundário. Durante o mesmo período, a média de anos de escolaridade para adultos com 15 ou mais anos aumentará para 6,3 anos, ligeiramente abaixo da meta do Governo de Moçambique de 6,5 anos (Gráfico 21). O analfabetismo diminuirá para 19,2%, embora este valor continue a situar-se cerca de 4,8 pontos percentuais acima da meta do Governo de Moçambique de 14,4% até 2043. Uma vez que os benefícios das melhorias na educação demoram décadas a concretizar-se, alargar o acesso e garantir que mais crianças passam do ensino básico para o secundário será fundamental para melhorar os resultados a longo prazo.

---

<sup>62</sup> Danish Trade Union Development Agency, Mozambique Labour Market Profile 2017, [https://www.ulandssekretariatet.dk/wp-content/uploads/2020/03/Mozambique\\_imp\\_2017.pdf](https://www.ulandssekretariatet.dk/wp-content/uploads/2020/03/Mozambique_imp_2017.pdf)

Gráfico 21: Anos de escolaridade (média de escolaridade a partir dos 15 anos), evolução e previsões



Fonte: IFs versão 8.59, dados históricos do UIS

[Moçambique; África de baixo rendimento; África Austral; Anos de Escolaridade]

Moçambique apresenta um fosso acentuado entre a taxa de escolarização e o nível de escolaridade de rapazes e raparigas, sendo a taxa de analfabetismo das mulheres superior à dos homens. Embora Moçambique tenha recentemente intensificado os seus esforços para reduzir este fosso, as raparigas continuam a matricular-se e a concluir os estudos a uma taxa muito inferior à dos rapazes (Gráficos 22, 23 e 24).

A paridade de género na educação é considerada um primeiro passo para o objectivo final da igualdade de género.<sup>63</sup> Está comprovado que a educação das raparigas tem um impacto positivo na economia; por exemplo, de acordo com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF),<sup>64</sup> o rendimento das colheitas em alguns países africanos aumentaria em pelo menos 25 % se todas as agricultoras tivessem, no mínimo, o ensino básico. Segundo outro estudo, algumas economias que carecem de equidade de género na educação sofreriam uma redução de 0,1 a 0,3% nas taxas de crescimento do PIB per capita.<sup>65</sup> O aumento das taxas de matrícula escolar das raparigas tende a aumentar simultaneamente as taxas de matrícula dos rapazes, embora o inverso nem sempre seja verdade.<sup>66</sup>

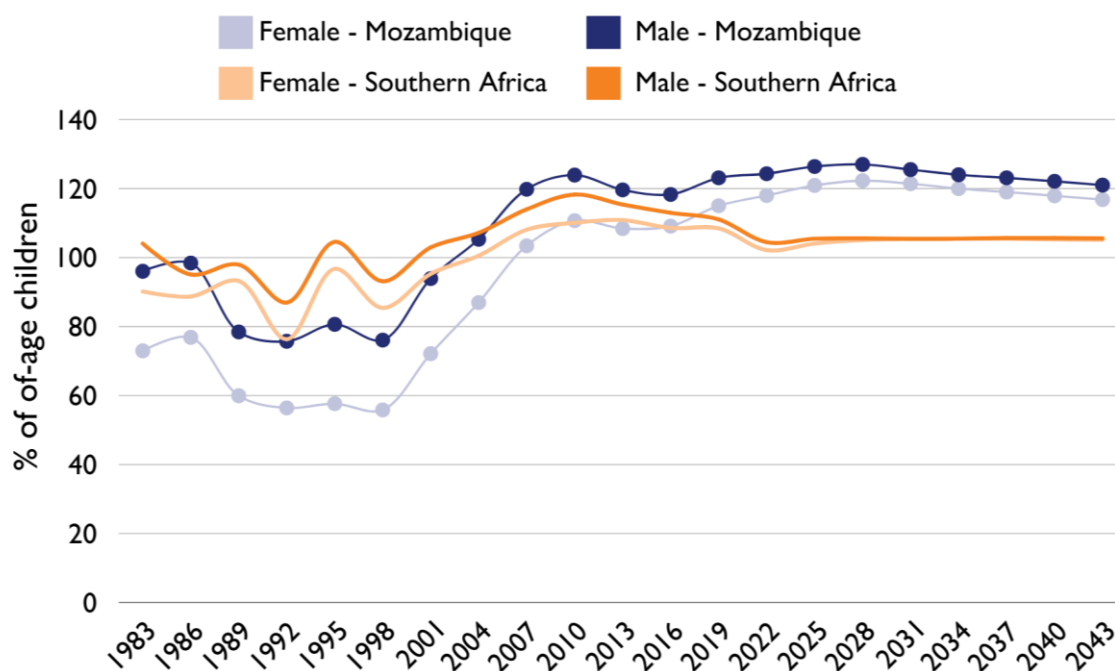
<sup>63</sup> Kouassi Yeboua and Jakkie Cilliers, Gender, <https://futures.issafrica.org/thematic/15-gender/>, 2023

<sup>64</sup> United Nations Children's Fund (UNICEF), State of the World's Children: Women and children, The double dividend of gender equality.

<sup>65</sup> Dina Abu-Ghaida and Stephan Klasen, The costs of missing the Millennium Development Goal on gender equality, <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0305750X04000622>

<sup>66</sup> UNICEF, Progress for children: A report card on gender parity and primary education

Gráfico 22: Disparidade de género: taxa bruta de matrícula no ensino básico, 1983-2043



Fonte: IFs versão 8.59, dados históricos do UIS

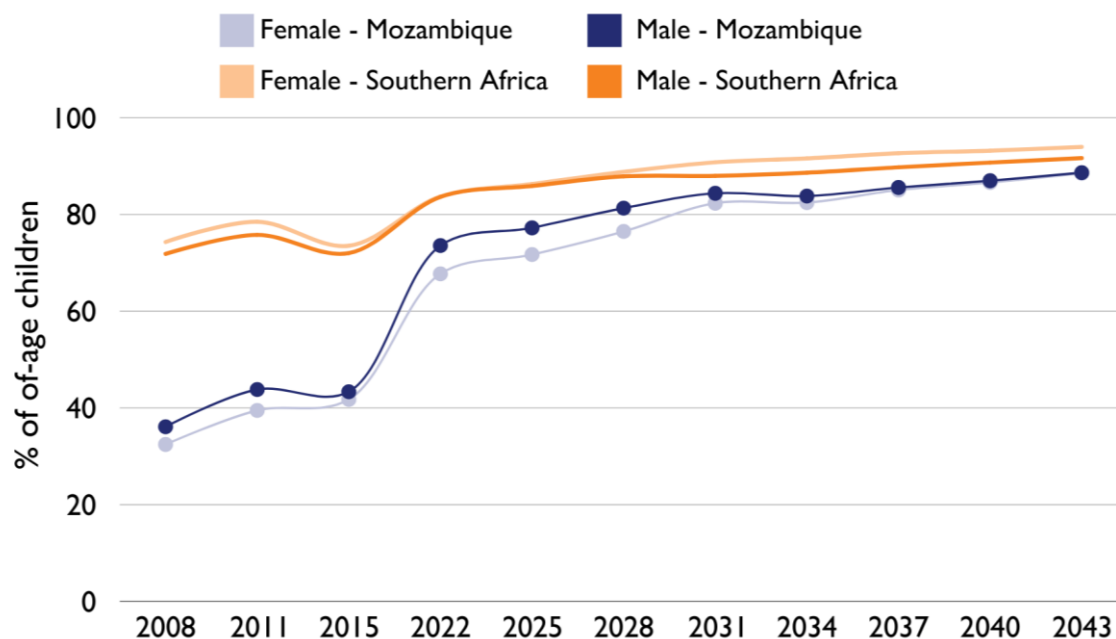
[Raparigas – Moçambique; Rapazes - Moçambique; Raparigas – África Austral; Rapazes - África Austral; % de crianças em idade escolar]

A taxa de conclusão do ensino básico é baixa entre as alunas em Moçambique, com cerca de 68 % delas a não concluírem o ensino básico em 2024. Em termos globais, a matrícula no ensino secundário e superior é muito mais baixa em Moçambique do que nos países vizinhos da região (média dos países da África Austral), apesar de se verificar uma tendência ascendente tanto para os rapazes como para as raparigas.

Os benefícios económicos da educação de raparigas e mulheres incluem a diminuição da mortalidade infantil, taxas de mortalidade por VIH/SIDA mais baixas, maior utilização de contraceptivos e redução dos casamentos precoces. O casamento precoce das raparigas constitui um obstáculo à permanência das alunas até ao último ano do ensino básico. A redução destes obstáculos e a garantia de que as alunas permaneçam no ensino básico e recebam uma educação de qualidade contribuirão para aumentar as taxas de conclusão do ensino básico e o nível de escolaridade global. A disparidade de género irá diminuir ao longo do tempo e evoluir a favor das mulheres, à medida que a sensibilização e a utilização de contraceptivos aumentam.

Em 2024, o nível médio de escolaridade (para pessoas com 15 ou mais anos) era de 4,9 anos para os homens e de 3,8 anos para as mulheres. Até 2043, o nível médio de escolaridade aumentará para 6,6 anos no caso dos homens e para 6 anos no caso das mulheres.

Gráfico 23: Disparidade de género: conclusão do ensino básico, 2008-2043

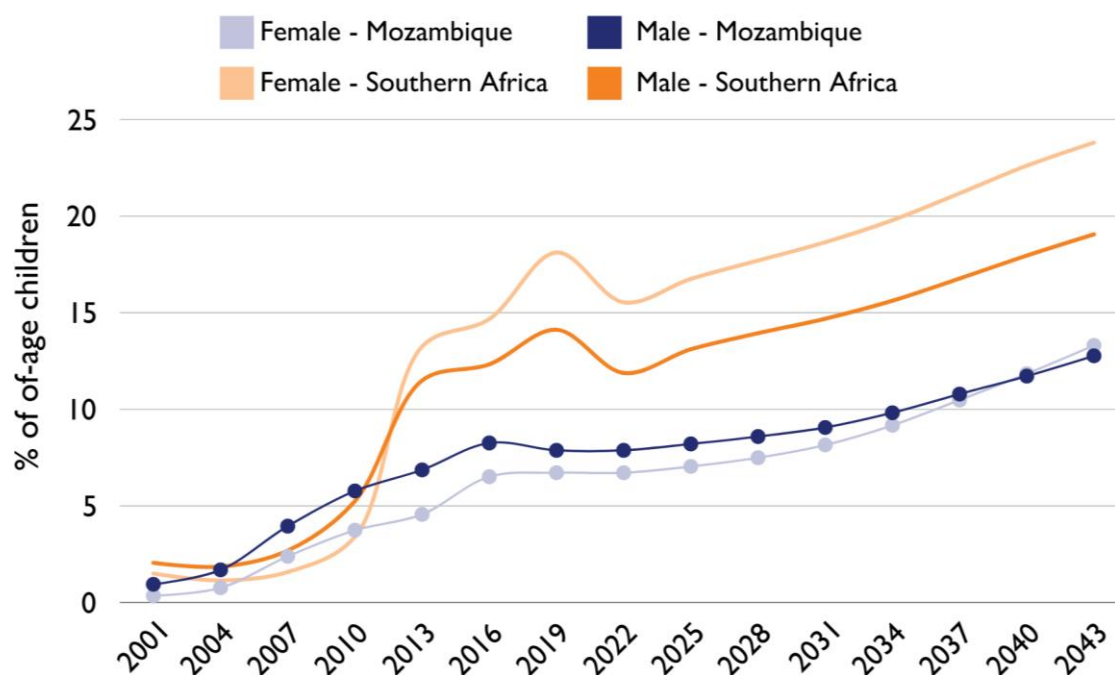


Fonte: IFs versão 8.59, dados históricos do UIS

[Raparigas – Moçambique; Rapazes - Moçambique; Raparigas – África Austral; Rapazes - África Austral; % de crianças em idade escolar]

Embora a disparidade de género venha a diminuir até 2043 (Gráfico 23), Moçambique continuará a apresentar um dos índices de paridade de género mais baixos em comparação com os seus pares em 2043. Embora a educação das mulheres seja importante por inúmeras razões, existe uma ligação fundamental entre a educação secundária das mulheres e taxas de fertilidade mais baixas.

Gráfico 24: Disparidade de género: matrículas no ensino superior, 2001-2043



Fonte: IFs versão 8.59, dados históricos da UNESCO

[Raparigas – Moçambique; Rapazes - Moçambique; Raparigas – África Austral; Rapazes - África Austral; % de crianças em idade escolar]

A qualidade da educação em Moçambique é baixa. É essencial conseguir que mais crianças frequentem a escola, mas é ainda mais importante garantir que elas realmente aprendam. Muitos estudos empíricos têm demonstrado que a qualidade da educação tem um impacto maior no crescimento económico do que a quantidade. A qualidade da educação é normalmente avaliada através de Resultados de Testes Harmonizados. De acordo com o relatório do Projecto de Capital Humano do Banco Mundial de 2020, os alunos em Moçambique obtêm uma pontuação de 368 numa escala em que 625 representa um nível avançado e 300 representa o nível mínimo.<sup>67</sup>

### Cenário educativo

Embora o Estudo de Diagnóstico do Crescimento de Moçambique<sup>68</sup> tenha demonstrado que a escassez de capital humano não constitui um desafio imediato para o crescimento em Moçambique, sem esforços para aumentar a quantidade e a qualidade da educação, tal situação comprometerá o crescimento económico a longo prazo à medida que a complexidade económica for aumentando.

No cenário da Educação, partimos da premissa de que o Governo de Moçambique reconheceu a importância da formação de capital humano para o bem-estar social e económico do país e, por isso, tomou medidas ousadas para melhorar os resultados educativos do país. Por estas razões, este cenário representa melhorias razoáveis, mas ambiciosas, na quantidade e qualidade da educação

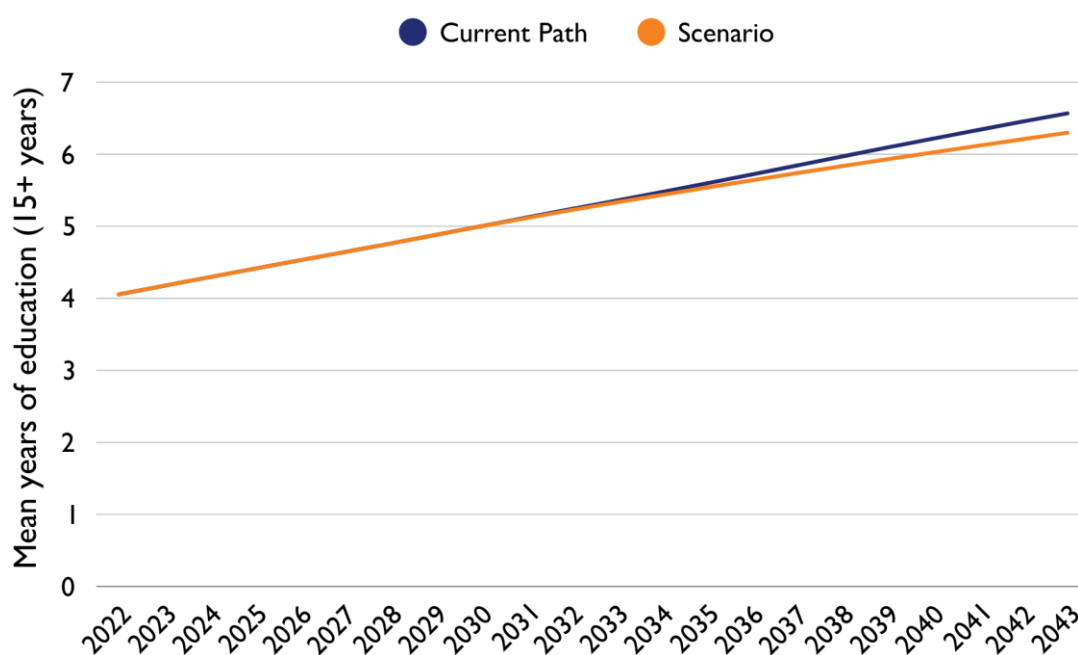
<sup>67</sup> World Bank, Human Capital Index 2020 - Mozambique,

[https://databankfiles.worldbank.org/public/ddpext\\_download/hci/HCI\\_2pager\\_MOZ.pdf](https://databankfiles.worldbank.org/public/ddpext_download/hci/HCI_2pager_MOZ.pdf)

<sup>68</sup> Mozambique Growth Diagnostic Study

em Moçambique. Melhora as taxas de ingresso, transição e conclusão do ensino básico para o secundário e o superior. Modela também progressos substanciais no sentido da paridade de género a todos os níveis, formação profissional adicional ao nível do ensino secundário e aumenta a percentagem de licenciados em ciências e engenharia para fornecer mão-de-obra qualificada à economia. Por fim, as intervenções centram-se na qualidade da educação, e melhorias razoáveis na qualidade são modeladas através de uma melhoria na proporção de professores qualificados por aluno.

**Gráfico 25: Média de anos de escolaridade (adultos com 15 ou mais anos) na Via Actual vs. o cenário Educação, 2022-2043**



Fonte: IFs versão 8.59, dados históricos da UNESCO

[Via Actual; Cenário; Média de anos de escolaridade (15 ou mais anos)]

No cenário da Educação, o nível médio de escolaridade dos adultos com 15 anos ou mais aumentará para 6,6 anos até 2043, em comparação com cerca de 6,3 anos na Via Actual (Gráfico 25). Isto está em consonância com a meta do Governo de Moçambique. O cenário irá também melhorar os resultados do ensino básico, com a taxa de conclusão a subir para 63,5% até 2043, em comparação com 60,6% na Via Actual. Além disso, o cenário da Educação irá expandir significativamente a participação e a conclusão do ensino secundário. Até 2043, prevê-se que quase 76% dos alunos em idade escolar se matriculem no ensino secundário, em comparação com 55% no Caminho Actual. A conclusão do ensino secundário inferior atingirá 50,1% (um aumento em relação aos 41,4% do Caminho Actual), enquanto a conclusão do ensino secundário superior aumentará para 37,4%, em comparação com os 31,9% do Caminho Actual. Consequentemente, a taxa de alfabetização de adultos aumentará para 81,8%, cerca de um ponto percentual acima do Caminho Actual.

Neste cenário, o PIB de Moçambique ultrapassará a Via actual em US\$ 1,27 mil milhões, até 2043, enquanto o PIB per capita (PPC) será cerca de US\$ 40 superior nesse mesmo ano. As melhorias na

educação contribuirão também para a redução da pobreza: até 2043, prevê-se que cerca de 912 720 moçambicanos a menos vivam em situação de pobreza extrema (com menos de US\$ 3 por dia), reduzindo a taxa de pobreza para 63,6%, em comparação com os 65,1% da Via Actual.

A educação é um factor essencial para o crescimento económico e o desenvolvimento de base ampla. Desempenha um papel vital na criação de riqueza inclusiva, melhorando as oportunidades de emprego e as perspectivas de rendimento para os segmentos mais pobres da sociedade. No entanto, os benefícios do investimento na educação, particularmente em termos de crescimento económico e redução da pobreza, demoram a materializar-se, uma vez que as melhorias na educação afectam a produtividade do trabalho apenas a longo prazo. Além disso, a medida em que a educação contribui para o crescimento e a redução da pobreza depende, em última análise, da utilização efectiva das competências adquiridas através de emprego produtivo.

### **Infra-estruturas em Moçambique**

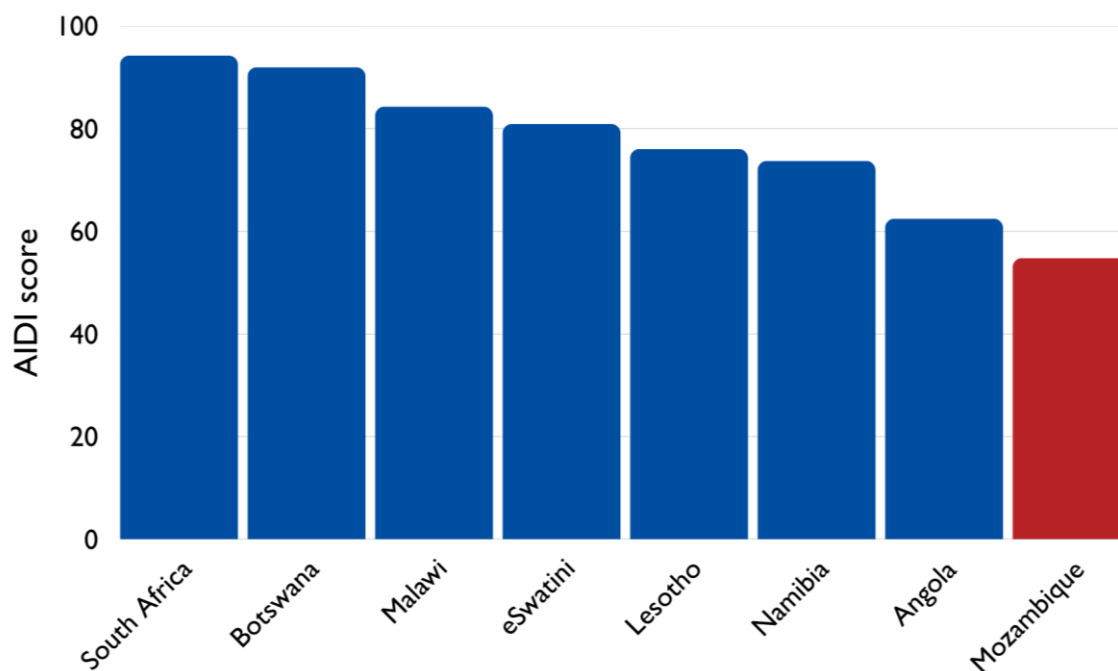
As infra-estruturas em Moçambique são, em geral, deficientes, o que limita o crescimento e a diversificação da economia. O desenvolvimento das infra-estruturas traz benefícios generalizados para a produtividade e o bem-estar humano e apresenta muitas ligações directas com a redução da pobreza e da desigualdade.

O facto de a maioria dos moçambicanos residir em zonas rurais complica a disponibilização de infra-estruturas, uma vez que é normalmente muito mais rentável e mais fácil fornecer infra-estruturas aos residentes urbanos do que em zonas rurais remotas. Em 2025, Moçambique ocupava a 46.<sup>a</sup> posição entre 54 países africanos e a última na região da África Austral (Gráfico 26) no Índice Africano de Desenvolvimento de Infra-estruturas (AIDI), com um índice de 54,8 em 100.<sup>69</sup> O AIDI é elaborado pelo Banco Africano de Desenvolvimento e compreende quatro índices compostos relativos à electricidade, transportes, TIC, água e saneamento.

---

<sup>69</sup> African Development Bank Group, Africa Infrastructure Development Index (AIDI), 2025, <https://infrastructureafrica.opendataforafrica.org/pbuerhd/africa-infrastructure-development-index-aidi-2025>

Gráfico 26: Desenvolvimento das infra-estruturas nos países da África Austral, 2025



Fonte: Dados extraídos do Grupo do Banco Africano de Desenvolvimento, 2025

[África do Sul; Botsuana; Maláui; Eswatini; Lesoto; Namíbia; Angola; Moçambique; Pontuação AIDI]

### Água, saneamento e higiene

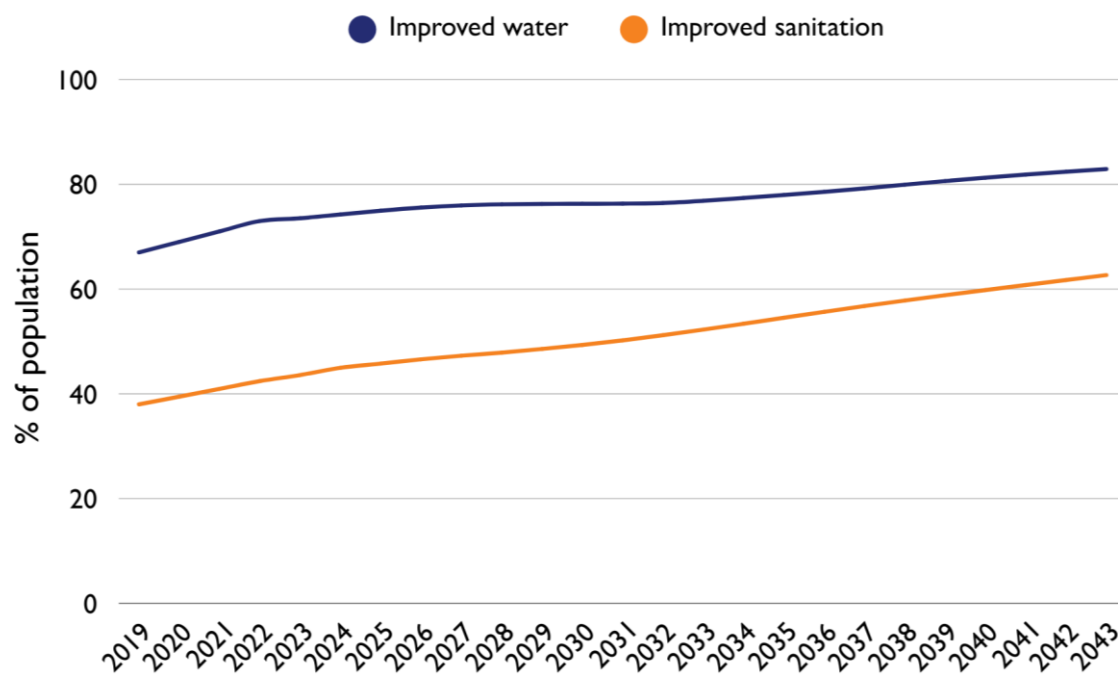
A melhoria das infra-estruturas de água e saneamento reforça o capital humano de um país, graças ao seu impacto positivo nos resultados de saúde. Um melhor abastecimento de água potável e um saneamento melhorado contribuirão para prevenir a propagação de doenças transmissíveis, a principal causa de morbilidade e mortalidade em Moçambique. A água, o saneamento e a higiene (WaSH, na sigla inglesa) constituem um problema em Moçambique devido ao número decrescente de fontes naturais de água, a uma elevada proporção de recursos hídricos contaminados e à falta de instalações sanitárias adequadas. Estes obstáculos resultam em doenças transmitidas pela água, água potável insegura, agricultura infestada de bactérias e muitos outros desafios. Mais de metade da população do país vive sem água potável e três em cada quatro pessoas não dispõem de instalações sanitárias dignas.<sup>70</sup>

Em 2024, estima-se que 74,2 % dos moçambicanos tivessem acesso a água potável (um aumento em relação aos 56,8 % registados em 2014), enquanto as médias para a África de baixos rendimentos e para os países de baixos rendimentos a nível mundial eram de 77,1 % e 79,5 %, respectivamente. Por outras palavras, o número absoluto de pessoas com acesso a fontes de água potável aumentou de quase 14,7 milhões em 2014 para 25,8 milhões em 2024, um aumento de 76% numa década. Apesar deste progresso significativo, subsistem desafios substanciais: mais de oito milhões de moçambicanos continuam sem acesso a água potável e dependem de fontes não

<sup>70</sup> WaterAid, Mozambique, <https://www.wateraid.org/us/where-we-work/mozambique#:~:text=Over%20half%20of%20the%20country,commitments%20and%20plans%20a%20reality.>

seguras, o que os expõe a riscos para a saúde, tais como a desnutrição e doenças transmissíveis, incluindo a cólera.

Gráfico 27: Taxas de acesso a água potável e saneamento melhorado em Moçambique, 2019–2043



Fonte: Previsões IFs na versão 8.59; dados históricos da base de dados global JMP da OMS/UNICEF

[Água de melhor qualidade; Melhoria do saneamento; % da população]

Seguindo a Via Actual, o acesso a água potável em Moçambique aumentará para 82,9 % até 2043 (Gráfico 27). No entanto, devido ao crescimento populacional, estima-se que 9,8 milhões de moçambicanos continuarão sem acesso a fontes de água potável nesse ano. Prevê-se também que o acesso a saneamento melhorado melhore, passando de 45% em 2024 para cerca de 62,7% da população até 2043. Apesar destes ganhos, o acesso limitado a água potável e saneamento continuará a contribuir para um elevado peso das doenças transmissíveis e da desnutrição em Moçambique.

### **Energia e acesso à electricidade**

O acesso à electricidade é fundamental para o desenvolvimento socioeconómico, a redução da pobreza e o bem-estar humano. Proporciona múltiplos benefícios sociais e económicos, desde o reforço da capacidade industrial, oportunidades de desenvolvimento empresarial, telecomunicações, cuidados de saúde e educação, que contribuem directamente para a criação de emprego. Moçambique possui um dos maiores potenciais de produção de electricidade da África Austral e um dos mais elevados do continente,<sup>71</sup> com o potencial para se tornar um centro regional,

<sup>71</sup> African Development Bank Group, Country results brief 2018 - Mozambique, [https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/CRB\\_Mozambique-En.pdf](https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/CRB_Mozambique-En.pdf)

proporcionando oportunidades de investimento e um rápido desenvolvimento socioeconómico. O país é rico em recursos energéticos renováveis (hidroeléctricos, solares, geotérmicos e maremotrizes) e não renováveis (gás e carvão), com um potencial estimado para gerar 187 gigawatts de electricidade a partir do carvão, da energia hidroeléctrica, do gás e da energia eólica, prevendo-se que o gás natural forneça 44% da electricidade total da rede.

Moçambique produz a maior parte da sua electricidade a partir da energia hidroeléctrica, nomeadamente através da barragem de Cahora Bassa, no rio Zambeze, que representa mais de 80 % da produção nacional. No entanto, uma parte substancial desta electricidade é exportada para a África do Sul.<sup>72</sup> Apesar de possuir potencial de produção suficiente para satisfazer a procura interna, o acesso à electricidade continua a ser reduzido devido ao alcance limitado e ao subdesenvolvimento da rede nacional. Em 2024, o Governo de Moçambique anunciou que iria pôr fim a meio século de fornecimento de energia hidroeléctrica de Cahora Bassa à África do Sul, estando o contrato actual previsto para expirar a 31 de Dezembro de 2030.<sup>73</sup>

Moçambique é um exportador líquido de electricidade para os países vizinhos, incluindo Essuatíni, Lesoto, África do Sul, Zâmbia e Zimbábue, sendo a África do Sul o maior importador. No entanto, a utilização interna dos recursos energéticos do país continua a ser limitada e distribuída de forma desigual. Consequentemente, o acesso a energia fiável e sustentável, particularmente nas zonas rurais, permanece relativamente baixo em comparação com países vizinhos como a África do Sul, a Zâmbia e o Zimbábue. Ao mesmo tempo, as áreas urbanas continuam a enfrentar desafios relacionados com a fraca qualidade e fiabilidade do serviço.

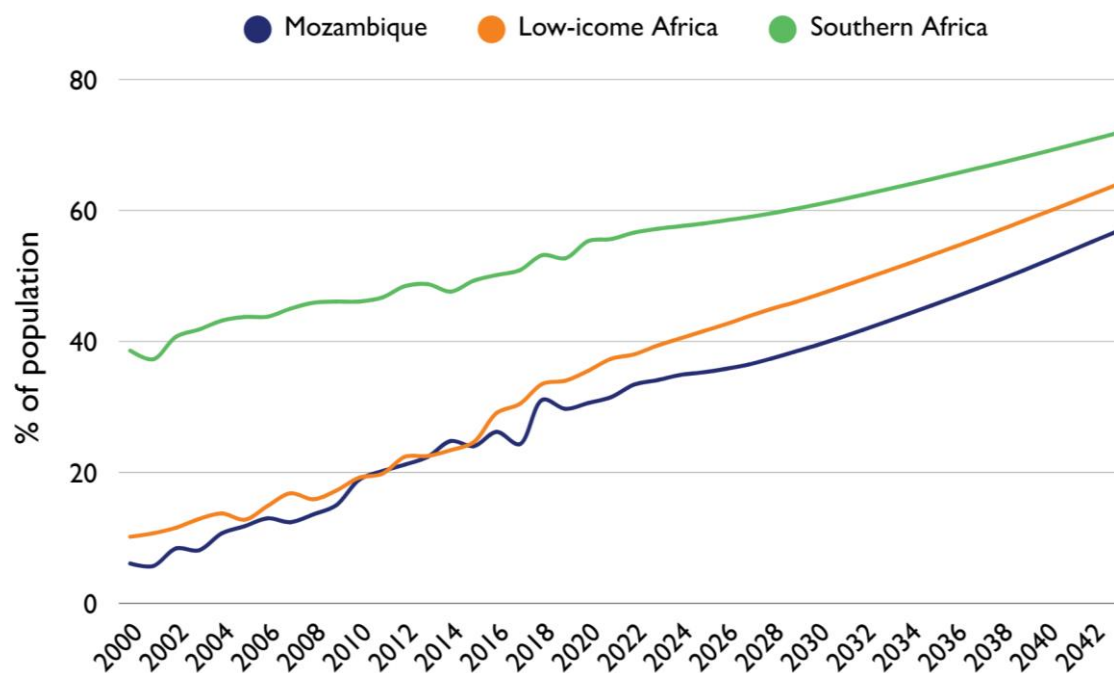
Em 2023, apenas 36 % da população total de Moçambique tinha acesso à electricidade, um valor significativamente inferior ao da África do Sul (87,7 %), da Zâmbia (51,1 %) e do Zimbabué (62 %), e abaixo da média de 40 % dos países africanos de baixo rendimento. No mesmo ano, Moçambique ocupava o 45.º lugar entre 54 países africanos em termos de acesso doméstico à electricidade.

---

<sup>72</sup> African Development Bank Group, Country results brief 2018 - Mozambique, [https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/CRB\\_Mozambique-En.pdf](https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/CRB_Mozambique-En.pdf)

<sup>73</sup> Green Building Africa, Mozambique plans to end half a century of hydropower supply to South Africa. <https://www.greenbuildingafrica.co.za/mozambique-plans-to-end-half-a-century-of-hydropower-supply-to-south-africa/#>

Gráfico 28: Acesso nacional à electricidade, 2000-2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59; dados históricos do Banco Mundial

[Moçambique; África de baixo rendimento; África Austral; % da população]

Apenas 8,9 % da população rural tinha acesso à electricidade em 2023, em comparação com a África do Sul (94 %), a Zâmbia (17,6 %) e o Zimbábue (33,7 %), e com uma média de 23,6 % nos países semelhantes. Embora a rede de Moçambique tenha crescido, não é suficientemente densa para fornecer electricidade a muitas comunidades rurais, onde vive mais de 60% da população. O principal desafio é, portanto, expandir a rede — uma tarefa que, dadas as longas distâncias e a distribuição da população por 800 000 quilómetros quadrados, exigirá investimentos avultados.<sup>74</sup>

O Governo de Moçambique tentou corrigir esta disparidade entre as zonas urbanas e rurais através da aprovação de nova legislação em 2021 para melhorar a regulamentação das soluções energéticas fora da rede.<sup>75</sup> Os novos regulamentos visam tornar o investimento privado mais fácil e mais atractivo e contornar as elevadas tarifas actualmente em vigor. Embora tenha sido anunciada em 2022 uma isenção fiscal sobre determinados equipamentos solares, a sua não implementação significa que as elevadas tarifas de importação e o IVA sobre os sistemas solares domésticos continuam a dificultar as soluções fora da rede.<sup>76</sup> Outros desafios incluem o envelhecimento e o subdesenvolvimento das infra-estruturas de transmissão, o crescimento do número de consumidores e a burocracia envolvida no desenvolvimento de novos projectos energéticos. As perdas na transmissão de electricidade representam mais de 15% da produção. Tal

<sup>74</sup> African Development Bank Group, Country results brief 2018 - Mozambique, [https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/CRB\\_Mozambique-En.pdf](https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/CRB_Mozambique-En.pdf)

<sup>75</sup> M Laakso and S Petric, An increased role for private sector: Mozambique's new regulatory policy in the off-grid energy sector, Brookings, May 2022. <https://www.brookings.edu/articles/an-increased-role-for-private-sector-mozambiques-new-regulatory-policy-in-the-off-grid-energy-sector/>

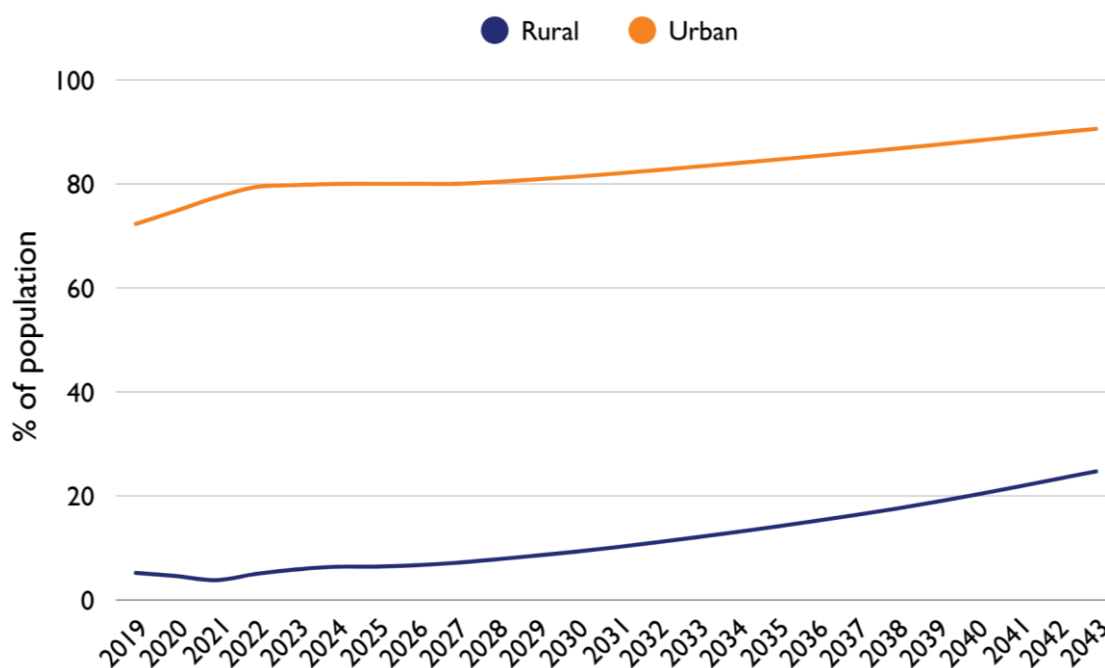
<sup>76</sup> Solar Home System Challenges for the Private Sector in Mozambique, [https://energypedia.info/wiki/Solar\\_Home\\_System\\_Challenges\\_for\\_the\\_Private\\_Sector\\_in\\_Mozambique#cite\\_note-7](https://energypedia.info/wiki/Solar_Home_System_Challenges_for_the_Private_Sector_in_Mozambique#cite_note-7)

como em muitos países africanos, o custo da prestação do serviço de electricidade e a sua relação com a despesa pública e a angariação de receitas continuam a ser preocupações fundamentais para o desenvolvimento de Moçambique.

Moçambique enfrenta restrições financeiras para o desenvolvimento de novas infra-estruturas eléctricas e depende principalmente de fundos de doadores e do investimento estrangeiro directo (IED). Os riscos financeiros excessivos (incluindo a busca rendimentos extraordinários (“rentismo”), a fraca capacidade institucional e as falhas de governação) associados ao desenvolvimento de infra-estruturas eléctricas tornam o investimento pouco atraente para os agentes do sector privado, o que inibe ainda mais o fornecimento de electricidade a preços acessíveis e fiáveis. Para promover o investimento privado, o Governo de Moçambique lançou, em 2020, o Programa de Leilões de Energias Renováveis, financiado pela UE. O programa visa tornar o processo de concurso mais transparente e melhorar a competitividade. O primeiro Produtor Independente de Electricidade foi aprovado em 2022, com a Total Eren a pretender fornecer 40 MW de energia solar até 2024. O Programa de Leilões visa facilitar a construção de dois projectos solares adicionais com uma capacidade combinada de 80 MW.

As baterias continuaram a ser a principal fonte de energia (38,9 %), especialmente nas zonas rurais (56,6 %), seguidas da lenha (12,7 %). A utilização de biomassa e lenha representa riscos para a saúde, degrada o ambiente através da desflorestação e da erosão do solo e perpetua a desigualdade de género, uma vez que as mulheres são as principais responsáveis pela recolha destas fontes de combustível.<sup>77</sup>

**Gráfico 29: Acesso à electricidade em Moçambique, zonas rurais vs. zonas urbanas, 2019-2043**



Fonte: Previsões IFs na versão 8.59; dados históricos do Banco Mundial

[Rurais; Urbanas; % da população]

<sup>77</sup> African Development Bank PEVP Complex, Country Priority Plan and Diagnostic of the Electricity Sector: Mozambique, 2021, <https://www.afdb.org/sites/default/files/2021/11/22/mozambique.pdf>

Moçambique precisa de acelerar substancialmente o ritmo da electrificação nacional para cumprir a meta estabelecida no seu plano de desenvolvimento (2023-2043) e atingir uma taxa de acesso de 59,5 % até 2043 (Gráficos 28 e 29). Seguindo o Caminho Actual, a taxa de acesso à electricidade do país registará melhorias, atingindo 55,9% da população, cerca de 3,6 pontos percentuais abaixo da meta do Governo de Moçambique (59,5%), até 2043. O acesso à electricidade nas áreas urbanas aumentará para 87,2% até 2043, face aos 75,3% em 2022. O acesso à electricidade nas zonas rurais atingirá 25,9% da população rural até 2043, uma percentagem muito abaixo da média dos países africanos de baixo rendimento (42,5%).

### **Transportes**

Uma boa infra-estrutura de transportes é crucial para o crescimento económico e o desenvolvimento, uma vez que abrange todos os sectores da economia de um país. As estradas melhoram a acessibilidade e a mobilidade de bens, serviços e pessoas, afectando positivamente a integração dos mercados internos e externos, o emprego e a produtividade nas comunidades rurais e urbanas. Moçambique possui um sistema de transportes multimodal, mas subdesenvolvido, que necessita de melhorias em quase todos os aspectos.

O país tem uma companhia aérea nacional (Linhas Aéreas de Moçambique (LAM)), que detinha o monopólio dos voos domésticos durante décadas, até 2017. A frota da LAM limita-se a três aeronaves (duas Boeing 737-700 e uma De Havilland Canada DHC-8-400).<sup>78</sup>

Os principais portos do país situam-se em Maputo, Beira, Nacala e Pemba. O Estado detém uma participação em todas as concessões portuárias. Os principais portos locais estão ligados por via férrea e rodoviária aos países do interior e às regiões mineiras. O Maláui, o Essuatíni, a África do Sul, a Zâmbia e o Zimbábue dependem todos dos portos moçambicanos para parte das suas exportações e importações.

A rede ferroviária é composta por linhas este-oeste que ligam a África do Sul ao Porto de Maputo, o Zimbábue ao Porto da Beira e a Zâmbia/Malawi ao Porto de Nacala. Não existe nenhuma linha ferroviária norte-sul no país. A Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique (CFM) está sob pressão para modernizar as linhas ferroviárias a fim de melhorar a segurança e a capacidade de carga, mas tem dificuldade em satisfazer esta procura devido à falta de capacidade de financiamento e de conhecimentos tecnológicos.<sup>79</sup>

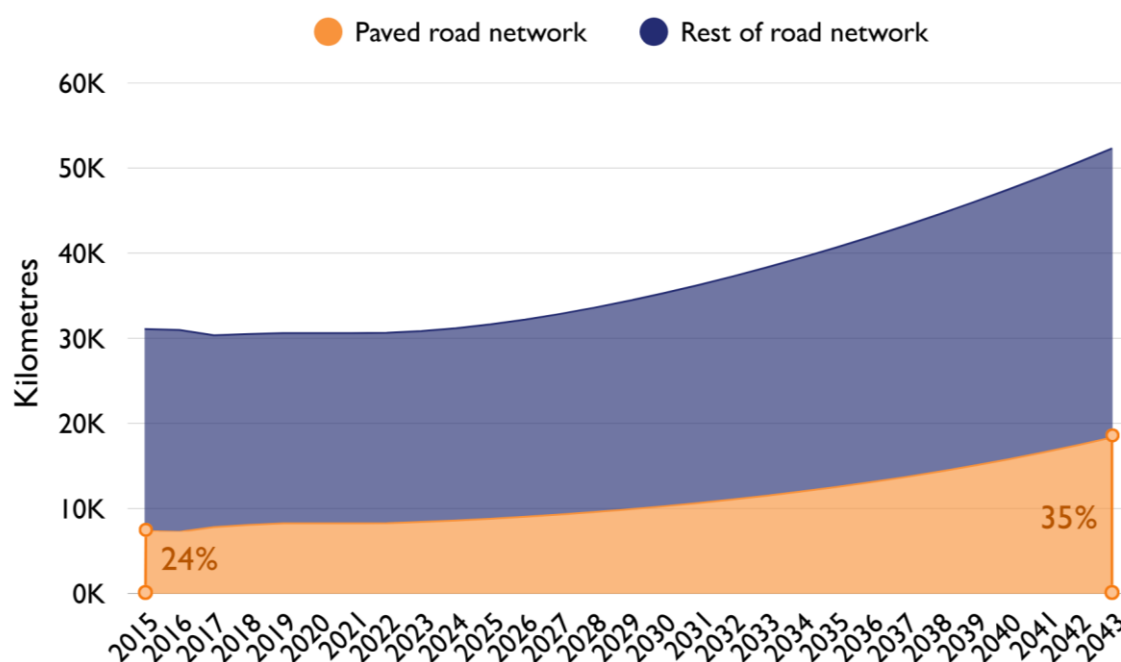
O transporte rodoviário é a principal forma de transporte interno em Moçambique, uma vez que a agricultura é a principal actividade económica do país. No entanto, as infra-estruturas rodoviárias são muito precárias e fragmentadas, o que dificulta o desenvolvimento económico, especialmente para o sector agrícola (a principal actividade económica) e as comunidades rurais. As estradas do país foram construídas como um sistema de alimentação rodoviário para servir as principais áreas urbanas, mas a qualidade e a densidade têm estagnado ao longo dos anos.

---

<sup>78</sup> US International Trade Administration, Mozambique -Country Commercial Guide: Transportation, <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/mozambique-transportation>, Novembro de 2022.

<sup>79</sup> US International Trade Administration, Mozambique -Country Commercial Guide: Transportation, <https://www.trade.gov/country-commercial-guides/mozambique-transportation>, Novembro de 2022.

Gráfico 30: Estradas pavimentadas em % da rede rodoviária total, 2015-2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59; dados históricos da Autoridade de Estradas de Moçambique

[Rede de estradas pavimentadas; Resto da rede rodoviária; Kms.]

Em 2023, Moçambique dispunha de uma rede rodoviária de 30 854 km, dos quais apenas 27,3% eram pavimentados (8 429 km). A qualidade e a cobertura destas estradas nas zonas rurais são igualmente baixas. Em 2019, o Banco Mundial estimou que apenas 43% dos habitantes rurais viviam a menos de 2 km de uma estrada rural transitável em todas as estações.<sup>80</sup> O défice de infra-estruturas rodoviárias do país aumenta o custo de fazer negócios, especialmente no sector agrícola, ao aumentar os custos de transporte e ao restringir a capacidade dos agricultores, das empresas nacionais e dos grandes investidores de acederem aos mercados internos e externos e de desenvolverem ligações de beneficiamento a jusante e a montante ao longo das cadeias de valor nacionais, regionais e globais.

Este défice limita as ligações entre as zonas rurais e os centros urbanos mais dinâmicos, restringindo o desenvolvimento de um mercado interno integrado no país. Até 2043, cerca de 35,1% da rede rodoviária total de Moçambique estará pavimentada, cerca de 6,3 pontos percentuais abaixo da média dos países africanos de baixo rendimento (Gráfico 30).

Para além do sector agrícola, os sectores dos transportes e da energia estão ameaçados pelas alterações climáticas em Moçambique. O aumento das inundações - aliado à escassez de estradas pavimentadas e à interconectividade limitada - comprometerá as redes de transportes. Os portos enfrentam vulnerabilidade a ciclones e marés de tempestade. Os danos nas infra-estruturas de transportes não só afectam a logística interna, como têm efeitos em cadeia noutros sectores, com repercussões regionais, dado o papel de Moçambique como rota de trânsito para as nações vizinhas sem litoral. A erosão costeira, a par dos danos nas infra-estruturas, deverá ter um impacto negativo

<sup>80</sup> World Bank, Estimating the Impact of Improved Roads on Access to Health Care: Evidence from Mozambique, <https://documents.worldbank.org/en/publication/documents-reports/documentdetail/460631625228254580/estimating-the-impact-of-improved-roads-on-access-to-health-care-evidence-from-mozambique>

no turismo. Além disso, a forte dependência de Moçambique da energia hidroelétrica expõe o país a perdas induzidas pela variabilidade das precipitações, um risco exacerbado pelo potencial esgotamento do rio Zambeze a jusante, atribuído às alterações climáticas.<sup>81</sup>

### ***Tecnologias da informação e da comunicação***

As tecnologias da informação e da comunicação (TIC) constituem outro factor essencial para a concretização dos objectivos de desenvolvimento de Moçambique. Os esforços para alargar o acesso à banda larga e aos serviços das TIC poderão abrir uma nova via para a diversificação económica, reduzir as barreiras geográficas, melhorar a eficiência na prestação de serviços públicos e impulsionar a produtividade, com um efeito positivo no crescimento e na redução da pobreza.

Embora a infra-estrutura digital de Moçambique ainda esteja longe de alcançar o acesso universal, tem vindo a evoluir rapidamente. Em 2024, estimava-se que 18,8% da população tivesse acesso à Internet. O impacto da pandemia da COVID-19 levou as empresas e os utilizadores a migrarem para plataformas online e a manterem a sustentabilidade através da implementação de sistemas de trabalho remoto.

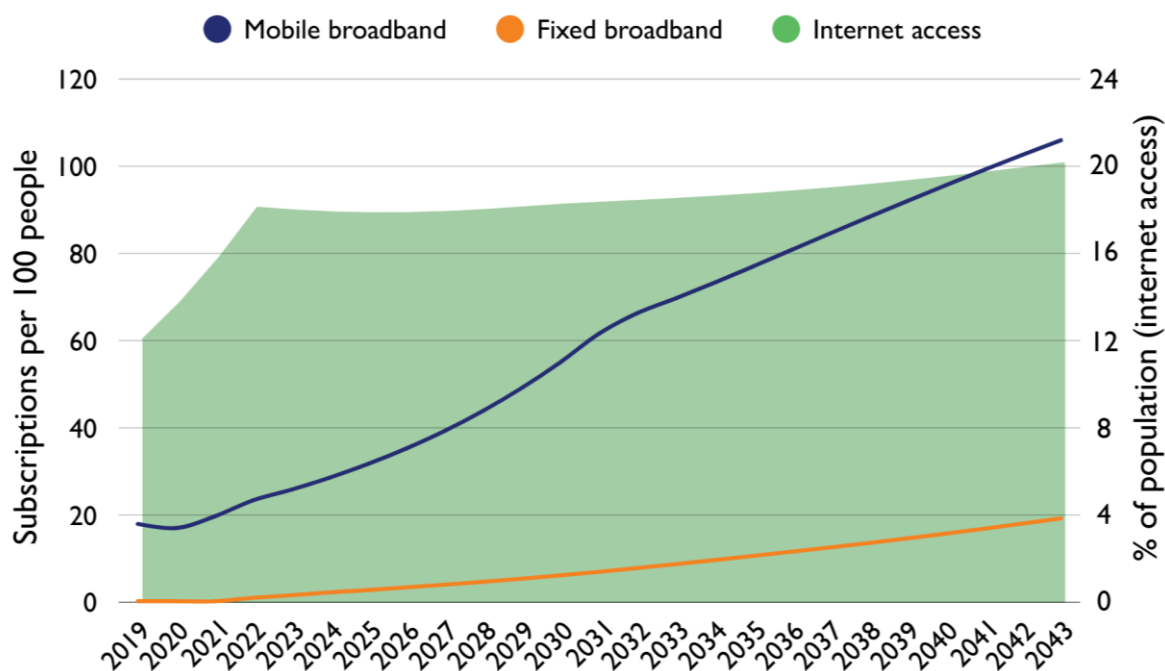
Uma comparação do acesso à Internet e das assinaturas de telemóveis (Gráfico 31) em Moçambique com as médias dos países comparáveis mostra que os níveis de conectividade permanecem relativamente baixos. Em 2024, as assinaturas de telemóvel foram estimadas em 28,6 por cada 100 pessoas, bem abaixo das médias de 40,6 para os países africanos de baixo rendimento e de 75,1 para a África Austral. Seguindo a Caminho Actual, as assinaturas de telemóvel em Moçambique aumentarão significativamente, atingindo 106 por cada 100 pessoas até 2043.

O acesso à banda larga fixa continuará a ser particularmente limitado. A banda larga fixa proporciona ligações à Internet mais rápidas e seguras e é essencial para o desenvolvimento de serviços de elevado valor acrescentado na economia digital. No entanto, a penetração da banda larga em Moçambique é notavelmente baixa, com apenas 1,6 assinaturas por cada 100 pessoas em 2023. Na Caminho Actual, este valor aumentará para 19,2 assinaturas por cada 100 pessoas até 2043.

---

<sup>81</sup>African Climate Foundation (ACF) and the International Food Policy Research Institute (IFPRI), from *Climate Risk to Resilience: Unpacking the Economic Impacts of Climate Change in Mozambique*, Novembro de 2023.

Gráfico 31: Penetração da Internet e da banda larga em Moçambique, 2019-2043



Fonte: Previsões IFs na versão 8.59; dados históricos da União Internacional das Telecomunicações (UIT)

[Banda larga móvel; Banda larga fixa; Acesso à Internet; Assinaturas por cada 100 pessoas; % da população (acesso à Internet)]

Moçambique enfrenta desafios significativos para concretizar todo o potencial do sector das TIC no apoio ao desenvolvimento económico e na concretização das metas dos ODS relacionadas com as TIC. O elevado custo dos dispositivos digitais e as baixas taxas de alfabetização continuam a ser os principais obstáculos à conectividade. Ao mesmo tempo, persistem grandes disparidades entre as zonas rurais e urbanas no que diz respeito ao acesso - agravadas pela escassez de electricidade e de serviços financeiros nas zonas rurais. O sector é ainda mais limitado por uma notável disparidade de género na utilização da Internet e na posse de telemóveis, impulsionada em grande parte pelas desigualdades educativas e de rendimento entre homens e mulheres.<sup>82</sup> O Governo de Moçambique pretende colmatar esta disparidade através da criação de aldeias digitais, um programa de infra-estruturas que irá melhorar a conectividade e o acesso às TIC nas comunidades rurais. O surgimento de projectos mineiros e energéticos irá impulsionar os investimentos em infra-estruturas de TIC nas zonas rurais de Moçambique.

### Cenário de infra-estruturas de grande dimensão

O cenário Grandes Infra-estruturas e Salto Qualitativo envolve investimentos ambiciosos em infra-estruturas rodoviárias e de energias renováveis, melhoria do acesso à electricidade e aceleração da conectividade de banda larga (tanto fixa como móvel). Este cenário privilegia a adopção de tecnologias modernas para aumentar a eficiência do governo. Inclui investimentos significativos em grandes projectos de infra-estruturas, tais como caminhos-de-ferro, portos e aeroportos

<sup>82</sup> A Gillwald et al., The State of ICT in Mozambique, 2018, RIA Policy Paper No. 6, Vol. 5

(outras infra-estruturas), ao mesmo tempo que destaca os impactos positivos das energias renováveis e das TIC.

O acesso limitado à electricidade em Moçambique, particularmente nas zonas rurais, significa que a maioria das famílias ainda depende de combustíveis tradicionais, poluentes e ineficientes para cozinhar. Estima-se que 93% da população dependa de biomassa sólida para cozinhar e, em áreas urbanas como Maputo, 85% dos agregados familiares utilizam carvão vegetal.<sup>83</sup> Além do mais, cozinhar com fogões a biomassa acarreta sérios riscos para a saúde, especialmente para mulheres e crianças, devido à exposição prolongada à poluição do ar interior, o que pode conduzir a doenças respiratórias. Ao mesmo tempo, a dependência de combustíveis de biomassa contribui para a desflorestação, a degradação florestal e emissões significativas de carbono, intensificando ainda mais as alterações climáticas.

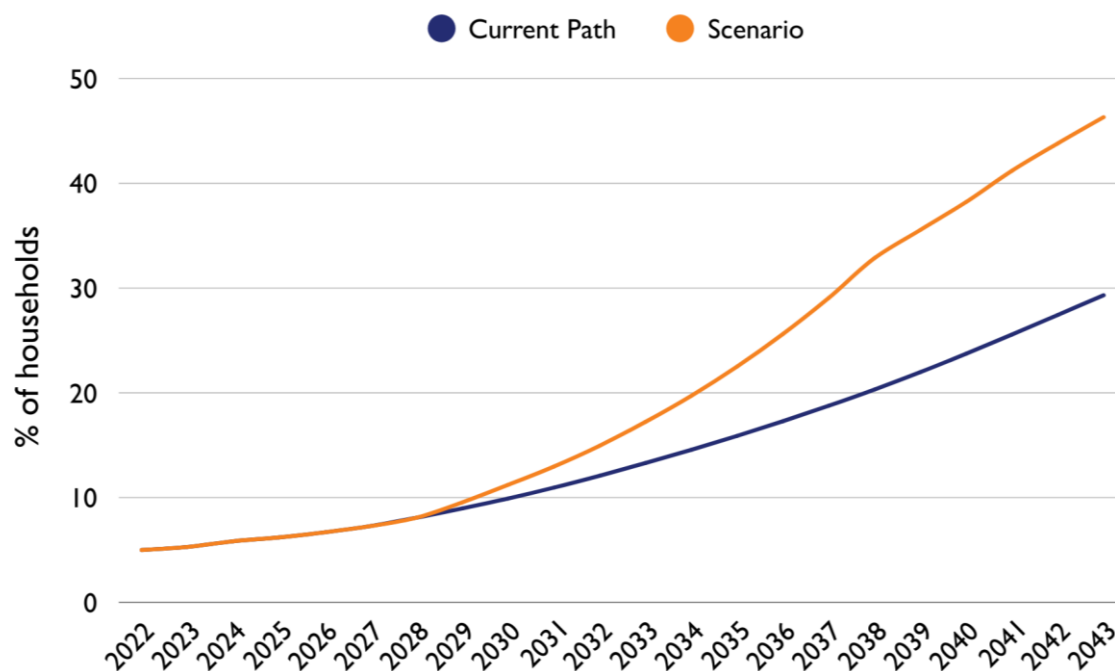
Se o cenário Grandes Infra-estruturas e Salto Qualitativo for efectivamente implementado, a percentagem de famílias que utilizam fogões tradicionais poderá diminuir de cerca de 90 % em 2023 para aproximadamente 67,2 % em 2043, o que representa uma redução de 16,2 pontos percentuais em relação à Via Actual, com respeito ao mesmo ano (Gráfico 32). Ao mesmo tempo, a proporção de famílias que utilizam fogões modernos aumentará de 5,2% em 2023 para 46,3% em 2043, em comparação com 29,3% no Caminho Actual.

Estas projecções sugerem que a expansão do acesso à electricidade e a soluções de energia renovável fora da rede, particularmente nas zonas rurais, poderia acelerar significativamente a transição para longe dos métodos tradicionais de cozinha. Tal mudança reduziria a pressão sobre as florestas, diminuiria as emissões de carbono e melhoraria a eficiência energética das famílias.

---

<sup>83</sup> Gold Standard, Efficient and clean cooking for Mozambican low-income households, 2026, <https://marketplace.goldstandard.org/products/efficient-clean-cooking-mozambican-low-income-households>

Gráfico 32: Utilização de fogões modernos: Trajectória Actual vs. Cenário de Grandes Infra-estruturas, 2022-2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59

[Caminho Actual; Cenário; % das famílias]

Em termos de desenvolvimento económico e humano, a economia de Moçambique seria, em US\$ 2043, 8,9 mil milhões maior do que no Caminho Actual. Prevê-se também que o PIB per capita (PPC) seja, em 2043, US\$ 256 superior ao do Caminho Actual. Haverá cerca de 1,4 milhões de moçambicanos a menos a viverem em pobreza extrema em 2043, em comparação com o Caminho Actual. Isto traduz-se numa taxa de pobreza de 62,8%, em comparação com 65,1% no Caminho Actual.

## Agricultura em Moçambique

Moçambique possui um potencial agrícola significativo ainda por explorar, sendo que 45% da sua superfície terrestre é arável. Actualmente apenas 16% da referida superfície é cultivada. A posição geográfica estratégica do país permite-lhe desempenhar um papel importante como centro de transbordo para o comércio agrícola com os seus países vizinhos sem litoral.<sup>84</sup>

O sector agrícola é o pilar da economia de Moçambique. Representa mais de um quarto do seu PIB e emprega 80% da força de trabalho. A maior parte da produção agrícola provém de pequenos agricultores, que representam aproximadamente 3,2 milhões de indivíduos e contribuem com 95% da produção agrícola do país, enquanto os restantes 5% são atribuídos a empresas agrícolas comerciais.<sup>85</sup>

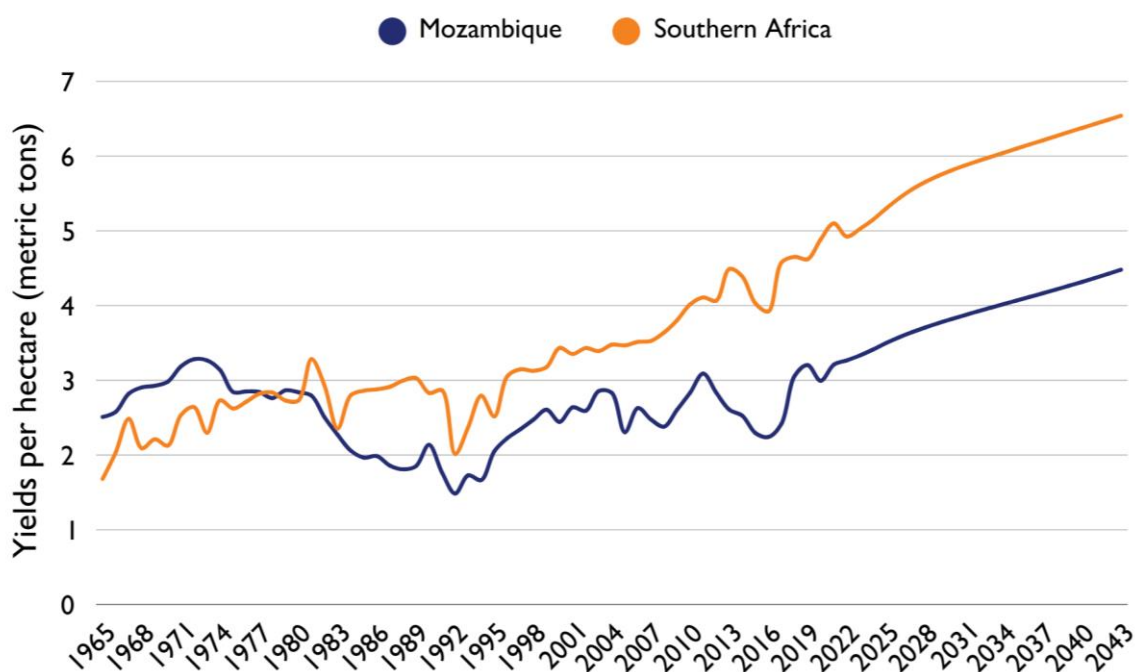
<sup>84</sup> The World Bank, Mozambique economic update: Getting Agricultural Support Right, Junho de 2022

<sup>85</sup> FAO in Mozambique, <https://www.fao.org/mozambique/fao-in-mozambique/mozambique-at-a-glance/en/#>

O milho e a mandioca são os principais alimentos básicos e são cultivados por 80% de todos os pequenos agricultores moçambicanos. Outros alimentos básicos importantes são o trigo e o arroz. A produção animal, particularmente de aves e pequenos ruminantes, tem uma importância significativa nos meios de subsistência rurais e na alimentação. Nos meios urbanos, os pontos de venda de carne formais dependem fortemente da carne de vaca e de aves, fornecendo mais de 80% da procura de carne.<sup>86</sup> O número limitado de agricultores comerciais concentra-se em culturas de rendimento, como o tabaco, o algodão, a castanha de caju e o açúcar. A volatilidade dos preços das matérias-primas e as flutuações nos mercados globais têm um impacto considerável na agricultura comercial de Moçambique e no panorama económico geral.

O potencial ainda não se traduziu em produção. Moçambique tem um dos rendimentos médios por hectare mais baixos de África. Com uma estimativa de 3,4 toneladas por hectare em 2024, o país ocupava o 26.º lugar entre 55 países africanos e registava o 5.º rendimento mais baixo da África Austral em 2024. No cenário actual, a produtividade média por hectare em Moçambique aumentará marginalmente para 4,5 toneladas até 2043, abaixo da média estimada de 6,5 toneladas para a África Austral, mas ligeiramente acima da média de 3,8 toneladas para os países de baixo rendimento em África (Gráfico 33).

Gráfico 33: Rendimentos médios das culturas por hectare (toneladas métricas), Moçambique, 1965-2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59; dados históricos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

[Moçambique; África Austral; Rendimento por hectare (toneladas métricas)]

A baixa produtividade agrícola em Moçambique deve-se a vários factores, incluindo o acesso limitado ao financiamento agrícola e a insumos melhorados, a lenta adopção de tecnologia, a insuficiência de serviços agrícolas e a dependência da agricultura de sequeiro, a que se junta a vulnerabilidade aos riscos climáticos.<sup>87</sup>

<sup>86</sup> FAO in Mozambique, <https://www.fao.org/mozambique/fao-in-mozambique/mozambique-at-a-glance/en/#>

<sup>87</sup> The World Bank, Mozambique economic update: Getting Agricultural Support Right, Junho de 2022

Moçambique é o terceiro país africano mais vulnerável às alterações climáticas, encarando ameaças como ciclones tropicais, secas e inundações costeiras. A sua extensa linha costeira, com 2 700 km, agrava esta vulnerabilidade, particularmente para os 60% da população que reside em regiões costeiras de baixa altitude.<sup>88</sup> Estas áreas enfrentam riscos para as infra-estruturas, a agricultura costeira, os ecossistemas e as pescas devido a tempestades intensas e ao aumento do nível do mar, com repercussões que se fazem sentir também no interior. Entre 1980 e 2019, Moçambique registou um total de 53 catástrofes naturais, incluindo 21 ciclones tropicais, 20 inundações e 12 episódios de seca.<sup>89</sup> De acordo com o Índice Global de Risco Climático, Moçambique foi o país mais afectado do mundo pelos impactos de fenómenos meteorológicos extremos em 2019 e o quinto mais afectado quando se considera o período de 2000 a 2019.<sup>90</sup>

As catástrofes dificultam ainda mais o acesso aos mercados, agravando os desafios para os produtores rurais que dependem fortemente de uma agricultura sensível às alterações climáticas para a sua subsistência e rendimentos. Além de figurar entre os países mais vulneráveis em termos de catástrofes naturais, Moçambique está entre os países menos preparados para estes riscos climáticos, ocupando a 154.<sup>a</sup> posição entre 185 nações no Índice Global de Adaptação (ND-GAIN).<sup>91</sup>

Além disso, as infra-estruturas rodoviárias inadequadas representam um obstáculo significativo ao desenvolvimento agrícola; dificultam o estabelecimento de ligações essenciais ao longo das cadeias de valor e impedem a adopção de tecnologias modernas cruciais para aumentar a produtividade, tais como fertilizantes, pesticidas, sementes melhoradas e equipamento mecanizado. Aumentam os custos de transporte, dificultando o acesso dos agricultores aos mercados nacionais e internacionais. As entrevistas que realizámos durante o trabalho de campo revelaram que os importadores de alimentos em Maputo preferem importar da África do Sul em vez de nas zonas de produção locais, porque pode demorar uma semana a transportar os produtos dessas áreas para Maputo devido às más condições das estradas.

Em comparação com muitos países em desenvolvimento, o apoio do Governo de Moçambique ao sector agrícola é elevado, embora se tenha verificado, nos últimos tempos, um lento declínio na despesa pública com a agricultura. A percentagem média da agricultura no orçamento nacional situou-se acima dos 4 % entre 2010 e 2014 e desceu para 4 % no quinquénio seguinte (2015-2019),<sup>92</sup> menos de metade da meta de 10 % recomendada pelo Programa Integrado para o Desenvolvimento da Agricultura em África (PIDAA).

A baixa produtividade agrícola não consegue satisfazer as necessidades nutricionais de uma população em crescimento. Muitos agricultores rurais continuam a ser consumidores líquidos de alimentos e vulneráveis aos aumentos dos preços dos alimentos. Consequentemente, a situação

---

<sup>88</sup> The World Bank, Mozambique economic update: Getting Agricultural Support Right, Junho de 2022

<sup>89</sup> African Climate Foundation (ACF) and the International Food Policy Research Institute (IFPRI), from Climate Risk to Resilience: Unpacking the Economic Impacts of Climate Change in Mozambique, Novembro de 2023.

<sup>90</sup> African Climate Foundation (ACF) and the International Food Policy Research Institute (IFPRI), from Climate Risk to Resilience: Unpacking the Economic Impacts of Climate Change in Mozambique, Novembro de 2023.

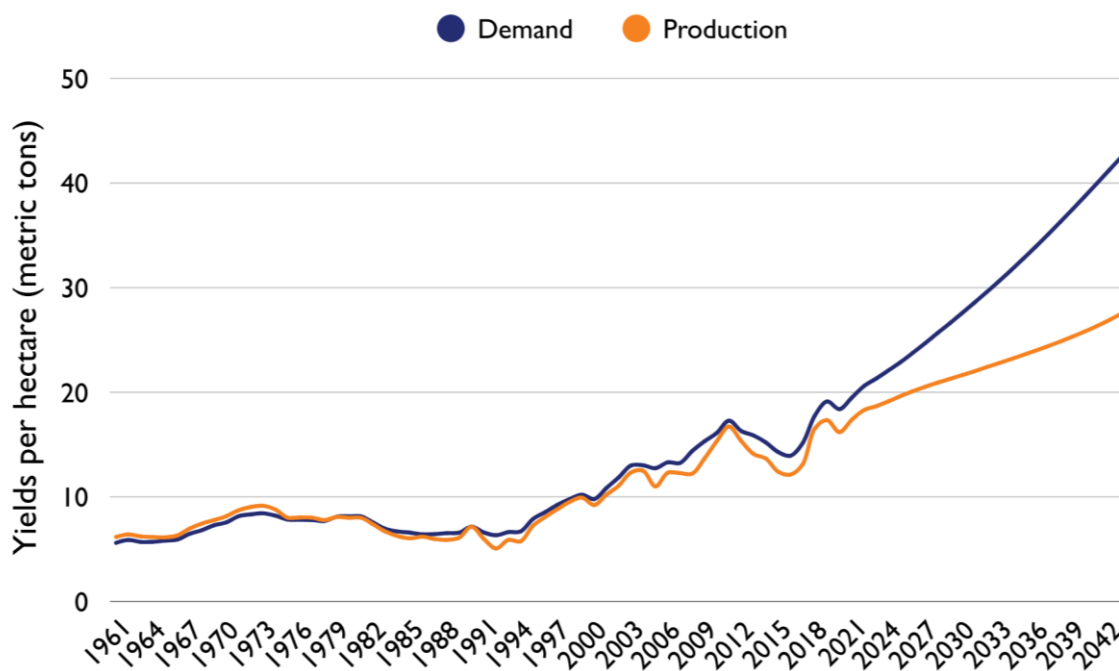
<sup>91</sup> Global Adaptation Index (ND-GAIN), <https://gain.nd.edu/our-work/country-index/rankings/>

<sup>92</sup> The World Bank, Mozambique economic update: Getting Agricultural Support Right, Junho de 2022

nutricional no país continua precária, com cerca de 43 % das crianças com menos de cinco anos a sofrerem de subnutrição crónica. Em 2022, o Índice Global de Segurança Alimentar colocou o país na parte inferior da classificação (94.º entre 113 países), com pontuações particularmente baixas em termos de qualidade, segurança e acessibilidade dos alimentos.<sup>93</sup>

No futuro, as alterações climáticas irão agravar a frequência e a intensidade destas fenómenos em Moçambique. Alimentar a população em crescimento nestas condições será um dos maiores desafios do país. Em 2024, estima-se que tenham sido produzidas 19,1 milhões de toneladas métricas de colheitas, um aumento significativo em relação às 5,1 milhões de toneladas métricas produzidas no final da guerra civil, em 1992. Na Via Actual, a produção agrícola aumentará para cerca de 27,5 milhões de toneladas métricas até 2043, enquanto a procura de produtos agrícolas deverá aumentar de 22,1 milhões de toneladas métricas em 2023 para cerca de 42,5 milhões de toneladas métricas até 2043, provocando um défice de cerca de 15 milhões de toneladas métricas (Gráfico 34). A Via Actual retrata um fosso crescente entre a produção alimentar interna e a procura, uma situação que agravará o défice comercial agrícola de Moçambique.

Gráfico 34: Evolução da produção agrícola (culturas) e da procura em Moçambique, 1961-2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59; dados históricos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO)

[Procura; Produção; Rendimento por hectare (toneladas métricas)]

O aumento da produtividade agrícola não só elevaria os rendimentos das famílias agrícolas, que representam uma parte significativa da população do país, como também reduziria os custos dos alimentos para a população não agrícola e abriria caminho para o desenvolvimento da agro-indústria. O Governo de Moçambique deve melhorar a eficiência das suas políticas e programas de apoio à agricultura, a fim de impulsionar o desenvolvimento agrícola, reduzir a pobreza e garantir a segurança alimentar. Devem ser envidados esforços para colmatar as grandes disparidades de

<sup>93</sup> Global Food Security Index 2022. Economic Intelligence Unit. <https://impact.economist.com/sustainability/project/food-security-index/>

género na agricultura. Em Moçambique, as mulheres estão desproporcionalmente concentradas na agricultura de subsistência, mas enfrentam mais restrições do que os homens no acesso a recursos e serviços produtivos essenciais, tecnologia, informação de mercado e financiamento.<sup>94</sup>

### **Cenário agrícola**

A agricultura é a fonte de subsistência de milhões de moçambicanos. No entanto, de acordo com a análise do Caminho Actual, o sector enfrenta vários desafios que afectam negativamente a produtividade. O investimento na agricultura pode garantir a segurança alimentar, reduzir os conflitos por recursos, criar postos de trabalho, aumentar os rendimentos e abrir caminho para a diversificação económica através da transformação agrícola. Por conseguinte, as intervenções neste cenário constituem um impulso coordenado para libertar o potencial agrícola de Moçambique.

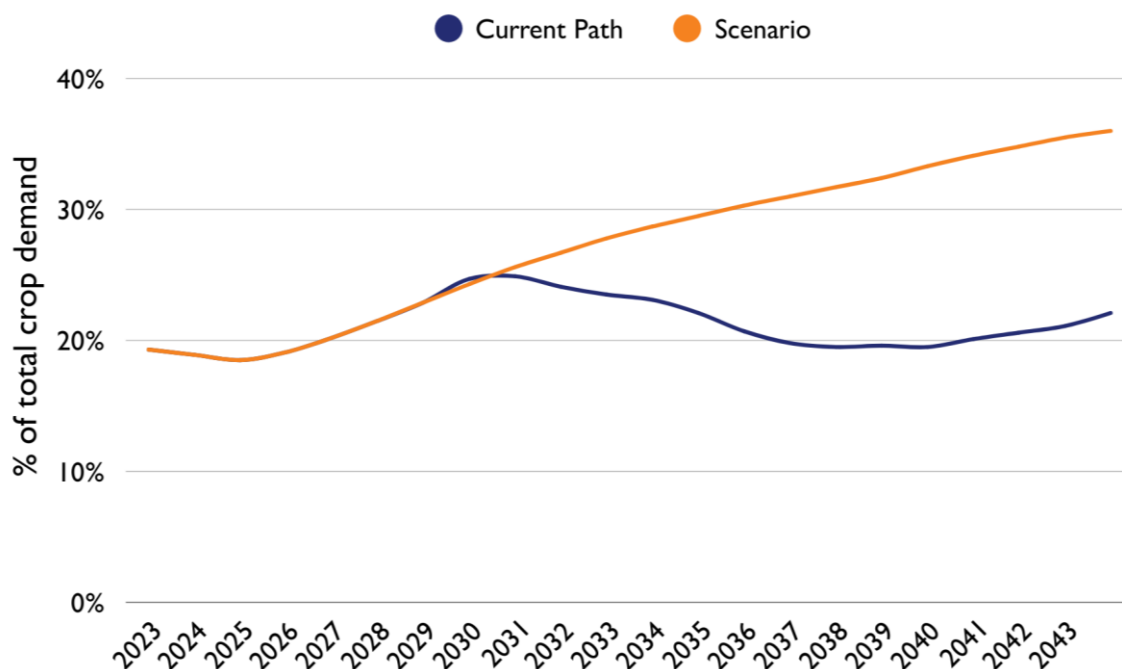
As intervenções no cenário reflectem uma melhoria agressiva, mas razoável, na produtividade agrícola (rendimentos médios), em resultado da adopção de tecnologias agrícolas modernas e climaticamente inteligentes, de sementes melhoradas e do aumento da utilização de fertilizantes e pesticidas. Da mesma forma, a área de terras irrigadas é aumentada para reduzir a vulnerabilidade das culturas de sequeiro. O cenário reduz também as perdas pós-colheita através de melhores instalações de armazenamento e de um acesso melhorado ao mercado (estradas rurais). A protecção florestal é igualmente reforçada como indicador de práticas fundiárias sustentáveis. Embora o sector possa beneficiar de um aumento das receitas de exportação, deve centrar a sua atenção, em primeiro lugar, no estabelecimento da segurança alimentar.

No cenário agrícola, o rendimento médio das culturas será de 6,5 toneladas por hectare até 2043, em linha com a média regional. O país produzirá cerca de 10,2 milhões de toneladas métricas de alimentos (colheitas) adicionais em 2043, em comparação com a Via Actual. A dependência das importações de produtos agrícolas será de cerca de 22,1% da procura total de colheitas, em comparação com 36% na Via Actual em 2043 (Gráfico 35).

---

<sup>94</sup> The World Bank, Mozambique economic update: Getting Agricultural Support Right, Junho de 2022

Gráfico 35: Dependência das importações de produtos agrícolas no Caminho Actual e no cenário da Agricultura, 2023–2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59, dados históricos da FAO

[Caminho Actual; Cenário; % da procura total de produtos agrícolas]

Em 2043 a taxa de pobreza será 4,4 pontos percentuais inferior à prevista na Via Actual. O volume da economia receberá um impulso; em 2043 será cerca de US\$ 7,9 mil milhões superior ao previsto na Via Actual, enquanto o PIB per capita (PPC) será US\$ 228 superior ao que seria na Via Actual nesse mesmo ano.

### Indústria transformadora em Moçambique

O sector industrial em Moçambique é fraco e incapaz de desempenhar um papel de liderança no crescimento e desenvolvimento económicos; limita-se à transformação em pequena escala e a sua contribuição para o PIB tem vindo a diminuir desde 2005. De acordo com o inquérito às empresas industriais moçambicanas de 2022, apenas 5% das empresas exportam. O sector representou cerca de 10% do PIB, em média, no período de 2000 a 2022, enquanto a agricultura, a indústria extractiva e os serviços representaram 24%, 18% e 45%, respectivamente.

Nas entrevistas realizadas durante a nossa viagem de trabalho de campo, muitos especialistas e economistas indicaram que o sector industrial em Moçambique tem um potencial significativo. No entanto, o seu desempenho tem sido prejudicado por vários factores, tais como infraestruturas de transporte deficientes, que impedem a ligação entre agricultores e empresas transformadoras (beneficiamento a jusante), má aplicação da regulamentação empresarial (oficialmente, é necessário um dia para registar uma empresa, mas, na prática, são necessários três meses), o elevado custo do crédito, o atraso tecnológico e a concorrência feroz por parte das empresas transformadoras sul-africanas.

Tal como noutros países africanos, muitos indivíduos em situação de pobreza em Moçambique encontram-se enraizados em sectores de baixa produtividade e em actividades informais baseadas nos serviços. Impulsionar o sector industrial irá promover o crescimento inclusivo, facilitando a transição de indivíduos de baixos rendimentos destes sectores para áreas de maior produtividade. Esta mudança estrutural não só aumenta os rendimentos como também promove um ciclo positivo em que o crescimento do emprego produtivo, das capacidades e dos rendimentos se reforçam mutuamente, impulsionando a expansão económica e a redução da pobreza. A expansão de sectores mais dinâmicos pode alimentar ainda mais este ciclo virtuoso, conduzindo a um crescimento sustentado e a uma maior prosperidade.

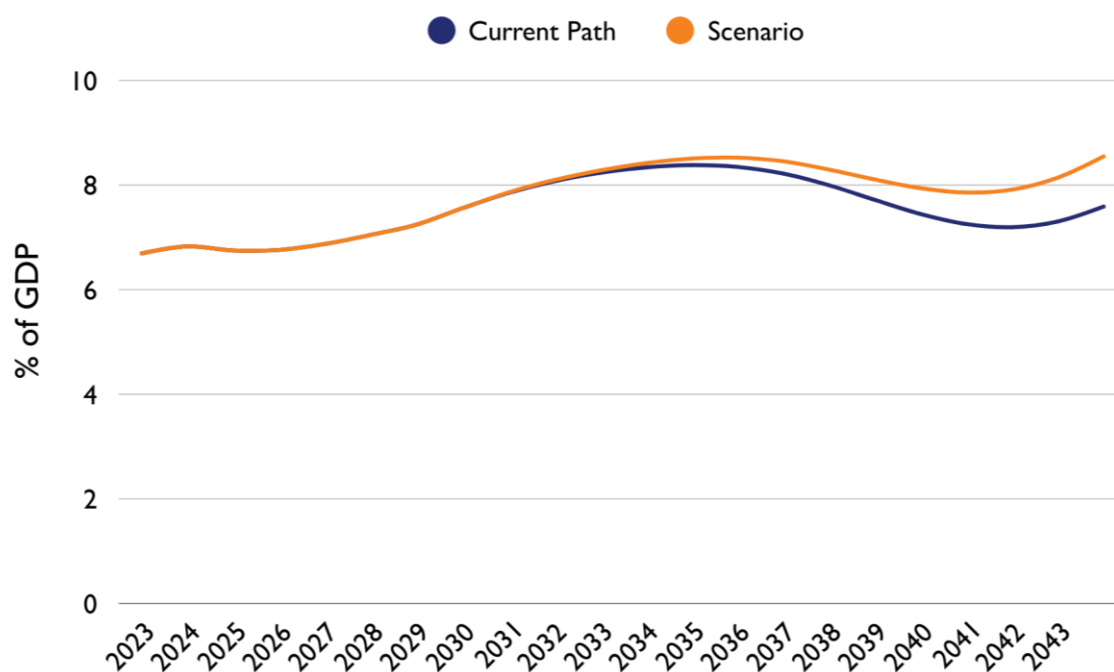
É necessário fortalecer a indústria transformadora através de fortes ligações a montante e a jusante com os sectores da agricultura, da mineração e dos serviços, a fim de alcançar um crescimento sustentado, reduzir a pobreza e diversificar as fontes de rendimento e as receitas em divisas. No entanto, a industrialização ou a transformação económica é um processo a longo prazo. Exige relações construtivas entre o Estado e o sector privado que a incentivem e apoiem. As empresas necessitam de um Estado com fortes capacidades para definir uma visão e estratégia económicas globais, fornecer de forma eficiente infra-estruturas e serviços de apoio, manter um ambiente regulatório propício à actividade empresarial e facilitar a aquisição de novas tecnologias e a entrada em novas actividades económicas e mercados.

### **Cenário industrial**

Sem um sector industrial robusto, não é possível alcançar um crescimento sustentado, nem criar empregos suficientes para reduzir a pobreza no país. Este cenário, portanto, simula o impacto de um esforço concertado por parte das autoridades moçambicanas para libertar o potencial do sector não extractivo, com especial ênfase na indústria transformadora. O cenário Indústria Transformadora representa um crescimento industrial razoável, mas ambicioso, através de um maior investimento no sector, na investigação e desenvolvimento e na melhoria do ambiente empresarial. Aumenta as taxas de participação da mão-de-obra (masculina e feminina) como indicador da indústria transformadora de mão-de-obra intensiva. É acompanhado por um aumento das transferências sociais (subsídios sociais) para a população vulnerável (trabalhadores não qualificados), a fim de moderar os aumentos iniciais da desigualdade, frequentemente associados à industrialização. Uma rápida transformação estrutural pode implicar um compromisso entre crescimento e desigualdade, o que é conhecido como o «dilema do desenvolvedor».

Em 2043, no cenário da Indústria Transformadora, o valor acrescentado do sector industrial será de US\$ 826 milhões (equivalente a um ponto percentual do PIB) acima da Via Actual (Gráfico 36).

**Gráfico 36: Valor acrescentado pelo sector transformador na Via Actual e no cenário Indústria Transformadora, 2023-2043**



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59

[Via Actual; Cenário; % do PIB]

Em 2043, no cenário Industrial, o volume da economia será cerca de US\$ 3,7 mil milhões superior ao que seria no Caminho Actual. O moçambicano médio teria um rendimento de US\$ 107 (PPC) superior ao do Caminho Actual, enquanto em 2043 viveriam em situação de pobreza extrema cerca de 2,2 milhões de moçambicanos a menos do que no Caminho Actual.

### Comércio Internacional em Moçambique

A economia de Moçambique é altamente aberta ao comércio internacional, com o comércio total (exportações mais importações) estimado em 96 % do PIB em 2024, um valor significativamente superior às médias dos seus pares — o que reflecte uma forte integração nos mercados globais. No entanto, a estrutura comercial do país continua a ser limitada e dependente das matérias-primas, com as exportações fortemente concentradas nos combustíveis minerais, em particular no gás natural e no carvão. Esta concentração expõe a economia a choques externos, incluindo flutuações nos preços e na procura globais de matérias-primas, uma vez que as receitas cambiais dependem em grande medida do desempenho do sector extractivo.

Ao mesmo tempo, Moçambique depende substancialmente das importações de produtos manufacturados e de bens de capital, reflectindo a diversificação limitada da sua base produtiva e a fraca capacidade industrial interna. No entanto, as importações de capital, tais como maquinaria, equipamento industrial e tecnologias avançadas, são fundamentais para apoiar o investimento e a produção, particularmente em sectores intensivos em capital, como a mineração e a energia. Estas importações permitem o desenvolvimento e a operação de projectos extractivos e de infra-estruturas em grande escala, que continuam a ser os principais motores das receitas de exportação, dos fluxos de divisas e das receitas tributárias do governo.

A nível regional, Moçambique é membro de vários quadros de integração regional, com destaque para a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). Moçambique é também um Estado-membro do Acordo da Zona de Comércio Livre Tripartida (ZCLT), que visa integrar os mercados da COMESA, da Comunidade da África Oriental (CAO) e da SADC numa única zona de comércio livre de maior dimensão. No entanto, Moçambique ainda não assinou o acordo, que entrou em vigor a 25 de Julho de 2024.<sup>95</sup> Moçambique é também parte contratante da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA), tendo ratificado o acordo em Julho de 2023.<sup>96</sup> Espera-se que a participação na ZCLCA amplie o acesso aos mercados em toda a África, apoie a diversificação das exportações e reforce a resiliência do país a choques económicos externos, incluindo flutuações nos preços globais das matérias-primas e perturbações nas cadeias de abastecimento internacionais.

A nível multilateral, Moçambique é membro do Fórum de Cooperação China-África (FCCA), uma plataforma de consulta e diálogo entre a China e os Estados africanos, criada em Outubro de 2000. Em Fevereiro de 2018, Moçambique aderiu ao Acordo de Parceria Económica (APE) entre a União Europeia (UE) e a SADC, assinado em Junho de 2016 pelos seguintes países: Botsuana, Essuatíni, Lesoto, Namíbia e África do Sul. O APE UE-SADC entrou em vigor provisoriamente em Outubro de 2016.<sup>97</sup> Moçambique tem permanecido elegível para a Lei de Crescimento e Oportunidades para África (AGOA) desde a sua criação. A AGOA continua em vigor em 2026, mas foi prorrogada apenas até Dezembro de 2026,<sup>98</sup> e o seu futuro a longo prazo permanece incerto. A AGOA proporciona acesso preferencial ao mercado dos Estados Unidos (EUA), o que permitiria aos países elegíveis investir, modernizar e diversificar as suas exportações, criando simultaneamente oportunidades para o aumento do emprego e a valorização de bens com valor agregado e produzidos localmente.<sup>99</sup> O país não tem tirado pleno partido da preferência de isenção de direitos aduaneiros. Em 2023, as exportações de Moçambique para os EUA ascenderam a apenas US\$ 210 milhões.<sup>100</sup>

Moçambique é membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), tendo aderido à organização em Agosto de 1995, na sequência da conclusão da Ronda do Uruguai.<sup>101</sup> A adesão à OMC integra Moçambique no sistema comercial multilateral baseado em regras, promovendo a transparência comercial, o acesso ao mercado e a resolução de litígios, ao mesmo tempo que facilita a participação do país no comércio global.

Através destas plataformas, Moçambique participa em iniciativas regionais e globais de liberalização do comércio destinadas a facilitar o comércio, melhorar a conectividade e promover a integração económica. O Governo de Moçambique procura reformar a sua regulamentação

---

<sup>95</sup> Tralac, The COMESA-EAC-SADC Tripartite Free Trade Area, 2025, <https://www.tralac.org/documents/resources/tfta/5838-status-of-tfta-ratification/file.html>

<sup>96</sup> Tralac, African Continental Free Trade Area: Status of negotiations and ratification, 2026, <https://www.tralac.org/documents/resources/infographics/2605-status-of-afcfta-ratification/file.html>

<sup>97</sup> European Commission EPA SADC - Southern African Development Community, <https://trade.ec.europa.eu/access-to-markets/en/content/epa-sadc-southern-african-development-community>

<sup>98</sup> Office of the United States Trade Representative, Statement from Ambassador Jamieson Greer on the Reauthorization of the African Growth and Opportunity Act, <https://ustr.gov/about/policy-offices/press-office/press-releases/2026/february/statement-ambassador-jamieson-greer-reauthorization-african-growth-and-opportunity-act>

<sup>99</sup> USAID, Mozambique National AGOA Utilization Strategy, [https://pdf.usaid.gov/pdf\\_docs/PA00T12P.pdf](https://pdf.usaid.gov/pdf_docs/PA00T12P.pdf), March 2018.

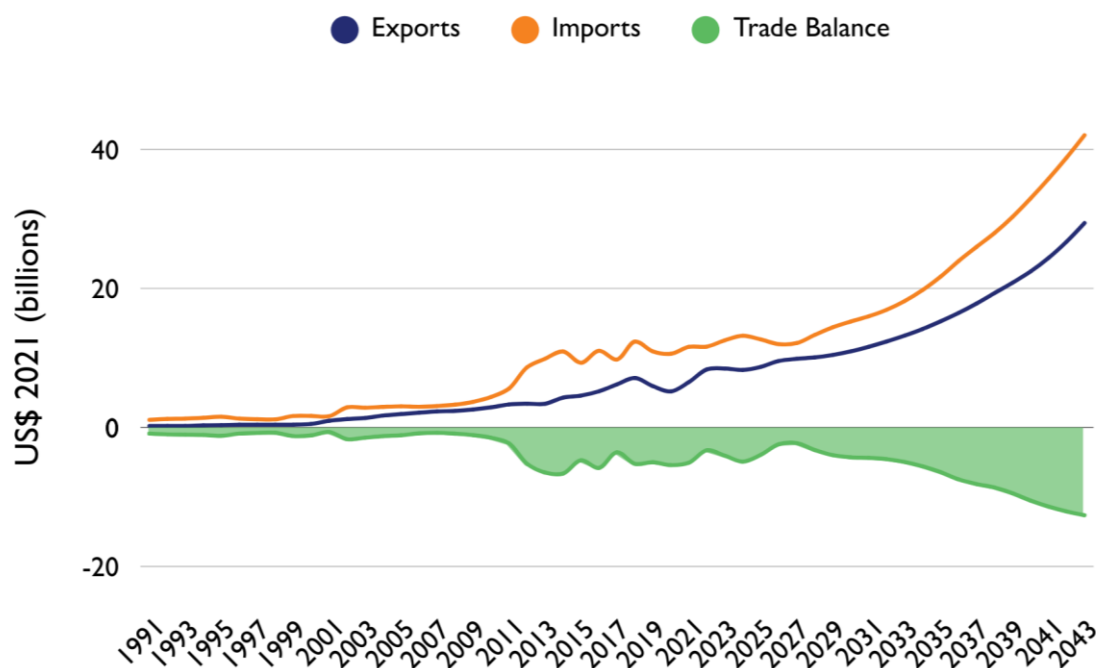
<sup>100</sup> tralac, AGOA Country info: Mozambique, <https://agoa.info/profiles/mozambique.html>

<sup>101</sup> WTO, Members and observers, [https://www.wto.org/english/thewto\\_e/whatis\\_e/tif\\_e/org6\\_e.htm](https://www.wto.org/english/thewto_e/whatis_e/tif_e/org6_e.htm)

comercial para melhorar o clima empresarial e incentivar as exportações. Os direitos aduaneiros continuam elevados e persistem inúmeras barreiras não tarifárias no país (tais como procedimentos de desalfandegamento morosos).

Na Via Actual, o comércio total de Moçambique continuará a aumentar, atingindo 133,5 % do PIB até 2043, mantendo-se bem acima das médias estimadas de 73,7 % e 68,3 % para os países africanos de baixo rendimento e para a região da África Austral, no mesmo ano. Este elevado rácio comércio/PIB reflecte, em grande medida, a forte integração do país nos mercados globais de matérias-primas e o papel significativo das indústrias extractivas de grande escala, particularmente o gás natural, na promoção do crescimento das exportações.

Gráfico 37: Exportações, importações e balança comercial de Moçambique, 1991-2043

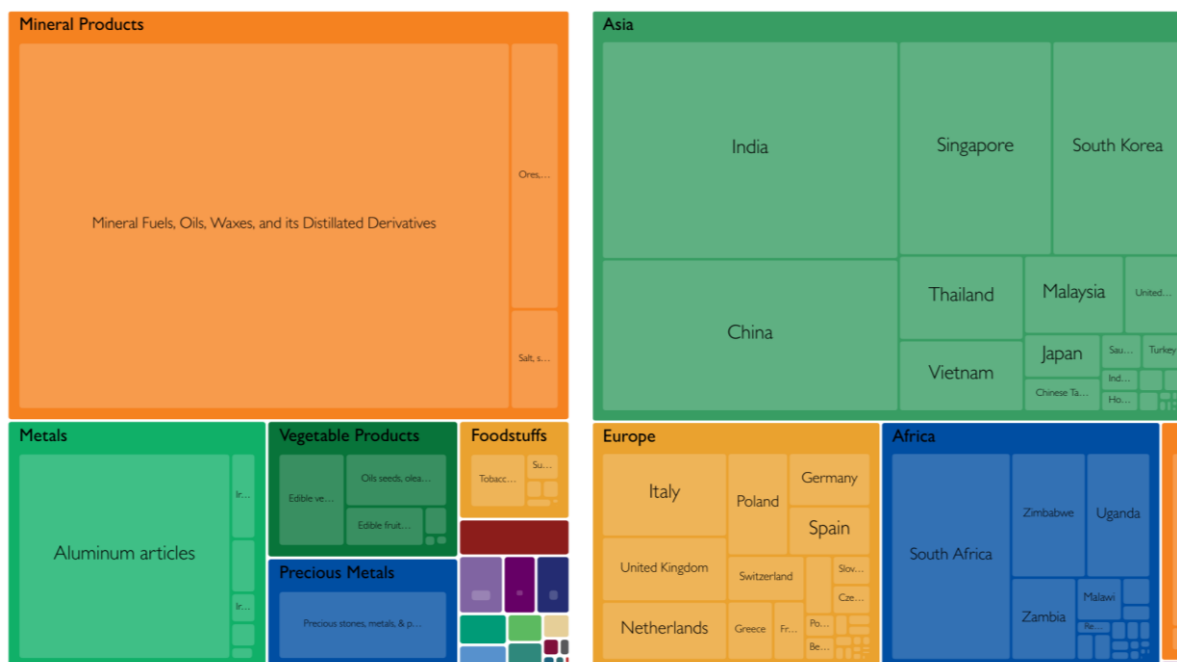


Fonte: Previsões IFs, versão 8.59; dados históricos provenientes das contas nacionais do Banco Mundial e dos ficheiros de dados das contas nacionais da OCDE.

[Exportações; Importações; Balança comercial; US\$ 2021 (mil milhões)]

O comércio de Moçambique tem sido negativamente afectado pela desaceleração económica resultante da pandemia da COVID-19 e da guerra na Ucrânia, o que provocou um aumento dos preços dos combustíveis e dos alimentos básicos (ver Gráfico 37). Em 2024, as exportações de Moçambique representaram 42,7% do seu PIB, sublinhando a sua forte dependência do comércio externo. A composição das exportações do país está altamente concentrada em bens homogêneos (alumínio, carvão, gás natural e outros recursos extractivos), que representam a maior parte das receitas de exportação do país (Gráfico 38).

**Gráfico 38: Composição e destino das exportações de Moçambique, 2024**



Fonte: Observatório da Complexidade Económica (OEC)

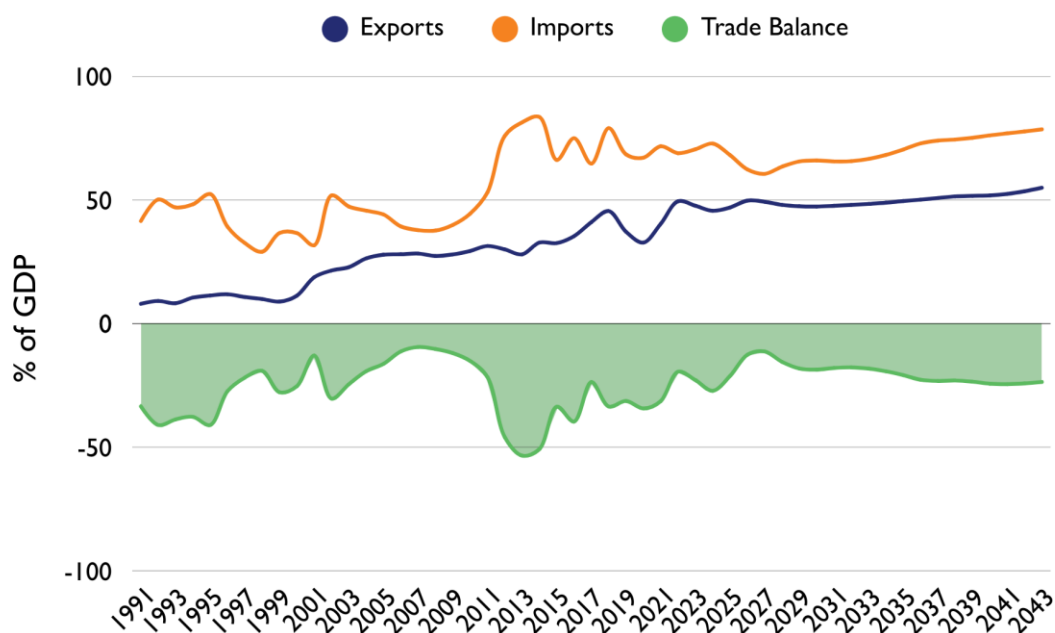
[Produtos minerais; Combustíveis minerais, óleos, ceras e seus derivados destilados; Artigos de alumínio; Produtos vegetais; Pedras preciosa, metais &...Produtos alimentares; Ásia; Índia, Singapura; Coreia do Sul; China, Tailândia; Malásia; EAU; Vietname; Malásia; Japão; Taiwan; Turquia; Indonésia; Europa; Itália, Polónia; Alemanha, Espanha; Reino Unido; Suíça, Eslovénia; Chéquia; Países Baixos; Grécia; França; Polónia; Bélgica; África; África do Sul; Zimbabué; Zâmbia; Uganda; Maláui....]

A concentração do cabaz de exportações de Moçambique pode ser avaliada através da análise da quota combinada dos seus cinco principais produtos de exportação. Uma quota combinada mais elevada indica um perfil de exportação mais concentrado, enquanto uma quota mais baixa aponta para uma base de exportação mais diversificada. Em 2024, as cinco principais exportações de Moçambique representaram, no seu conjunto, 69,8% das receitas totais – gás de petróleo (23,8%), briquetes e combustíveis sólidos manufacturados semelhantes (21,6%), alumínio bruto (13,3%), minério de titânio (6,8%) e electricidade (4,4%). Os principais destinos das exportações de Moçambique foram a Índia, a China, Singapura, a África do Sul e a Coreia do Sul.<sup>102</sup>

Segundo o Caminho Actual, as exportações de Moçambique aumentarão para 53,3% do PIB até 2043, impulsionadas em grande parte pelos ganhos de exportação esperados com a nova produção de gás natural (Gráfico 39). Este nível excederia a meta do Plano Nacional de Desenvolvimento de 42,5% até 2043, destacando o papel significativo que se espera que o sector do gás desempenhe na expansão da base de exportações do país.

<sup>102</sup> OEC, 2026, Mozambique, <https://oec.world/en/profile/country/moz>

Gráfico 39: Déficit comercial, importações e exportações em percentagem do PIB, 1991-2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59; dados históricos provenientes das contas nacionais do Banco Mundial e dos ficheiros de dados das contas nacionais da OCDE.

[Exportações; Importações; Balança comercial; US\$ 2021 (mil milhões)]

As importações de Moçambique representaram 72,8 % do PIB em 2024. Os cinco principais produtos importados foram petróleo refinado (15%), minério de crómio (12,1%), ferroligas (7,1%), minério de ferro (4,1%) e arroz (3%) – representando, em conjunto, 41,3% do total das importações (Gráfico 40). Estas importações provieram principalmente da África do Sul, China, Índia, Emirados Árabes Unidos e Omã.<sup>103</sup>

<sup>103</sup> OEC, 2026, Mozambique, <https://oec.world/en/profile/country/moz>

[

Gráfico 40: Composição e origens das importações de Moçambique, 2024



Fonte: Observatório da Complexidade Económica ([OEC](#))

[Produtos minerais; Minérios, escórias e cinzas; Combustíveis minerais, óleos, ceras e seus derivados destilados; Metais; Ferro e aço; Ferro/aço; Alumínio; Máquinas; Equipamentos mecânicos; Máquinas eléctricas; Transportes; Carros; tractores; Produtos alimentares; Plásticos; Produtos de plástico; produtos de borracha; Produtos químicos; Produtos químicos inorgânicos; Fertilizantes; Produtos farmacêuticos; produtos químicos; Produtos vegetais; Cereais; Produtos animais; Produtos animais ou vegetais; Têxteis; Usados; Produtos de papel; Produtos diversos; África; África do Sul; Zimbabué; Tanzânia, ESwatini; Ásia; China; EAU; Omã; Singapura; Malásia; Bahrein; Vietname; Índia; Tailândia; Japão; Paquistão; Kuwait; Arábia Saudita; Indonésia; Europa; Bélgica; Portugal, Rússia; Itália; França; Reino Unido; Oceânia; Austrália; América do Norte; EUA; América do Sul; Argentina]

Olhando para o futuro, prevê-se que o valor das importações de Moçambique, em percentagem do PIB, até 2043, diminua para 78,6%. No entanto, este valor continuaria cerca de 39,6 pontos percentuais acima da meta do Governo de Moçambique, que é de reduzir as importações para 39% do PIB. Durante o mesmo período, espera-se que, até 2043, o défice comercial diminua modestamente, passando de 27,2% do PIB em 2024 para 23,6%. Este valor continuaria a ficar muito aquém da meta do Governo de Moçambique, que é de reduzir o défice comercial, até 2043, para 1,2% do PIB.

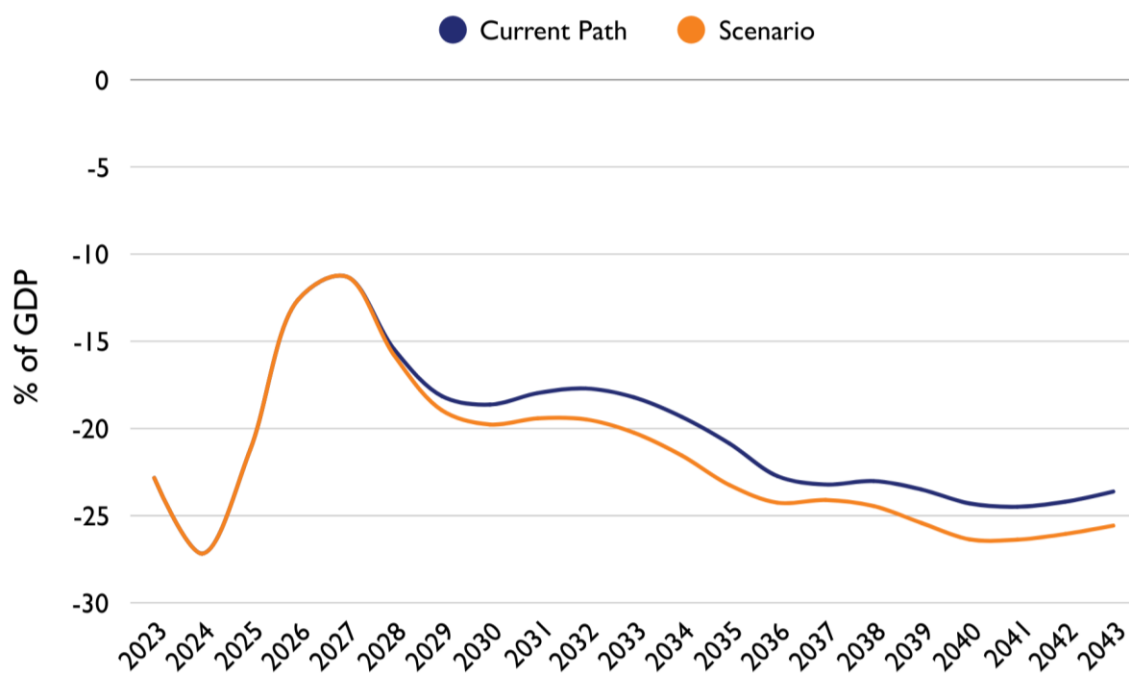
### Cenário do Comércio Livre (ZCLCA)

A implementação da Estratégia Nacional de Exportação, que visa fazer com que a economia de Moçambique avance na cadeia de valor, poderá alterar estas perspectivas, promovendo uma maior diversificação e exportações de maior valor acrescentado. Além disso, a Zona de Comércio Livre Continental Africano (ZCLCA) representa uma importante oportunidade para melhorar a balança comercial de Moçambique através da expansão do comércio regional.

No entanto, Moçambique ainda não apresentou a sua oferta pautal nem os seus compromissos nos cinco sectores de serviços prioritários (financeiro, turismo, negócios, comunicações e transportes) no âmbito da ZCLCA. Para beneficiar plenamente do acordo, o país terá de identificar e apoiar os sectores em que possui uma vantagem comparativa e desenvolver uma estratégia empresarial clara para se integrar nas cadeias de valor regionais. Sem essa abordagem estratégica, a liberalização do comércio poderá correr o risco de prejudicar as indústrias nacionais, em vez de as fortalecer.

Este cenário representa o impacto da implementação total da ZCLCA até 2034. O cenário aumenta as exportações nos sectores da indústria transformadora, agricultura, serviços, TIC, materiais e energia. Inclui também um maior crescimento da produtividade multifactorial resultante do comércio e a redução das tarifas para todos os sectores.

**Gráfico 41: Balança comercial no Caminho Actual e no cenário da ZCLCA, 2023-2043**



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59.

[Via Actual; Cenário; % do PIB]

No cenário da ZCLCA, prevê-se que o défice comercial de Moçambique aumente ligeiramente para cerca de 25,6 % do PIB até 2043, ou seja, aproximadamente 2 pontos percentuais acima do valor registado na Via Actual (Gráfico 41). Ao mesmo tempo, o comércio total (exportações mais importações) diminuirá marginalmente para cerca de 132,2% do PIB. Em termos económicos, este resultado reflecte a estrutura assimétrica do comércio de Moçambique. A liberalização do comércio no âmbito da ZCLCA eliminará as tarifas e reduzirá os custos de importação, estimulando assim a procura de bens manufacturados e de inputs intermédios provenientes de economias africanas mais industrializadas.

Uma vez que a base de exportação de Moçambique continua a ser estreita e concentrada em algumas poucas mercadorias de capital intensivo, a sua capacidade de expandir rapidamente as exportações para os mercados regionais poderá ser limitada a curto e médio prazo. Consequentemente, as importações poderão crescer mais rapidamente do que as exportações, alargando o défice comercial mesmo com a queda das barreiras comerciais regionais. No entanto, com o tempo, se Moçambique conseguir diversificar a produção e integrar-se nas cadeias de valor regionais, a ZCLCA poderá ajudar a reforçar a capacidade de exportação e a melhorar gradualmente a balança comercial.

No cenário da ZCLCA, a economia de Moçambique será US\$ 4,5 mil milhões de mais elevada até 2043, em comparação com a Via Actual. Esta expansão traduzir-se-ia em rendimentos mais elevados e melhores resultados em termos de bem-estar, com o moçambicano médio a ganhar cerca de US\$ 131 a mais por ano do que na Via Actual. Os ganhos reflectir-se-iam também na redução da pobreza. Até 2043, prevê-se que a taxa de pobreza extrema seja 3,4 pontos percentuais mais baixa, o que equivale a cerca de 2 milhões de pessoas a menos a viverem em situação de pobreza extrema, em comparação com a Via Actual. Estas melhorias reflectem os efeitos no crescimento e no emprego decorrentes de uma integração comercial regional mais profunda, que

pode estimular a actividade económica, alargar o acesso aos mercados e criar novas oportunidades para as famílias e as empresas.

## Fluxos financeiros externos em Moçambique

Moçambique é um importante destinatário de investimento directo estrangeiro (IDE) e de ajuda pública ao desenvolvimento (APD) em África. Durante duas décadas após a guerra civil, Moçambique tornou-se um dos principais destinatários do apoio dos doadores, recebendo entre 10 % e 15 % do total dos fluxos de IDE na África Subsariana.<sup>104</sup> Grande parte deste IED financiou grandes projectos na indústria extractiva com ligação limitada à economia interna em geral.

Moçambique beneficiou significativamente de uma extensa cooperação para o desenvolvimento e da APD, nomeadamente de contribuintes-chave como os EUA. Com base nas conclusões de um relatório do Serviço de Investigação do Congresso,<sup>105</sup> Moçambique recebeu uma ajuda média anual de US\$ 452 milhões do governo dos EUA entre 2016 e 2018, destinada a apoiar os serviços de cuidados de saúde primários, adquirir infra-estruturas médicas essenciais e facilitar a formação de profissionais de saúde. O relatório salientou ainda que a ajuda internacional a Moçambique, entre 2008 e 2017, atingiu uma média anual de US\$ 1,96 mil milhões, posicionando Moçambique como o 15.º maior beneficiário da ajuda global da comunidade internacional.

Estas entradas substanciais de IDE e AOD facilitaram o crescimento económico sustentado e rápido de Moçambique após a guerra civil, bem como a estabilidade política. Em reacção ao empréstimo clandestino de 2016, estimado em US\$ 2 mil milhões, os doadores que prestavam apoio orçamental, incluindo o FMI, uniram-se para suspender a ajuda financeira ao governo e exigiram inquéritos independentes sobre as dívidas. Os empréstimos concessionais de instituições financeiras internacionais tornaram-se limitados, sendo que a APD a caiu de 17,5% para 12,4% do PIB entre 2013 e 2018. O IDE esgotou-se à medida que os investidores internacionais perderam a confiança. Com quase metade do orçamento nacional anual proveniente de fundos de doadores, a suspensão da ajuda teve um impacto significativo na estabilidade económica do país. O metical (moeda nacional) desvalorizou-se drasticamente, a inflação disparou para 17,4% no final de 2016 e a margem de manobra orçamental estreitou-se acentuadamente. A dívida pública externa e garantida pelo Estado de Moçambique disparou de 61% do PIB em 2016 para 104% em 2018 e o país entrou inevitavelmente em incumprimento da sua dívida em 2016. Consequentemente, as agências de notação de risco rebaixaram a notação soberana para incumprimento selectivo ou restrito, e o Banco Mundial e o FMI reclassificaram a dívida externa de Moçambique como «em situação em esforço».<sup>106</sup>

Em 2024, as entradas de ajuda externa para Moçambique foram estimados em 15,8 % do PIB, o que representa uma diminuição substancial em relação à média de cerca de 40 % do PIB registada

---

<sup>104</sup> F H Gebregziabher and AP Sala. Mozambique's 'hidden debts': Turning a crisis into an opportunity for reform. World Bank Blogs, Abril de 2022, <https://blogs.worldbank.org/african/mozambiques-hidden-debts-turning-crisis-opportunity-reform#>

<sup>105</sup> Mozambique: Politics, Economy, and U.S. Relations, CRS Report, Julho de 2019, <https://www.everycrsreport.com/reports/R45817.html>

<sup>106</sup> F H Gebregziabher and AP Sala. Mozambique's 'hidden debts': Turning a crisis into an opportunity for reform. World Bank Blogs, Abril de 2022

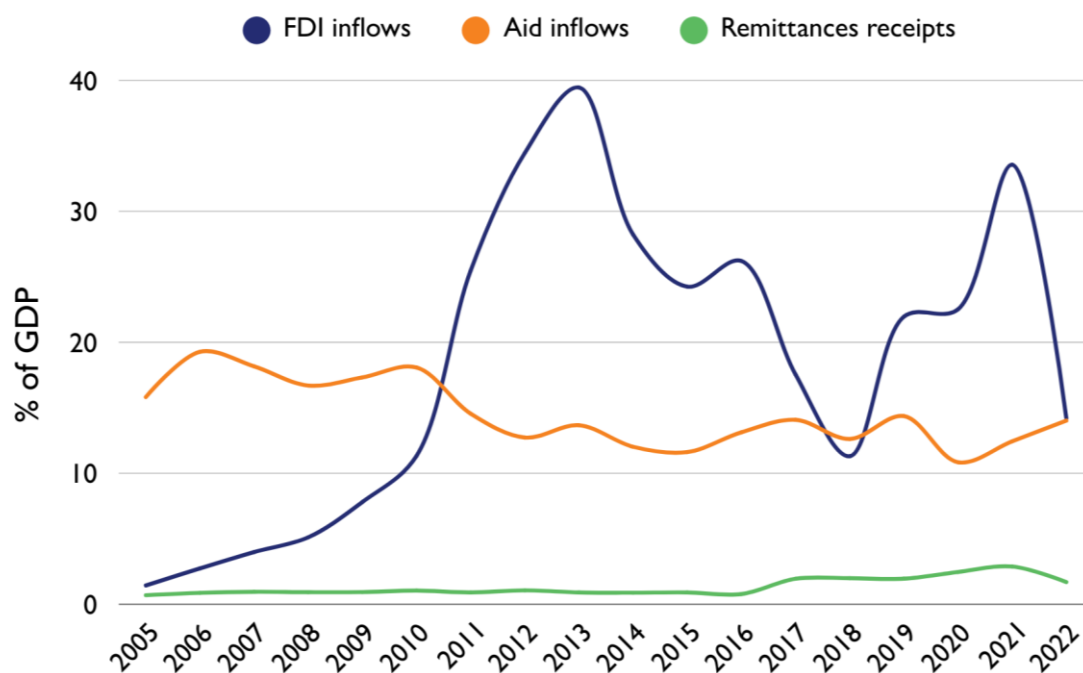
no início da década de 1990. Tal reflecte a transição gradual do país de uma elevada dependência do financiamento dos doadores para uma maior dependência dos recursos internos e dos fluxos de capital privado. No Caminho Actual, prevê-se que as entradas de ajuda diminuam ainda mais para cerca de 12,4% do PIB até 2043. Durante o mesmo período, os fluxos de IDE aumentarão ligeiramente, passando de 15,7% do PIB em 2024 para cerca de 16,1% em 2043, impulsionados em grande parte pelo investimento contínuo em projectos extractivos e energéticos de grande escala, particularmente no sector do gás natural.

As remessas desempenham um papel importante na redução da pobreza em Moçambique, particularmente para as famílias que dependem dos rendimentos enviados por trabalhadores migrantes, muitos dos quais empregados na África do Sul. Estas transferências constituem uma fonte crucial de apoio financeiro para as famílias, ajudando a cobrir necessidades básicas como alimentação, educação e cuidados de saúde.

Entre 2005 e 2023, Moçambique recebeu, em média, cerca de US\$ 146 milhões em remessas por ano, tendo os fluxos aumentado de um mínimo de US\$ 45,8 milhões em 2005 para um máximo de US\$ 434,6 milhões em 2018 (Gráfico 42). Em 2024, as entradas de remessas foram estimadas em US\$ 215,8 milhões, o equivalente a cerca de 1,2% do PIB.

Para além da sua contribuição para a redução da pobreza e o desenvolvimento humano, as remessas são geralmente mais estáveis do que outros fluxos financeiros externos, como o IDE, que tendem a flutuar com as condições económicas globais. Consequentemente, as remessas podem servir como uma fonte fiável de divisas, ajudando a sustentar a balança de pagamentos do país. O reforço de políticas que reduzam os custos e melhorem a rapidez e a acessibilidade das transferências de remessas poderia, por conseguinte, ajudar a aumentar os fluxos e a reforçar o seu impacto no desenvolvimento.

**Gráfico 42: Tendências recentes dos fluxos financeiros externos para Moçambique, 2005–2022**



Fonte: Dados do Banco Mundial e da UNCTAD

[Entradas de IDE; Entradas de Ajuda; Receitas provenientes de remessas; % do PIB]

Tal como muitos outros países africanos, Moçambique é afectado pelos fluxos financeiros ilícitos (FFI). Estima-se que, entre 2005 e 2014, 10% do total das receitas públicas tenham saído do país de forma ilícita.<sup>107</sup> Esta é uma realidade profundamente preocupante, dado que existe uma ligação comprovada entre a extensão dos recursos naturais de um país e a magnitude dos FFI. Tendo em conta a fraqueza dos controlos de governação em Moçambique, a investigação demonstra que se cria um ambiente propício ao florescimento dos FFI no país.<sup>108</sup>

### Cenário dos Fluxos Financeiros

Um aumento dos fluxos financeiros externos pode trazer benefícios económicos consideráveis a Moçambique e reduzir as suas persistentes dificuldades na balança de pagamentos. O cenário dos Fluxos Financeiros representa um aumento razoável, mas ambicioso, dos fluxos de capital externo para Moçambique. Mais concretamente, o cenário prevê um aumento das remessas de trabalhadores e dos fluxos de ajuda para Moçambique, bem como um aumento do stock de IDE e de entradas adicionais de investimento de carteira. Reduz também as saídas de fluxos financeiros, de modo a reflectir uma diminuição das saídas financeiras ilícitas.

No cenário dos Fluxos Financeiros, que pressupõe melhorias na administração das receitas, maior absorção da ajuda, aproveitamento das remessas da diáspora e contenção dos fluxos financeiros ilícitos e da corrupção, as entradas de ajuda externa poderiam recuperar modestamente, atingindo 14,4% do PIB até 2043, um aumento de 1,6 pontos percentuais acima da projecção da Via Atual.

<sup>107</sup> N Overy and D Ribeiro, South African Public Financing of the Mozambique Liquid Natural Gas Project, Fair Finance Coalition Southern Africa, <https://stopmozgas.org/wp-content/uploads/2024/02/SouthAfricanPublicFinancingofMozambiqueLNGFeb2024ENG.pdf>

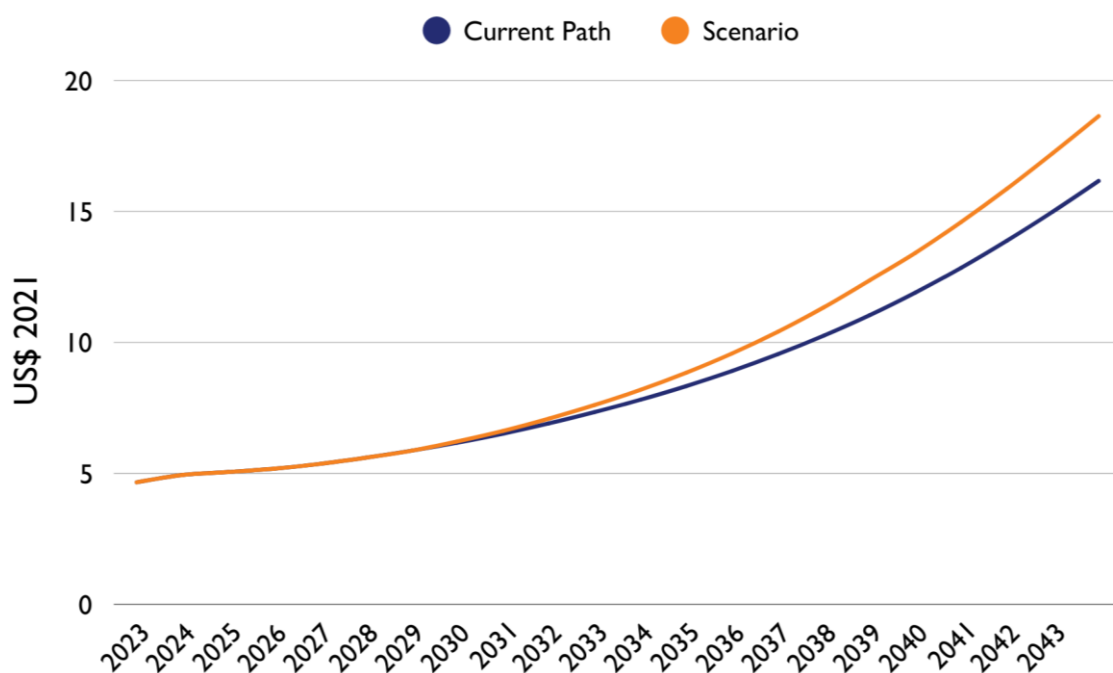
<sup>108</sup> R Kukutschka, Illicit financial flows in Mozambique, U4Anti-Corruption Resource Centre, 2018

Este cenário está em consonância com o ODS 17, que enfatiza o reforço das parcerias globais e a melhoria da sustentabilidade do financiamento do desenvolvimento. Ao atrair um maior investimento privado, ajudaria Moçambique a reduzir a sua dependência da ajuda humanitária e concessionária, aumentando simultaneamente o financiamento orientado para o desenvolvimento. Neste cenário, os fluxos de IDE aumentarão para 22,3% do PIB até 2043, o que representa mais 5,8 pontos percentuais do que a previsão do Caminho Actual.

Em 2043, a dimensão da economia será US\$ 4,4 mil milhões superior ao que seria no Caminho Actual. Em 2043, o moçambicano médio terá um rendimento US\$ 128 dólares superior ao do Caminho Actual, enquanto a taxa de pobreza será 1,2 pontos percentuais inferior (ou menos 725 830 pessoas em situação de pobreza extrema), em comparação com o Caminho Actual.

As receitas do Estado aumentarão ao longo do horizonte de previsão, atingindo US 18,6 mil milhões em 2043, um valor US\$ 2,5 mil milhões superior ao da Via Actual no mesmo ano (Gráfico 43).

**Gráfico 43: Receitas públicas na Trajectória Actual e o cenário dos Fluxos Financeiros, 2023-2043**



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59

[Via Actual; Cenário; US\$ 2021 (mil milhões)]

Várias vias podem explicar a associação positiva entre as entradas de capitais e as receitas públicas. A primeira é directa, uma vez que o Governo de Moçambique depende fortemente dos doadores para o seu orçamento. Mais ajuda significa mais receitas para o Governo de Moçambique prestar serviços públicos. Outra é indirecta: as entradas de capitais mais elevadas estão associadas a receitas tributárias mais elevadas, porque os investidores estrangeiros directos tendem a ter bons hábitos de cumprimento tributário ou estão sujeitos a impostos sobre os recursos naturais. As entradas de capitais mais elevadas estão também associadas a um maior crescimento económico e, por conseguinte, a receitas públicas mais elevadas.

## Análise comparativa dos impactos dos cenários

Esta secção compara os impactos de cada cenário sectorial nos principais indicadores de desenvolvimento, incluindo o PIB per capita e a pobreza. Em todos os cenários, Moçambique registará um aumento do PIB. Conforme ilustrado no Gráfico 44, prevê-se que a dimensão da economia moçambicana em todos os cenários seja superior à da Via Actual. Até 2043, a economia beneficiará mais com as intervenções modeladas nos cenários Grandes Infra-estruturas e Salto Qualitativo.

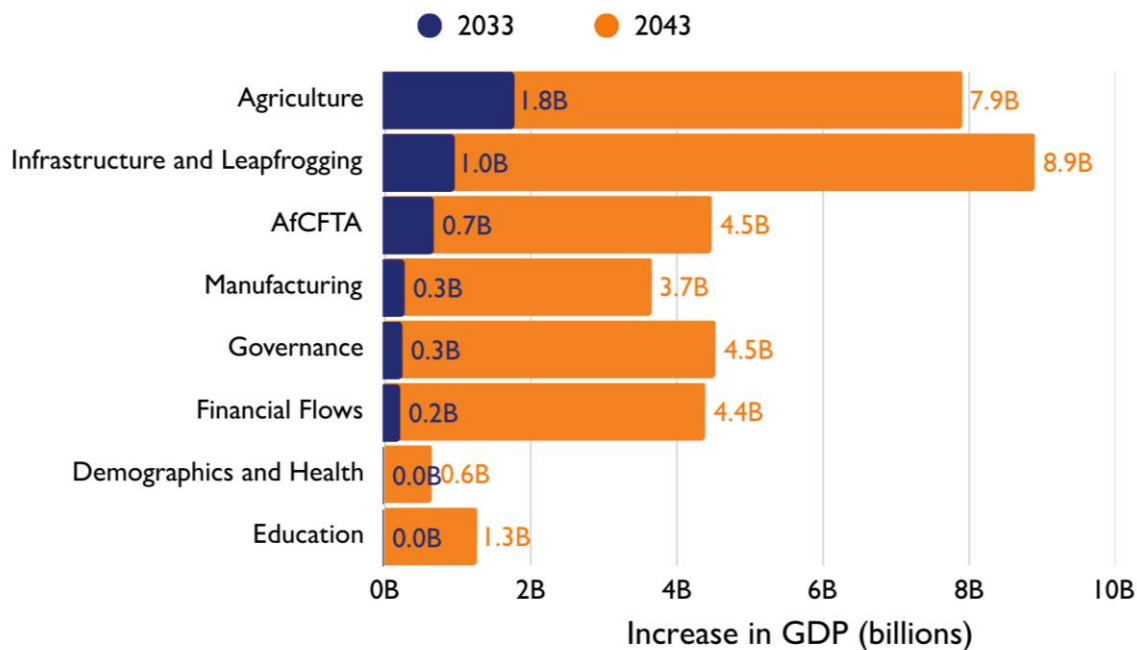
O cenário das Grandes Infra-estruturas terá o maior impacto no PIB até 2043, seguido pelos cenários de Agricultura, Governação, ZCLCA, Fluxos Financeiros e Indústria Transformadora. Em contrapartida, o cenário da Educação tem o segundo menor impacto no crescimento, apresentando um desempenho apenas ligeiramente superior ao do cenário da Demografia e Saúde. Isto reflecte o longo intervalo de tempo associado aos investimentos em capital humano. As melhorias na educação influenciam a produtividade do trabalho gradualmente, e estudos mostram que podem ser necessários mais de 15 anos para que os ganhos de produção ultrapassem os de programas que se concentrem principalmente em infra-estruturas.<sup>109</sup> Ademais, os benefícios da educação em termos de produtividade dependem da forma como as competências adquiridas são efectivamente absorvidas pelo mercado de trabalho através do emprego.

A curto e médio prazo, o cenário da Agricultura terá o maior impacto no PIB. Isto deve-se, em grande parte, ao facto de a agricultura continuar a ser um sector fundamental na economia de Moçambique, empregando uma parte significativa da força de trabalho e contribuindo substancialmente para os meios de subsistência e a produção interna. As melhorias na produtividade agrícola, através de melhores insumos, irrigação, mecanização e serviços de extensão, podem, portanto, traduzir-se relativamente rapidamente num aumento da produção. Os ganhos de produtividade na agricultura aumentarão o valor acrescentado gerado por trabalhador e por hectare, elevando a produção sectorial global e contribuindo directamente para o crescimento do PIB. Além disso, uma maior produtividade agrícola pode estimular o crescimento noutros sectores, através de ligações a montante e a jusante.

**Gráfico 44: Crescimento da economia moçambicana (PIB) em cada cenário, em comparação com a Via Actual, em 2033 e 2043**

---

<sup>109</sup> African Development Bank, African Economic Outlook 2021, [www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2021](http://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2021).



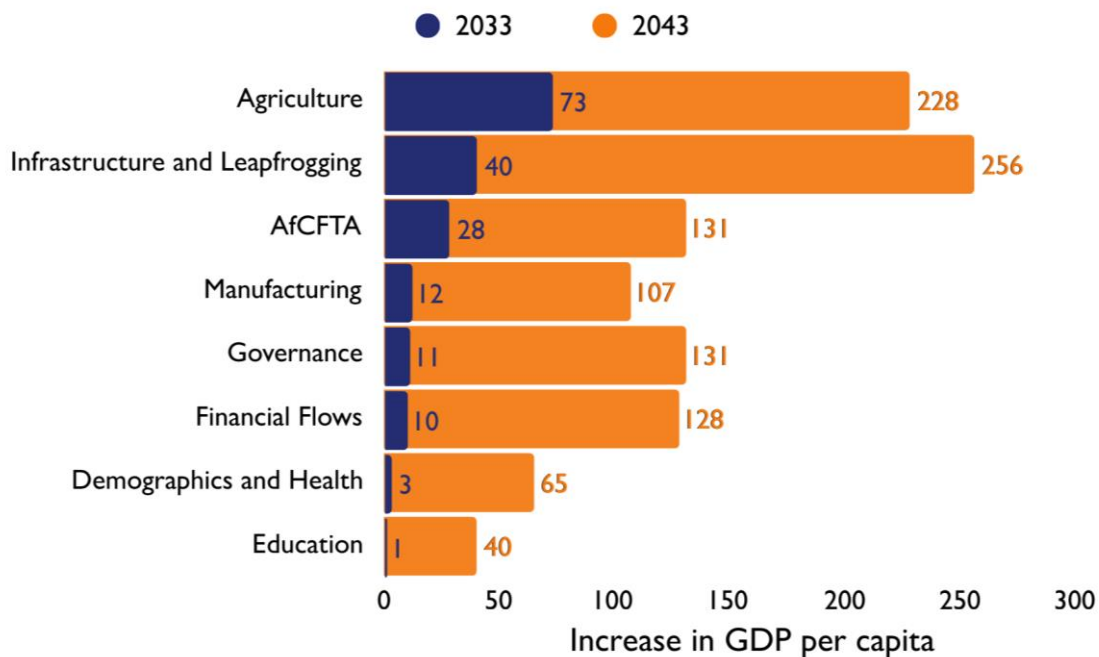
Fonte: Previsões IFs na versão 8.59, dados históricos do FMI e do Banco Mundial

[Agricultura; Infra-estrutura e Salto Qualitativo; ZCLCA; Indústria Transformadora; Governança; Fluxos Financeiros; Demografia e Saúde; Educação; Aumento do PIB (mil milhões)]

Da mesma forma, todas as intervenções irão aumentar o PIB per capita em relação à Via Actual (Gráfico 45). Até 2043 o cenário das Grandes Infra-estruturas apresenta o efeito positivo mais significativo, elevando o PIB per capita em US\$ 256 acima da Via Actual. Segue-se o cenário da Agricultura, que aumentará o PIB per capita em US\$ 228, e o cenário da Governança, com um aumento de US\$ 131. Em contrapartida, em 2043, os cenários Demografia e Saúde e Educação terão os efeitos mais fracos, aumentando o PIB per capita em US\$ 65 e US\$ 40, respectivamente, em comparação com a Via Actual.

Da mesma forma, todas as intervenções irão aumentar o PIB per capita em relação ao Caminho Actual (Gráfico 45). O cenário das Grandes Infra-estruturas apresenta o efeito positivo mais acentuado, elevando o PIB per capita em US\$ 256 acima do Caminho Actual até 2043. Segue-se o cenário da Agricultura, que aumentará o PIB per capita em US\$ 228, e o cenário da Governança, com um aumento de US\$ 131. Em contrapartida, em 2043 os cenários da Demografia e Saúde e da Educação terão os efeitos mais fracos, aumentando o PIB per capita em US\$ 65 e US\$ 40, respectivamente, em comparação com o Caminho Actual.

Gráfico 45: Aumento do PIB per capita (PPC) em cada cenário em relação ao Caminho Actual, 2033 e 2043



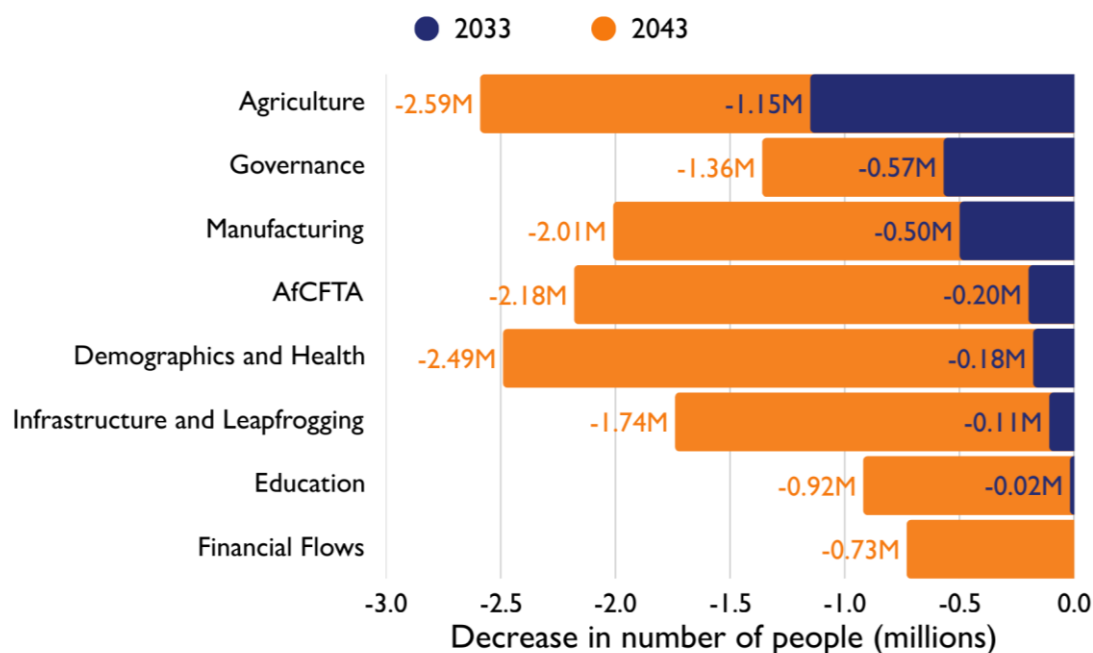
Fonte: Previsões IFs na versão 8.59; dados históricos do FMI e do Banco Mundial

[Agricultura; Infra-estrutura e Salto Qualitativo; ZCLCA; Indústria Transformadora; Governação; Fluxos Financeiros; Demografia e Saúde; Educação; Aumento do PIB per Capita (PPC)]

O Gráfico 46 mostra que todas as intervenções dos cenários contribuirão para a redução da pobreza em Moçambique. Em 2043, as taxas de pobreza extrema com um rendimento de US\$ 3 por dia (PPC de 2021) serão de 60,7% no cenário da Agricultura, 60,8% no da Governação, 61,4% no da Indústria Transformadora, 61,7% no da ZCLCA, 62,9% no cenário das Grandes Infra-estruturas, 63,3% no da Educação, 63,9% no dos Fluxos Financeiros e 63,9% no da Demografia e Saúde, em comparação com 65,1% na Via Actual.

A curto e médio prazos, os cenários da Agricultura, ZCLCA, Grandes Infra-estruturas e Governação resultarão no menor número de pessoas a viverem na pobreza, em comparação com os outros cenários. Isto sugere que, num futuro próximo, o crescimento no sector agrícola e a implementação da ZCLCA têm o maior potencial para aumentar os rendimentos e o consumo entre os agregados familiares mais pobres em Moçambique.

**Gráfico 46: Redução do número de pessoas em situação de pobreza (US\$ 3 por dia) em cada cenário, em comparação com a Via Actual, em 2033 e 2043, respectivamente**



Fonte: Previsões IFs na versão 8.59; dados históricos do Banco Mundial

[Agricultura; Infra-estrutura e Salto Qualitativo; ZCLCA; Indústria Transformadora; Governação; Fluxos Financeiros; Demografia e Saúde; Educação; Redução no número de pessoas (milhões)]

Em termos gerais, os resultados sugerem que dar prioridade ao desenvolvimento de infra-estruturas, revitalizar a agricultura, reforçar a governação, expandir o sector industrial e avançar com a implementação da ZCLCA melhoraria significativamente as perspectivas de desenvolvimento de Moçambique.

## O Cenário Combinado

Na secção anterior, analisámos o impacto de oito cenários sectoriais. Na prática, porém, estes sectores não funcionam isoladamente; estão intimamente interligados. Por exemplo, o desenvolvimento das infra-estruturas e do capital humano é essencial para a industrialização e a diversificação económica. Da mesma forma, a construção de estradas rurais é fundamental para a comercialização dos produtos agrícolas e para alcançar a auto-suficiência alimentar. Um sector agrícola produtivo pode também apoiar o desenvolvimento da indústria transformadora através da transformação agrícola, enquanto melhorias na governação e na segurança sustentam o progresso em todos os sectores.

Estas interligações sugerem que uma abordagem política holística e coordenada entre sectores oferece o maior potencial para alcançar um crescimento inclusivo e sustentado em Moçambique. O cenário Combinado, portanto, integra todas estas intervenções sectoriais descritas acima, representando um impulso de desenvolvimento abrangente destinado a abordar os principais constrangimentos ao crescimento económico e desenvolvimento inclusivos a longo prazo no país.

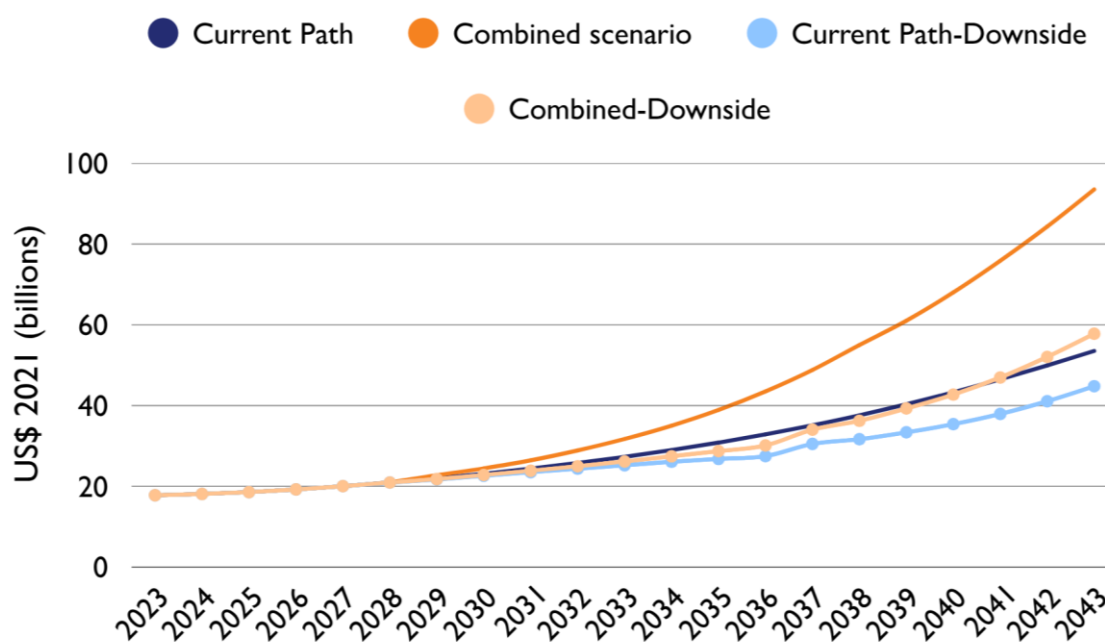
Se o Cenário Combinado for implementado, Moçambique poderá esperar uma melhoria significativa nas suas perspectivas de desenvolvimento humano e económico. Neste cenário, a taxa

média de crescimento anual entre 2023 e 2043 será de cerca de 8,5 %. No entanto, este valor será ligeiramente inferior à taxa de crescimento média de 9,2%<sup>110</sup> projectada para o mesmo período no Cenário Optimista do Governo, delineado na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2023–2043).

No Cenário Combinado, até 2043, a dimensão da economia de Moçambique, medida em PIB à taxa de câmbio de mercado (TCM), será US\$ 40 mil milhões superior à do Caminho Actual (Gráfico 47). O PIB de Moçambique atingiria US\$ 93,5 mil milhões no Cenário Combinado, tornando-o a 16.ª maior economia de África até 2043, assumindo que os outros países africanos continuem a seguir a trajectória das suas Vias Actuais.

No cenário Combinado Pessimista, prevê-se que o PIB de Moçambique atinja US\$ 57,8 mil milhões até 2043, um valor aproximadamente US\$ 35,7 mil milhões inferior ao do cenário Combinado principal. Entre os cenários pessimistas, espera-se que as melhorias na governação tenham o maior impacto no aumento do PIB, seguidas pelos cenários da Indústria Transformadora, dos Fluxos Financeiros e da Agricultura. Em contrapartida, prevê-se que os cenários demográfico e da saúde, bem como o da ZCLCA, tenham o menor impacto (Gráfico A1).

Gráfico 47: PIB no Caminho Actual e no Cenário Combinado, 2023-2043



Fonte: Previsões IFs na versão 8.59; dados históricos do FMI e do Banco Mundial

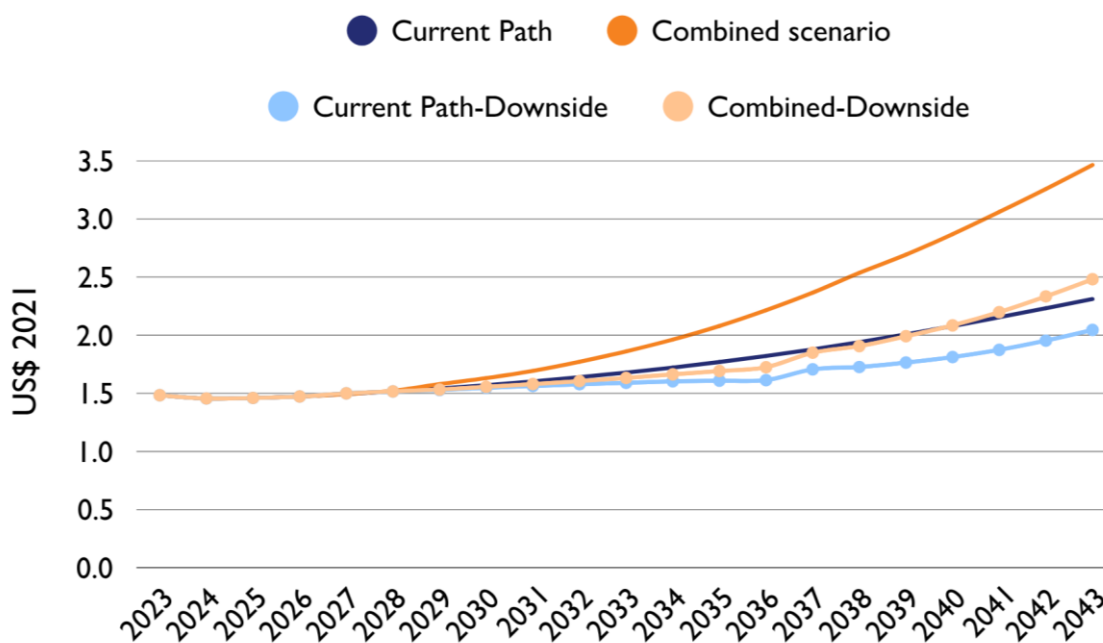
[Via Actual; Cenário Combinado; Via Actual Pessimista; Combinado – Pessimista; US\$ 2021 (mil milhões)]

No cenário Combinado, o PIB per capita (PPC) atingirá US\$ 3 465 até 2043, um aumento de US\$ 1 154 em comparação com a Via Actual (Gráfico 48). O PIB per capita (PPC) atingiria US\$ 1 693, o que representaria um valor cerca de US\$ 763 superior aos US\$ 931 projectados na Via Actual para 2043.

<sup>110</sup> Estratégia Nacional De Desenvolvimento, 2023-2043

No cenário Combinado Pessimista, prevê-se que o PIB per capita de Moçambique atinja US\$ 2 481, cerca de US\$ 984 abaixo do cenário Combinado principal. Entre os cenários Pessimistas, espera-se que as melhorias na governação tenham o maior impacto positivo no PIB per capita até 2043, seguidas pelos ganhos na indústria transformadora, nos fluxos financeiros e na agricultura (Gráfico A2). Em contrapartida, prevê-se que os cenários das infra-estruturas e ZCLCA tenham, respectivamente, o menor impacto positivo.

Gráfico 48: PIB per capita (PPC) no Caminho Actual e no cenário Combinado, 2023-2043



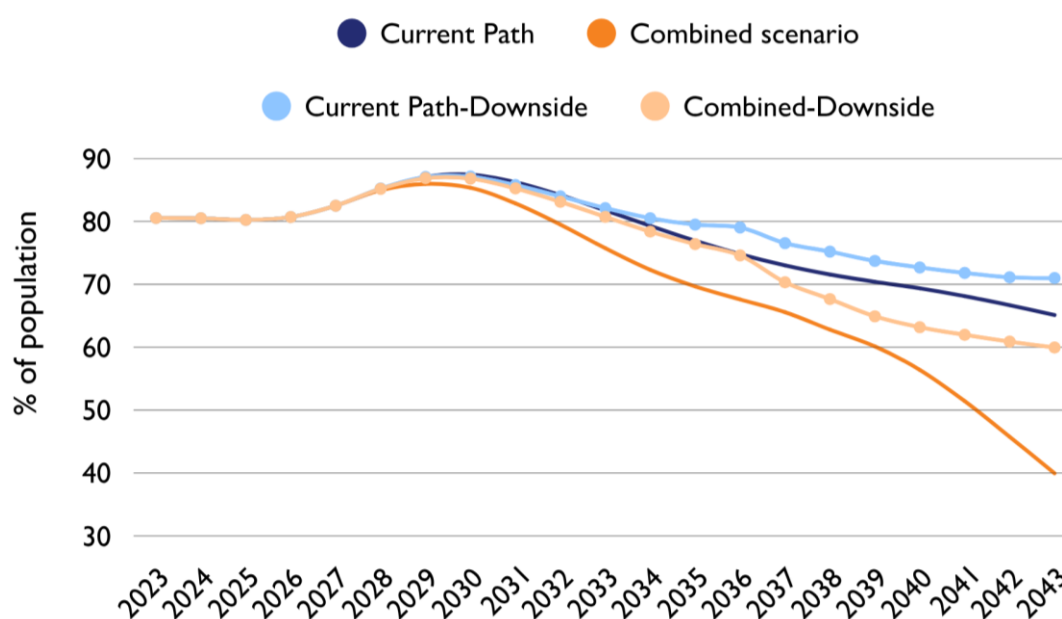
Fonte: Previsões na versão 8.59; dados históricos do FMI e do Banco Mundial

[Via Actual; Cenário Combinado; Via Actual Pessimista; Combinado – Pessimista; US\$ 2021 (mil milhões)]

O cenário Combinado tem potencial para gerar um crescimento mais inclusivo em Moçambique. Nesta trajectória, a taxa de pobreza extrema (medida com base num rendimento de US\$ 3 por dia) diminuirá para 40% até 2043, em comparação com os 65,1 % previstos na Via Actual para o mesmo ano (Gráfico 49). Isto traduzir-se-ia em cerca de 22,1 milhões de pessoas a viverem em pobreza extrema em 2043, em comparação com os aproximadamente 37,5 milhões na Via Actual. Por outras palavras, para 2043, cerca de 15,4 milhões de moçambicanos a menos estariam a viver em pobreza extrema no cenário Combinado.

No cenário Combinado Pessimista, prevê-se que a taxa de pobreza extrema (a US\$ 3 por dia) atinja 60% até 2043, ou seja, cerca de 20 pontos percentuais acima do cenário Combinado principal. Isto corresponde a aproximadamente mais 11,5 milhões de pessoas a viverem em pobreza extrema, em comparação com o cenário Combinado principal. Entre os cenários pessimistas, espera-se que as melhorias na governação tenham o maior impacto na redução da pobreza extrema, a que se seguem os cenários da Indústria Transformadora, dos Fluxos Financeiros e da Agricultura (Gráfico A3).

Gráfico 49: Pobreza extrema (US\$ 3 por dia) no Caminho Actual e no cenário Combinado, 2023-2043



Fonte: Previsões IFs, versão 8.59; dados históricos do Banco Mundial

[Via Actual; Cenário Combinado; Via Actual Pessimista; Combinado – Pessimista; % da população]

No cenário Combinado, a dependência das importações de produtos agrícolas, até 2043, representará 21,1 % da procura total de produtos agrícolas, em comparação com 36% no Caminho Actual no mesmo ano. Embora Moçambique continuasse a depender das importações para satisfazer parte da sua procura agrícola, o nível de dependência seria significativamente inferior ao previsto no Caminho Actual.

Em termos gerais, Moçambique poderia esperar um futuro significativamente mais promissor se o cenário Combinado fosse implementado. Alcançar este resultado, no entanto, exigirá um forte compromisso político por parte das autoridades moçambicanas, bem como recursos financeiros adequados. O desenvolvimento dos recursos de gás natural tem o potencial de gerar receitas substanciais e melhorar os padrões de vida no país. No entanto, estes benefícios não são automáticos. A sua concretização dependerá da gestão eficaz destas receitas e da sua canalização para investimentos em sectores-chave do desenvolvimento.

A implementação do cenário Combinado exigirá também esforços para mitigar o seu impacto nas emissões de carbono, a fim de garantir um desenvolvimento sustentável e acelerado. À medida que a actividade económica se expande neste cenário, prevê-se que as emissões de carbono provenientes de combustíveis fósseis aumentem para cerca de 47,6 milhões de toneladas até 2043, em comparação com 33,3 milhões de toneladas na Via Actual, no mesmo ano.

## Conclusão e Recomendações Políticas

O estudo avaliou o futuro de Moçambique, analisando a sua Via de desenvolvimento Actual até 2043 e modelando cenários ambiciosos, mas realistas, em oito sectores. A análise da Via Actual revelou que Moçambique enfrenta desafios de desenvolvimento significativos que impedem o

progresso: governação fraca, corrupção, transição demográfica lenta, estrangulamentos nas infra-estruturas e no capital humano, baixa produtividade agrícola e diversificação económica limitada. Embora o país tenha registado progressos após 1992 e venha a melhorar os seus resultados em termos de desenvolvimento económico e humano no futuro, é provável que Moçambique não cumpra a maioria das metas estabelecidas na Estratégia Nacional de Desenvolvimento (2023-2043). Apesar das receitas esperadas dos megaprojectos de gás, Moçambique continuará provavelmente a ter um número maior de pessoas a viverem em pobreza extrema em 2043, o que implica que a Via Actual não é uma opção viável.

Os vários cenários simulam intervenções políticas ambiciosas, mas realistas, em oito sectores. O desenvolvimento de infra-estruturas terá o impacto mais significativo no crescimento económico, mas nenhum cenário isolado consegue, por si só, alcançar um crescimento inclusivo. É essencial um impulso de desenvolvimento integrado nestes sectores-chave, tal como demonstrado pelo cenário Combinado. O progresso dependerá da qualidade da governação e das instituições, uma vez que uma governação fraca conduz à má gestão das finanças públicas, à instabilidade macroeconómica e a uma fraca implementação das políticas.

Melhorar a governação, a transparência e a eficácia é um ponto de partida fundamental para superar os obstáculos político-económicos de Moçambique. Para tal, é necessário ir além da concepção tecnocrática de políticas e avançar para a construção de coligações de reforma duradouras, o reforço das instituições responsáveis pela aplicação da lei e o alinhamento dos incentivos das elites com a responsabilização pública. Deve ser dada prioridade ao reforço da transparência fiscal, à redução das oportunidades de “rentismo” e à garantia de que as receitas do sector extrativo proporcionem benefícios visíveis aos cidadãos, particularmente em províncias marginalizadas e ricas em recursos, como Cabo Delgado. Para alcançar este objectivo, será necessária uma superintendência mais rigorosa do endividamento público e dos contratos públicos, quadros de partilha de receitas mais claros, uma gestão mais transparente das receitas do GNL e da mineração e uma maior protecção das instituições anticorrupção e de auditoria. As reformas devem ser sequenciadas de forma pragmática, começando com medidas que proporcionem ganhos rápidos em matéria de credibilidade, ao mesmo tempo que lançam as bases para mudanças mais profundas na gestão das finanças públicas, na descentralização, nas empresas estatais e na governação do sector da segurança. Dado o papel central da corrupção no enfraquecimento da prestação de serviços, do crescimento e do desenvolvimento, as autoridades moçambicanas devem dar prioridade a uma estratégia anticorrupção mais eficaz. Isto inclui:

- Reforçar a administração tributária, as alfândegas, os sistemas de gestão das finanças públicas, as instituições de auditoria, os organismos de combate à corrupção e o poder judicial, protegendo-os simultaneamente de interferências políticas.
- Lançar campanhas de sensibilização, digitalizar as interações entre o governo, os cidadãos e as empresas, bem como levar à justiça e punir aqueles que se envolvam em práticas de corrupção. Por exemplo, o Ruanda passou de um elevado nível de corrupção para um dos mais baixos da África Subsariana, graças a uma forte vontade política e a uma mudança de

perspectivas culturais sobre a moralidade das práticas de corrupção, a prevenção e a sanção.<sup>111</sup> Isto não é impossível no caso de Moçambique.

- Aproveitar até ao máximo o potencial das novas tecnologias para melhorar o sistema de gestão das finanças públicas, de modo a reduzir as oportunidades de desvio de recursos públicos e aumentar as hipóteses de detecção.
- Incluir o jornalismo de investigação independente no seu conjunto de ferramentas anticorrupção. Os jornalistas de investigação podem mitigar a corrupção através da divulgação de informações sobre financiamento, contratação pública e execução de projectos.
- Melhorar a mobilização de receitas internas para sustentar o investimento público e reforçar a estabilidade macroeconómica. A digitalização pode ajudar a impulsionar a mobilização de receitas internas, aumentando a eficiência tributária. As nomeações em agências tributárias, empresas estatais, entidades reguladoras e instituições de segurança devem ser baseadas no mérito e sujeitas a um escrutínio parlamentar e público mais rigoroso.

É necessário melhorar a produtividade e a comercialização agrícolas.

Para tal, as autoridades moçambicanas devem:

- Melhorar a rede de infra-estruturas de transportes, especialmente nas zonas rurais, com uma rede rodoviária fiável e apta a todas as condições meteorológicas, de modo a facilitar a produção e a comercialização agrícolas. Tendo em conta a numerosa população rural de Moçambique, o investimento em infra-estruturas rodoviárias rurais promoverá impactos económicos positivos, tais como o aumento dos rendimentos rurais, o aumento da produtividade agrícola e uma maior participação na economia. Uma maior mobilidade e conectividade para os grupos da população rural promoverá impactos sociais positivos, como a redução da pobreza, a redução da taxa de mortalidade materna e a melhoria da saúde pediátrica.
- Investir em tecnologias que aumentem a produtividade e facilitar o acesso a sementes de alto rendimento, resistentes a doenças e a secas, fertilizantes e garantias de crédito para os agricultores, bem como apoiar actividades de I&D no reforço da resiliência e da produtividade agrícola.
- Proteger a produção e a comercialização agrícolas dos efeitos dos fenómenos meteorológicos, investindo em infra-estruturas resilientes às alterações climáticas. Por exemplo, poderia ser adoptada a energia solar para facilitar a irrigação e o controlo da temperatura no armazenamento de alimentos.
- Adoptar uma abordagem baseada nos ecossistemas que se centre na restauração e protecção dos ecossistemas (por exemplo, protecção florestal, restauração de zonas húmidas, reabilitação de bacias hidrográficas e do solo) para proteger as comunidades rurais contra inundações e outros impactos negativos das alterações climáticas e da degradação dos solos. Soluções baseadas na natureza, como a reabilitação de bacias hidrográficas,

---

<sup>111</sup> World Bank, Rwanda's Anti-Corruption Experience: Actions, Accomplishments, and Lessons, Report No: ACS29873, 2020, <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/34564/Rwanda-s-Anti-Corruption-Experience-Actions-Accomplishments-and-Lessons.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

revelaram-se eficazes na prevenção de danos causados por inundações, minimizando o escoamento em períodos de chuvas excessivas.

- Prestar serviços de extensão agrícola para formar os agricultores em matéria de produção agrícola rentável, rotação de culturas, técnicas de irrigação e comercialização.

Para além de aumentar a produtividade agrícola, Moçambique precisa de expandir a diversificação económica e a industrialização. Para tal, as autoridades moçambicanas devem:

- Levar a cabo reformas no ambiente empresarial com o objectivo de reduzir os custos e os riscos para as empresas, melhorando a qualidade da regulamentação. A simplificação dos procedimentos e formalidades administrativas facilita o funcionamento das empresas, em particular das pequenas e médias empresas (PME), bem como a experimentação de novas ideias e o seu crescimento. Tal contribuirá para reduzir o nível de informalidade. Moçambique pode aprender com o Ruanda a criar um ambiente propício aos negócios que apoie a transformação estrutural e aumente a produtividade. Com esforços intensivos no sentido de melhorar a qualidade da regulamentação e criar incentivos para a actividade empresarial, o Ruanda tornou-se o segundo melhor local para fazer negócios na África Subsariana.<sup>112</sup>
- Capacitar o Centro de Promoção de Investimentos de Moçambique para trabalhar activamente na atracção de IDE no sector industrial, com vista à criação de valor, e incentivar as ligações entre o IDE e as empresas locais para a difusão de tecnologia. O privilégio de tarifa zero com os EUA ao abrigo da Lei de Crescimento e Oportunidades para África (AGOA) deve ser utilizado para incentivar os investidores estrangeiros a investirem em Moçambique com vista à exportação para os EUA. Isto ajudará o país a diversificar e a sofisticar as suas exportações. A Agência de Promoção do Investimento e das Exportações de Moçambique (APIEX) deve envidar esforços para identificar e expandir novos mercados de exportação para os produtos «fabricados em Moçambique». A este respeito, as autoridades devem aperfeiçoar a Política Comercial Nacional em consonância com a ZCLCA e acelerar a sua implementação. A ZCLCA constitui uma via para Moçambique diversificar as suas exportações para além dos produtos primários.
- Abordar as lacunas em termos de infra-estruturas que prejudicam o desenvolvimento do sector privado no país. É possível garantir um fornecimento fiável de electricidade nas zonas rurais através de soluções de mini-redes e fora da rede, recorrendo a energias renováveis e melhorando o desempenho da Electricidade de Moçambique (EDM). Melhorar a conectividade de banda larga através da expansão da infra-estrutura LTE (comunicação sem fios de banda larga para dispositivos móveis) nas zonas mais carenciadas.
- Investir no capital humano e no desenvolvimento de competências, com especial atenção à educação e formação profissional (EFP) e aos cursos de ciência, tecnologia, engenharia e matemática (STEM). A proporção de professores qualificados por aluno deve ser aumentada, especialmente nas zonas rurais, para melhorar a qualidade da educação. As nossas entrevistas com especialistas em Maputo indicaram que existe uma escassez de mão de obra qualificada no sector extractivo; não há engenheiros moçambicanos

---

<sup>112</sup> T Bernatzki, M Busse and R Hoekstra, Promoting Rwanda's business environment: Impact of reforms and drivers of change, *Development Policy Review*, 40:2, 2022, e12578.

qualificados suficientes para trabalhar no sector do gás. Esta situação poderia ser atenuada através de oportunidades de educação mais direccionadas.

As medidas destinadas a reduzir a taxa de fertilidade e a acelerar a transição demográfica contribuiriam para a redução da pobreza. As autoridades moçambicanas deveriam:

- Continuar a implementação de métodos contraceptivos modernos, concentrando-se nos grupos populacionais mais carenciados, mais jovens e das zonas rurais, onde as campanhas de sensibilização sobre contracepção e a sua adesão continuam a ser baixas.
- Sensibilizar os homens para o seu papel no planeamento familiar e garantir que a responsabilidade pelo controlo da natalidade não recai apenas sobre as mulheres.

Moçambique é um país propenso a catástrofes naturais, especialmente ciclones, inundações e secas, que podem afectar as perspectivas de desenvolvimento previstas neste estudo, em particular nos sectores da agricultura e das infra-estruturas. A preparação para catástrofes naturais é essencial e as autoridades moçambicanas devem:

- Continuar a investir na prevenção de riscos naturais e melhorar os sistemas de alerta precoce.
- Reforçar as medidas de adaptação nos sectores da agricultura, das pescas, da energia, do ambiente e da água, com especial atenção às zonas costeiras.

As autoridades moçambicanas devem encarar a insurgência em Cabo Delgado não apenas como um desafio de segurança, mas também como um desafio em matéria de governação e desenvolvimento, com respostas que vão além das operações militares. A consecução de uma estabilidade sustentável dependerá da combinação de uma transição em termos de segurança cuidadosamente gerida com melhorias visíveis nos meios de subsistência, uma gestão transparente das receitas do sector extractivo, uma governação local mais forte e investimentos a longo prazo no desenvolvimento humano.

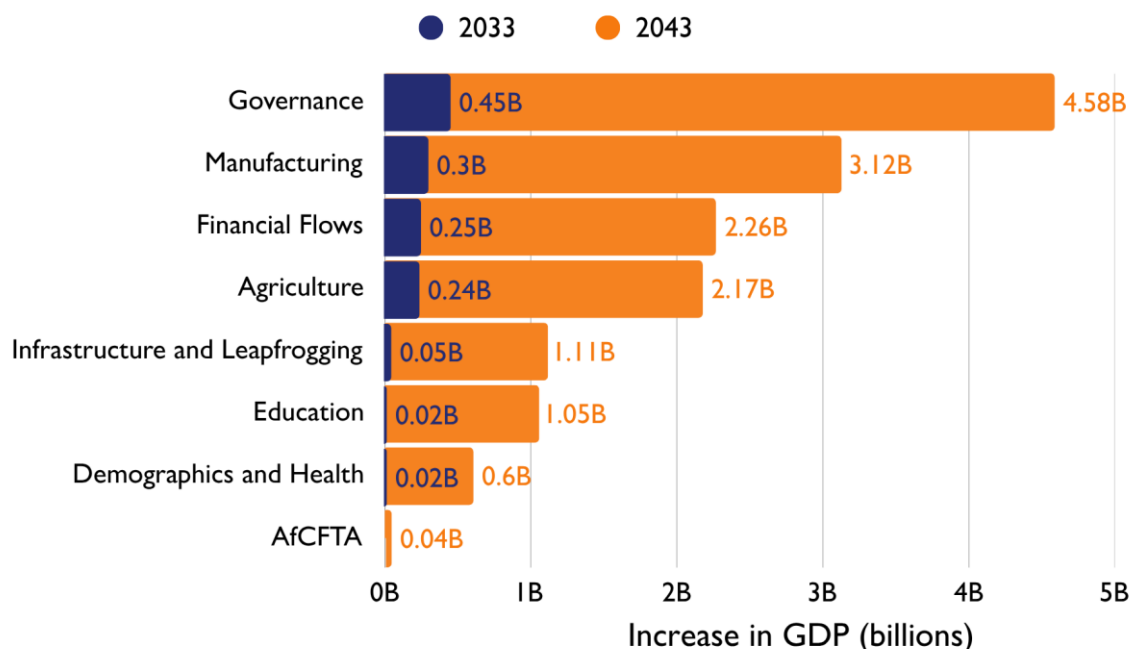
- Combater o desemprego juvenil — um dos principais factores de risco para a instabilidade — deve ser uma prioridade. A expansão da formação profissional, dos programas de obras públicas, do financiamento às pequenas empresas e das oportunidades de emprego ligadas ao GNL, à mineração, à agricultura e à construção civil pode ajudar a reduzir a vulnerabilidade, especialmente entre os jovens.
- A reconstrução da confiança entre as comunidades e o Estado será fundamental. Isto inclui o investimento na polícia de proximidade, em sistemas de alerta precoce, no diálogo com os líderes locais e na protecção dos civis. Os esforços para reduzir as queixas locais devem garantir que as receitas do GNL e os investimentos associados se traduzam em benefícios visíveis para os residentes de Cabo Delgado através da criação de emprego, da contratação local, do desenvolvimento de competências, das infra-estruturas, da educação, dos cuidados de saúde e de uma compensação adequada para as comunidades deslocadas ou afectadas. Tal como noutras áreas ricas em recursos, as comunidades precisam de ver ganhos tangíveis decorrentes do GNL.

- O reforço da transparência e da responsabilização na gestão das receitas do GNL, do rubi e da grafite — a par de medidas anticorrupção robustas — será essencial para reduzir a percepção de captura pela elite e manter a confiança dos investidores.
- Por fim, mesmo com o aumento das pressões em matéria de segurança, o governo deve evitar desviar recursos da educação, da saúde, das infra-estruturas e da resiliência climática, uma vez que estes domínios continuam a ser fundamentais para evitar um ciclo de baixo crescimento e pobreza persistente.

Em conclusão, uma implementação empenhada destas políticas, em consonância com os pilares da Estratégia Nacional de Desenvolvimento de Moçambique, é essencial para que o país alcance os seus objectivos de desenvolvimento. O sucesso destas recomendações depende do empenho e da dedicação das autoridades moçambicanas. Embora a definição de agendas e metas de desenvolvimento seja um ponto forte de muitos países africanos, o desafio reside na sua implementação eficaz. Com esforços direccionados, Moçambique pode superar este desafio e concretizar os seus objectivos de desenvolvimento.

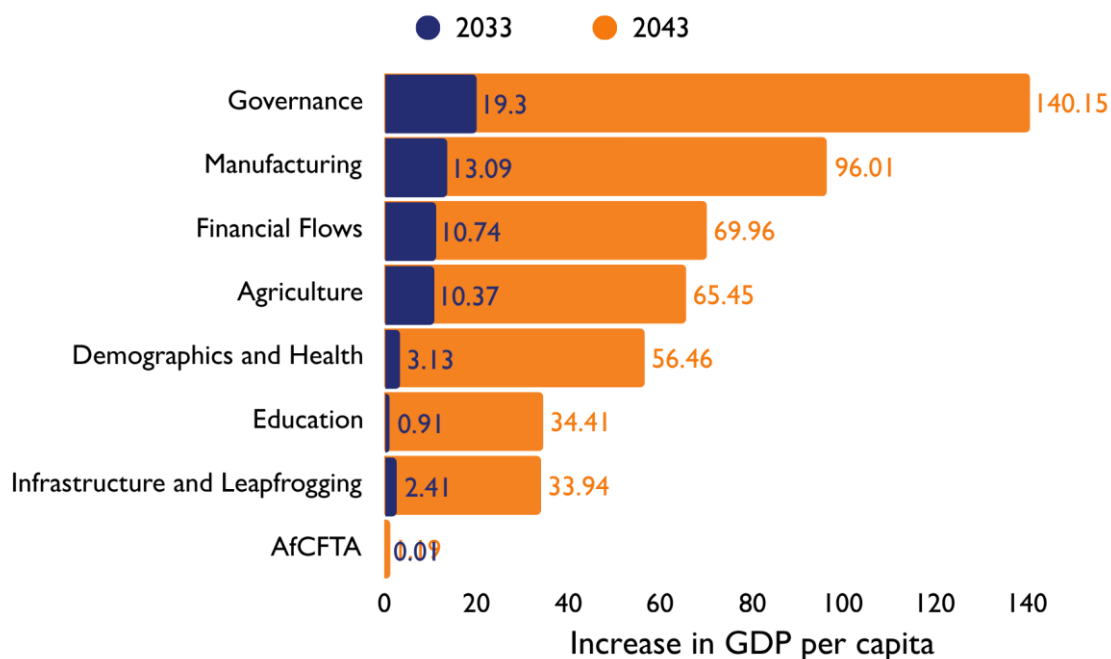
## Anexo

Gráfico A1: Aumento do PIB em cada cenário pessimista em relação à Via Actual Pessimista, 2033 e 2043



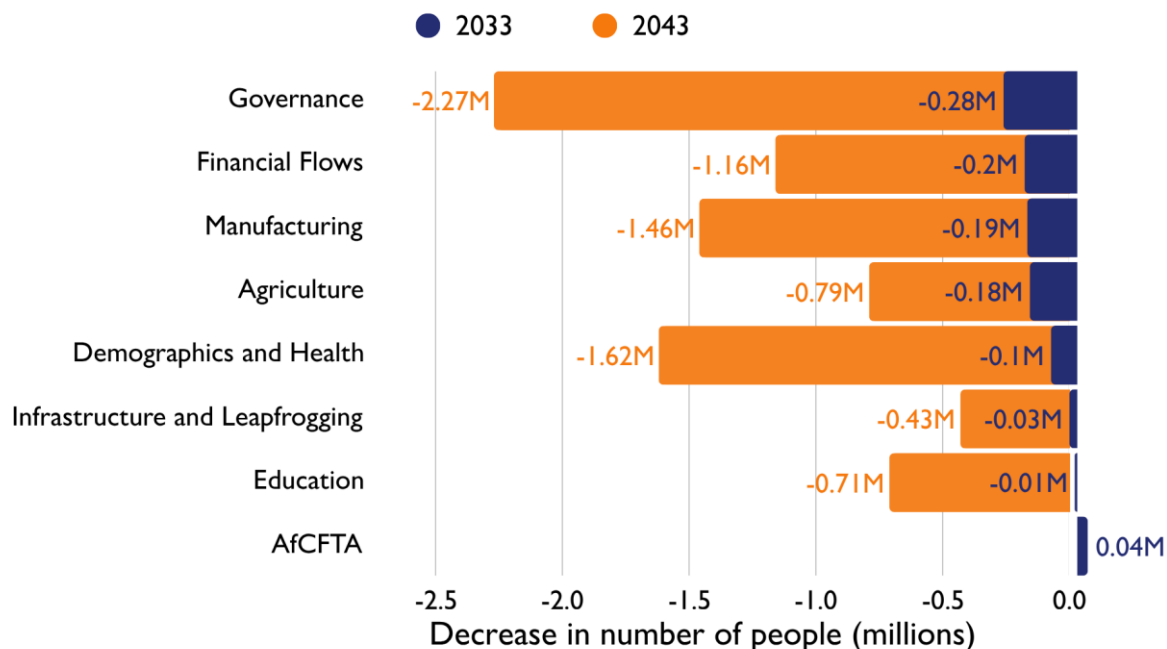
[Governação; Indústria Transformadora; Fluxos Financeiros; Agricultura; Infra-estrutura e Salto Qualitativo; Educação; ZCLCA; Aumento do PIB (mil milhões)]

Gráfico A2: Aumento do PIB per capita (PPC) em cada cenário Pessimista face ao Caminho Actual Pessimista, 2033 e 2043



[Governação; Indústria Transformadora; Fluxos Financeiros; Agricultura; Infra-estrutura e Salto Qualitativo; Educação; ZCLCA; Aumento do per Capita]

Gráfico A3: Redução do número de pessoas em situação de pobreza (< US\$ 3 por dia) em cada cenário Pessimista, em comparação com a Via Actual Pessimista, em 2033 e 2043



[Governação; Indústria Transformadora; Fluxos Financeiros; Agricultura; Infra-estrutura e Salto Qualitativo; Educação; ZCLCA; Decréscimo no número de pessoas (milhões)]

### Tabela A1: Intervenções por cenário

Todas as intervenções têm início em 2029, são extrapoladas ao longo de 10 anos (até 2038) e, posteriormente, mantidas nesse nível, salvo indicação em contrário.

Intervenções e Parâmetros	Intervenções em IFs	Critérios
<b>Cenário da Governação</b>		
Melhorar a qualidade reguladora do governo (govregqualm)	Interpolar para 1,15	<p>A regulamentação excessiva é um dos principais obstáculos.</p> <p>Entre 2005 e 2014, o Ruanda reduziu a carga regulatória em cerca de 80 %.</p> <p>No Caminho Actual, a carga regulatória aumentará de 1,8 para 2,2. Esta intervenção elevará essa pontuação para a média dos países africanos, que é projectada para o Ruanda até 2038.</p>

<i>Intervenções e Parâmetros</i>	<i>Intervenções em IFs</i>	<i>Critério</i>
Melhorar a democracia (democm)	Interpolar para 1.2	Entre 2012 e 2017, a pontuação deste cenário acelera a democracia. Polity aumentará quase 21%. Moçambique estará acima das médias, mas a par com a da Libéria.
Melhorar a liberdade económica (econfreem)	Interpolar para 1.12	O Ruanda melhorou a sua pontuação neste cenário, a pontuação de Moçambique atingindo 7,4 (num total de 10) africanos de baixo rendimento.
Melhorar o empoderamento de género - Substituto de inclusão (gemm)	Interpolar para 1.15	Entre 1995 e 2007, o índice de empoderamento de género aumentou 129%. No caso de Moçambique, em 2043, um valor acima da média, inferior ao de Uganda e da Etiópia.
Reduzir a corrupção (govcorruptm)	Interpolar para 1.15	O nível de corrupção é elevado. A transparência em 58% em Moçambique é superior à média dos países da Gâmbia, Ruanda, Burquina Faso.
Melhorar a eficácia do governo (goveffectm)	Interpolar para 1.15	Historicamente, o Ruanda melhorou a sua pontuação em 28% entre 2005 e 2015. A interpoção prevê um aumento de 28% entre 2026 e 2035, um valor superior ao de Moçambique, mas inferior ao de Uganda.
Reduzir a mortalidade por lesões internas (Hlmort(Intlnj))	Interpolar para 0.9	A intervenção irá reduzir a mortalidade por lesões internas.
Aumentar as transferências do Estado para as famílias (sem qualificações) (govhhtnrwelm)	Interpolar para 1.05	A ampliação das transferências do Estado para reduzir a pobreza, melhorar a economia. Considerações futuras para evitar criar dependência e promover o desenvolvimento de competências para a inclusão económica a longo prazo.
Aumentar o multiplicador da taxa de imposto sobre o rendimento das famílias, por nível de qualificação (Qualificados) (hhtaxrm)	Interpolar para 1.1	Um indicador-substituto dos impostos mais progressivos, aumentar a arrecadação social e reduzir a desigualdade.
Aumentar o multiplicador do índice de segurança do Estado (govindsecurm)	Interpolar para 1.06	O índice de segurança governamental e de conflitos internos, bem como a segurança pública.
Aumentar o efeito multiplicador das medidas de empoderamento de género	Interpolar para 1.02	A capacitação das mulheres e a participação dos principais objectivos do CDD.

<i>Intervenções e Parâmetros</i>	<i>Intervenções em IFs</i>	<i>Critério</i>
<b>Cenário da Demografia e da Saúde</b>		
Aumento do multiplicador do uso de contraceptivos	Interpolar para 1.35	A intervenção aumentará a utilização de contraceptivos em 2026 e 2035, em comparação com o cenário de baixo rendimento em 2043,
Reduzir o multiplicador da mortalidade (SIDA)	Interpolar para 0.8	O Burquina Faso reduziu as mortes por SIDA em 2014. O cenário da Demografia e da Saúde prevê uma redução por SIDA em Moçambique em 2029 e 2039.
Reduzir o multiplicador da mortalidade (Resplnfec) hlmortm (infecções respiratórias)	Interpolar para 0.8	A Etiópia reduziu as mortes por doenças respiratórias em 2009. A intervenção irá reduzir as mortes em Moçambique.
Reduzir o multiplicador da mortalidade (MaligNeoPI)	Interpolar para 0.85	A intervenção reduzirá a mortalidade por cancro em Moçambique.
Reduzir o multiplicador da mortalidade (CardioVasc)	Interpolar para 0.91	A intervenção reduz as mortes por doenças cardiovasculares em Moçambique.
Reduzir o multiplicador da mortalidade (Malária)	Interpolar para 0.8	Moçambique é um dos países com maior incidência de malária. A intervenção permitirá reduzir as mortes por malária em Moçambique.
Reduzir o multiplicador da mortalidade (OthCommumDis)	Interpolar para 0.85	A Etiópia reduziu em 35% as mortes por doenças transmissíveis entre 2000 e 2009. A intervenção irá reduzir as mortes entre 2029 e 2038 e 2039.
Reduzir o multiplicador anual da mortalidade causada pelo VIH	Interpolar para 0.8	O VIH continua a ser outra das principais causas de morte, embora — tal como a malária — o tempo, graças à ampliação da cobertura da intervenção, permita reduzir as mortes por VIH em Moçambique.
Reduzir o multiplicador da mortalidade (SIDA) (hlmortm)	Interpolar para 0.8	O Burquina Faso reduziu as mortes por SIDA em 2014. A intervenção irá reduzir as mortes por SIDA em Moçambique em 2029 e 2039.
Reduzir a taxa de atraso no crescimento das crianças com menos de 5 anos	Interpolar para 0.8	Moçambique registou alguns casos de atraso no crescimento, mas 30% das crianças com menos de 5 anos continuam a ser afectadas, o que é superior ao objectivo de 10%. A intervenção irá reduzir o número de mortes por doenças relacionadas com o atraso no crescimento em Moçambique.
Reduzir o multiplicador da mortalidade por doenças comuns em crianças com menos de 5 anos (total) (hlmortcdchldm)	Interpolar para 0.72	O ODS 3.2 visa «acabar com as mortes evitáveis de crianças com menos de 5 anos» com o objectivo de atingir um rácio de 1000 por milhão de habitantes em 2030. Entre 2006 e 2016, o Burquina Faso alcançou uma redução de 30% das mortes por doenças comuns em crianças com menos de 5 anos. A intervenção irá reduzir a mortalidade de crianças com menos de 5 anos em Moçambique entre 2026 e 2035.

<i>Intervenções e Parâmetros</i>	<i>Intervenções em IFs</i>	<i>Crítéri</i>
Reduzir o multiplicador da taxa de mortalidade materna	Interpolar para 0.73	A taxa de mortalidade mate elevada segundo os padrões
Aumento da despesa pública por sector (Saúde)	Interpolar para 1.02	Esta medida fará com que as até 2043.
Melhorar a segurança das fontes de água, % da população com acesso a água gerida de forma segura, multiplicador, (watsafem)	Interpolar para 1.5	A intervenção irá aumentar 2038. Em 2043, o acesso à média prevista para a África Ruanda.
Saneamento melhorado, % da população com acesso a, multiplicador (melhorado) (sanithhm)	Interpolar: rural para 1.25; urbano para 1.2	A intervenção aumentará e saneamento melhorados, em
<b>Cenário da Educação</b>		
Ensino secundário profissional de primeiro ciclo (edseclowrvocadd)	Interpolar: raparigas para 5; rapazes para 4	As intervenções irão aumentar profissionais nas escolas do com a Via Actual.
Ensino secundário profissional (edsecuprvocadd)	Interpolar: raparigas para 15; rapazes para 5	Com esta intervenção, Moça profissional do ensino secu Caminho Actual.
Educação, ensino superior, ciências e engenharia (edterscienshradd)	Interpolar para 5	É necessário um aumento do garantir capital humano o desenvolvimento sustentável licenciados em ciências e eng
Taxa de sobrevivência primária (edprisurm)	Interpolar: rapazes para 1.17; raparigas para 1.12	O Maláui aumentou a taxa de e 2013. As intervenções irão em 15 % entre 2029 e 2038.
Taxa de transição para o ensino secundário inferior (edseclowrtranm)	Interpolar: raparigas para 1.1; rapazes para 1.1	Entre 2000 e 2010, o Níge levarão Moçambique a atingi
Taxa de transição para o ensino secundário superior (edsecuprtranm)	Interpolar: raparigas para 1.12; rapazes para 1.1	Estas medidas levarão rapida
Taxa de conclusão do ensino básico (edseclowrgram)	Interpolar: raparigas para 1.23; rapazes para 1.21	As medidas irão aumentar a t e 2038, em comparação com
Ensino secundário superior, taxa de transição, multiplicador (edsecuprtranm)	Interpolar: raparigas para 1.12; rapazes para 1.1	Estas intervenções levarão M

<i>Intervenções e Parâmetros</i>	<i>Intervenções em IFs</i>	<i>Crítéri</i>
Taxa de conclusão do ensino secundário superior (edsecupprgram)	Interpolar: raparigas para 1.2; rapazes para 1.25	Partindo de um nível inicial b ensino secundário superior en Actual. Em 2043, a taxa Moçambique será inferior à n
Multiplicador da taxa de admissão no ensino superior (edterintm)	Interpolar: mulheres para 1.2; homens para 1.25	Madagáscar aumentou o nún 2007 e 2017. As medidas pre de matrículas no ensino supe actual, entre 2029 e 2038.
Multiplicador da taxa de conclusão do ensino superior (edtergradm)	Interpolar: mulheres para 1.2 homens para 1.5	Moçambique registará um a superior até 2043, em comp
Multiplicador da qualidade do ensino básico (edqualpriallm)	Interpolar: raparigas para 1.2; rapazes para 1.2	Moçambique registará uma n até 2043, em comparação c
Multiplicador da qualidade do ensino secundário (edqualsecallm)	Interpolar: raparigas para 1.2; rapazes para 1.2	Até 2043, a qualidade do e Caminho Actual.

#### **Cenário da Agricultura**

Aumentar o rendimento das culturas (ylm)	Interpolar de1 para 1.5	Entre 2005 e 2012, o Maláui %. Esta intervenção irá melho até 2043.
Aumentar a área de terreno equipada para irrigação (Landirareaequipm)	Interpolar para 1.03	Moçambique deveria dar pri existentes e subutilizadas, em novas áreas equipadas com poupanças significativas nas
Aumentar a área de terra efectivamente irrigada (landirareaactualm)	Interpolar para 1.3	Para tirar o máximo partido d
Aumentar a captação de água (subterrânea) (waterwithdrawalm)	Interpolar para 1,05 até 2035 e depois manter	Para satisfazer as necessidad
Reduzir as perdas agrícolas desde o produtor até ao consumidor (aglosstransm)	Interpolar para 0.8	Até 2043, esta intervenção produtor até ao consumidor,
Aumentar a protecção florestal (forestm)	Interpolar para 1.01 até 2063	Incentivar a intensificação c cultivada.

<i>Intervenções e Parâmetros</i>	<i>Intervenções em IFs</i>	<i>Critérios</i>
Melhorar o acesso às estradas rurais (infraroadraitrgtyr) + (infraroadraitrgtyr)	95% ao longo de 40 anos	O acesso deficiente às estradas rurais é um obstáculo ao desenvolvimento em Moçambique. Uma taxa mais baixa de acesso a estradas rurais é uma característica de África.
<b>Cenário Industrial</b>		
Melhorar a regulamentação empresarial (govbusregindm)	Interpolar entre 1 e 0,8	Uma melhor regulamentação empresarial pode ser impulsionado pelo sector privado em Moçambique.
Multiplicador da taxa de participação no mercado de trabalho	Interpolar: mulheres para 1.03; homens para 1.01	Como indicador-substituto do crescimento da indústria, a taxa de participação indirecto no sector. A intervenção no mercado de trabalho para 81,4% da taxa actual. Até 2043, a taxa de participação aumentará para 81,4%, 3,8 pontos percentuais. A participação no mercado de trabalho estará em linha com as taxas de participação para a Etiópia e o Burundi.
Multiplicador das despesas com I&D (total)	Interpolar para 1.02	Tal como noutros países africanos, a taxa de despesas com I&D é muito reduzida em Moçambique. O desenvolvimento de capacidades de I&D para um sector industrial robusto melhora a qualidade dos produtos.
Aumentar o investimento no sector industrial (idsm)	Interpolar para 1.04	O sector industrial em Moçambique com a intervenção aumentará a participação em 2043, em comparação com a taxa actual.
<b>Cenário das Grandes Infra-estruturas/Salto Qualitativo</b>		
Tecnologia de produção de energia, redução anual dos custos (energia solar, eólica, OthRenew)	Alterar/repetir: energia solar para 0,02; energia eólica para 0,02; outras energias renováveis para 0,01	Para reflectir a diminuição dos custos de produção de energia. Graças aos avanços tecnológicos, o custo da energia eólica tem aumentado a nível mundial. Uma redução dos custos de produção de energia solar e eólica, e é por exemplo, empresas chinesas de energia solar e eólica, e é por exemplo, a última década, o custo médio de produção de rede em África <a href="#">diminuiu</a> para cerca de US\$ 1 093/kWh.

<i>Intervenções e Parâmetros</i>	<i>Intervenções em IFs</i>	<i>Critérios</i>
Protecção das despesas sectoriais (saúde, educação, I&D, defesa, infra-estruturas, outras infra-estruturas, outras despesas)	Alterar/repetir para 1 de 2027 a 2043 e depois manter para todos os sectores e para todos os países	Estas medidas visam evitar q... como a saúde e a educação, infra-estruturas, e vice-versa... ocorrer em detrimento do de
Aumentar a taxa de acesso à electricidade nas zonas urbanas (infraelecaccm)	Interpolar para 1.2	A intervenção irá aumenta... Moçambique de 9,4 %, em c
Aumentar a taxa de acesso à electricidade nas zonas rurais (infraelecaccm)	Interpolar para 1.4	Até 2043, Moçambique terá um valor 20,6% superior ao p
Aumentar a percentagem de estradas pavimentadas	Interpolar para 1.4	Até 2043, a intervenção aum... Moçambique em 15 %, em c
Redução das perdas na transmissão e distribuição de electricidade	Interpolar para 0.8	Prevê-se que, até 2043, a distribuição em 4 %, em com
Aumentar a utilização da Internet (ictintnetm)	Interpolar para 1.2	Até 2043, esta intervenção a... Internet em 2,1 % acima da V
Aumentar o acesso à banda larga móvel, multiplicador (ictbroadm)	Interpolar para 5	A intervenção aumentará o n... 100 pessoas em 2 % acima c
Aumentar o acesso à banda larga fixa, multiplicador (ictbroadm)	Interpolar para 1.5	Moçambique terá 33,2 assina... que representa um aumento
<b>Cenário do Comércio Livre</b>		
Aumento do multiplicador das exportações do sector transformador (XSM)	Interpolar para 1.22	Prevê-se que, até 2043, a... Moçambique aumente um p
Aumento do multiplicador das exportações agrícolas (XSM)	Interpolar para 1.22	Até 2043, a participação do... 0,02%.
Aumento do multiplicador das exportações de serviços (XSM)	Interpolar para 1.2	Até 2043, a quota das export... do seu PIB.
Aumento do multiplicador de exportações do ITC (XSM)	Interpolar para 1.2	Partindo de um nível baixo... aumentará 0,03% em 2043, 0,3% do PIB.
Aumento do multiplicador das exportações de materiais (XSM)	Interpolar para 1.2	Até 2043, a quota de export... em comparação com o Cami



<i>Intervenções e Parâmetros</i>	<i>Intervenções em IFs</i>	<i>Critérios</i>
		stock de capital interno de M
Aumentar o investimento de carteira internacional no estrangeiro	Interpolar para 1.1	O investimento em acti desenvolvimento do mercado económico.

**Tabela A2: Cenário pessimista: fragilidade prolongada e transformação estagnada**

Todas as intervenções têm início em 2027, são extrapoladas ao longo de 10 anos (até 2036) e, posteriormente, regressam aos níveis originais até 2046, salvo indicação em contrário.

<b>Intervenções e parâmetros</b>	<b>Intervenção em IFs</b>	<b>Critério de referência/justificação/notas</b>
Aumentar o multiplicador do risco de segurança em matéria de governação	Interpolar para 1.12	Uma eventual deterioração da situação de segurança em Cabo Delgado poderá agravar os riscos de segurança em matéria de governação. Esta tendência reflecte-se nas tendências nacionais mais amplas, uma vez que a pontuação de Moçambique no Índice Ibrahim de Governação Africana (IIAG), no que diz respeito à segurança e protecção, diminuiu 6,5 % entre 2014 e 2023. Até 2043, a intervenção reduz o índice de segurança do governo de Moçambique em 6,2 % em relação ao CP.
Multiplicador de produção de energia reduzido - gás	Interpolar para 0.6	A TotalEnergies suspendeu as operações em Março de 2021, na sequência de uma forte escalada dos ataques por parte de insurgentes islâmicos em Cabo Delgado, o que representou um revés significativo para as ambições económicas de Moçambique. Após quase cinco anos. Um potencial agravamento da situação de segurança em Cabo Delgado levou a uma redução da produção prevista.
Reduzir o investimento na economia	Interpolar para 0.7	O agravamento da insegurança em Cabo Delgado tem um impacto directo e multifacetado nos investimentos impulsionados pelo GNL na economia de Moçambique, especialmente porque a região alberga os activos de gás mais valiosos do país. A insegurança não afecta apenas uma província; ela redefine toda a trajectória de investimento do país.

Aumentar a despesa pública com as forças armadas	Interpolar para 1.1 ao longo de 10 anos e depois manter até 2043	<p>O início do conflito armado em Cabo Delgado afectou o <a href="#">orçamento do Estado previsto</a> para os anos seguintes ao seu início. Em resposta à escalada da insurgência em Cabo Delgado, as forças armadas moçambicanas continuaram a realizar operações coordenadas em conjunto com parceiros regionais.</p> <p>Em 2017, quando o conflito teve início, <a href="#">as despesas com a defesa</a> ascenderam a 8,3 mil milhões de meticais, representando 3,4% do total das despesas do Estado. Em 2020, este valor tinha subido para 21,16 mil milhões de meticais, representando 6,0% da despesa total. Isto reflecte um aumento de 154,94% ao longo de um período de quatro anos. Isto demonstra que o conflito em Cabo Delgado contribuiu significativamente para o aumento da despesa. Um potencial agravamento da situação de segurança em Cabo Delgado fará com que a despesa militar aumente numa percentagem semelhante.</p>
Despesas públicas reduzidas (educação, saúde, I&D)	<p>Educação: Interpolar para 0.98</p> <p>Saúde: Interpolar para 0.99</p> <p>I&amp;D: Interpolar para 0.98</p> <p>Infra-estrutura: Interpolar para 0.95</p>	<p>A insurgência em Cabo Delgado levou a um aumento das dotações orçamentais para a Defesa, a Ordem Pública e a Segurança, ao mesmo tempo que <a href="#">reduziu o financiamento</a> destinado a sectores sociais e económicos fundamentais, como a saúde e a educação, no total das despesas. Esta reorientação comprometeu a estabilidade socioeconómica e agravou o risco de um conflito prolongado. Antes do conflito, as despesas com a educação representavam aproximadamente 19–20 % do total das despesas públicas. No entanto, durante os anos de pico da insurgência, entre 2018 e 2020, esta percentagem diminuiu para cerca de 17–18%. Embora isto represente uma redução modesta em termos percentuais, reflecte uma reafectação significativa de recursos num contexto de custos crescentes com a segurança. A despesa pública com a saúde também diminuiu modestamente, passando de cerca de 7,8% do total da despesa pública em 2017 para cerca de 6–7% entre 2018 e 2020.</p>
Aumentar o factor aditivo nas mortes por violência social	Interpolar para 0.02	A insurgência continua activa e letal, com graves consequências entre 2027 e 2028.
Aumentar a magnitude da falência do Estado/guerra interna, multiplicador	Interpolar para 1.1	Para analisar a perturbação económica e territorial prolongada associada à insurreição em Cabo

		Delgado, sem partir do pressuposto de uma guerra civil a nível nacional.
Reduzir o multiplicador da eficácia (qualidade) do governo	Interpolar para 0.9	Menor capacidade do Estado, implementação mais lenta e menos eficaz das políticas e dos projectos.
Reduzir o rendimento das colheitas	Interpolar para 0.95	Moçambique continua a enfrentar uma insegurança alimentar persistente, impulsionada pelas deslocações relacionadas com o conflito, pelos choques climáticos recorrentes e pelo aumento dos preços dos alimentos. De acordo com a <a href="#">FAO</a> , o conflito em curso em Cabo Delgado prejudicou significativamente a capacidade dos agricultores de exercerem as suas actividades agrícolas. Muitas famílias deslocadas <a href="#">perderam o acesso</a> às suas terras agrícolas. Em Cabo Delgado, onde cerca de <a href="#">541 400</a> pessoas continuam deslocadas e 576 280 repatriados se esforçam por reconstruir as suas vidas, qualquer deterioração adicional da situação de segurança na região poderá agravar a crise, provocando novas deslocações e colocando ainda mais pressão sobre os recursos agrícolas já limitados. Como Cabo Delgado é a única região afectada, o impacto nacional global é reduzido.
Aumento da taxa de perdas na agricultura à medida que os produtos passam do produtor para o consumidor	Interpolar para 1.05	<a href="#">As cadeias de abastecimento</a> foram perturbadas por emboscadas e pela insegurança ao longo das rotas de transporte.
Multiplicador do aumento da quota do PIB informal	Interpolar para 1.05	O conflito em Cabo Delgado levou mais pessoas a recorrer a actividades económicas informais, principalmente de forma indirecta, devido às deslocações, à perda de empregos e às perturbações económicas. Nas zonas de conflito, é frequente observar-se um aumento do contrabando, do comércio transfronteiriço informal e das actividades no mercado negro. Cabo Delgado tem sido, há muito, um corredor económico fundamental para <a href="#">fluxos ilícitos</a> que atravessam a costa da África Oriental, incluindo o tráfico de drogas, madeira exportada ilegalmente, marfim e outros produtos da vida selvagem, bem como pedras preciosas e ouro contrabandeados. A economia informal em Moçambique representa mais de <a href="#">80%</a> do emprego e tem uma quota de até 40% do PIB.

Multiplicador do acesso reduzido à electricidade nas zonas rurais	Interpolar para 0.9	No norte de Moçambique (incluindo Cabo Delgado), apenas cerca de <a href="#">17%</a> da população tem acesso à electricidade (cerca de 14 milhões de pessoas vivem sem soluções energéticas modernas).
Multiplicador das perdas de transmissão de electricidade	Interpolar para 0.98	De acordo com o Relatório Semestral de 2024 da <a href="#">UNICEF</a> , as infra-estruturas e os serviços públicos em Cabo Delgado foram destruídos ou danificados.
Redução dos saldos de IDE provenientes do estrangeiro	Interpolar para 0.9	O IDE em Moçambique concentra-se fortemente nos sectores baseados em recursos naturais e relacionados com as infra-estruturas. O sector da energia (petróleo, gás e energias renováveis) representou <a href="#">40%</a> do IDE entre 2019 e 2023. A insegurança em Cabo Delgado aumentou a percepção de risco por parte dos investidores, levando à <a href="#">retirada</a> de financiamento por parte de parceiros-chave, como as agências de crédito à exportação do <a href="#">Reino Unido</a> e dos Países Baixos, em Dezembro de 2025, que, em conjunto, representavam aproximadamente 10% do financiamento externo do projecto, obrigando os promotores a reestruturar os acordos de financiamento.
Redução dos investimentos de carteira (IDE) provenientes do estrangeiro	Interpolar para 0.9	Os <a href="#">parceiros</a> da Mozambique LNG concordaram unanimemente em disponibilizar capital adicional para substituir as contribuições da UKEF e da Atradius.
Redução do crescimento da produtividade multifactorial, factor aditivo	Interpolar para - 0.005	O atraso no GNL, as tensões macroeconómicas e fiscais e os problemas de governação reduzem o crescimento subjacente da PTF.